



Thayná Guedes Assunção Martins

# Da mãe que fui à mãe que não fui

representações na revista Pais & Filhos (1968-1972)



**Thayná Guedes Assunção Martins**

**Da mãe que fui à mãe que não fui:  
representações na revista Pais & Filhos  
(1968-1972)**



EdUESPI



## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI**

**Evandro Alberto de Sousa**  
Reitor

**Rosineide Candeia de Araújo**  
Vice-Reitora

**Nayana Pinheiro Machado de Freitas Coelho**  
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

**Gustavo Oliveira de Meira Gusmão**  
Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação

**Ailma do Nascimento Silva**  
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

**Pedro Antônio Soares Júnior**  
Pró-Reitor de Administração

**Geraldo Eduardo da Luz Júnior**  
Pró-Reitor Adj. de Administração

**Raimundo Isídio de Sousa**  
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

**Joseane de Carvalho Leão**  
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

**Eliene Maria Viana de Figueirêdo Pierote**  
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e  
Comunitários

**Marcelo de Sousa Neto**  
Editor da Universidade Estadual do Piauí



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**



José Wellington Barroso de Araújo Dias **Governador do Estado**  
Maria Regina Sousa **Vice-governadora do Estado**  
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**  
Rosineide Candeia de Araújo **Vice-Reitora**

**Conselho Editorial EdUESPI**

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**  
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**  
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**  
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**  
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**  
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**  
Joséliade Carvalho Leão **Universidade Estadual do Piauí**  
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**  
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**  
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**  
Pedro Vilarinho Castelo Branco **Universidade Federal do Piauí**  
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**  
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz **Academia Piauiense de Letras**  
Marcelo de Sousa Neto **Editor**  
Alexandre Mesquita **Capa**  
Ronyere Ferreira **Diagramação**

M379m Martins, Thayná Guedes Assunção.

Da mãe que fui à mãe que não fui [recurso eletrônico]:  
representações na revista Pais & Filhos (1968-1972) / Thayná  
Guedes Assunção Martins. – Teresina: EdUESPI, 2021.  
E-book.

ISBN: 978-65-88108-43-7

1. História. 2. Gênero. 3. Revista Pais & Filhos. 4. Maternidade.  
5. Não maternidade. I. Título.

CDD: 305.4

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI  
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região/1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI  
UESPI (*Campus Poeta Torquato Neto*)  
Rua João Cabral, 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI  
Todos os Direitos Reservados

*Ao meu amado e inesquecível irmão Kleiton  
Angelo, por ter sido um grande companheiro de vida.  
Com imensa saudade.*



## Agradecimentos

Muitos foram aqueles que contribuíram para a concretude dessa importante etapa de minha vida em que a monografia foi escrita e, agora, se apresenta como livro. A todas e todos manifesto os meus mais sinceros agradecimentos:

Ao nosso senhor Jesus Cristo e Nossa Senhora, por terem sido grandes companheiros em todos os momentos de minha trajetória, sustentando o meu ser e não me permitindo cair sem que logo eu levantasse novamente. Sem o Espírito Santo de Deus nada teria sido possível;

À minha amada família, que se traduz nas pessoas mais potentes e insubstituíveis, na qual eu encontro a minha maior riqueza, minha mãe, meu pai e meu irmão, eu os amo infinitamente;

À minha amada mãe, que abdicou de si mesma durante muito tempo por mim e pelo meu irmão, dedicou muitos anos de sua vida em prol de nós, nos cuidando, levando e buscando na escola, tratando de nossa educação dentro e fora de casa, nos preparando para o mundo, como ela mesma costuma dizer. Ah! Minha mãe! Como eu sou grata por ser sua filha, como eu e Kleiton te amamos e sempre buscamos te proteger, como nós queremos vê-la feliz e em paz. Obrigada minha *tetezinha*, por sua garra e perseverança, por ser a nossa fortaleza. Sem você nada seria possível. Amo-te muito.

Ao meu amado pai, por ser o meu grande parceiro nessa caminhada, embarcar nos meus projetos sem pensar duas vezes. Desdobrava-se em mil para me acompanhar nos estudos, me levar aos lugares, estágios, eventos, universidades. Além de me proporcionar com minha mãe e meu irmão o privilégio de ser uma estudante profissional e usufruir de todas as oportunidades que a academia pôde me revelar. Ah! Meu pai! Nós sabemos as lutas que tivemos que encarar para chegar até aqui. Você sempre disse que eu e Kleiton somos seu maior orgulho, mas saiba que o senhor é quem se traduz em nosso herói, nossa referência de homem, como eu e Kleiton te amamos e queremos te ver de volta cheio de vida e paz. Gratidão papaizinho por tornar essa minha trajetória mais leve, sem você eu não seria o que sou. Amo-te muito.

Ao meu irmão, meu mais doce e amado irmão, pessoa mais que fundamental em toda a minha caminhada. Meu protetor se orgulhava muito de mim, me apoiava em todos os desafios que eu embarcava, era e continua a ser meu segundo pai. Obrigada por me proteger sempre, por cuidar de mim, me levar e trazer dos lugares. Obrigada meu *batatinha*, por acreditar tanto em sua irmã. Nessa minha caminhada de dois cursos ao mesmo tempo, ai de mim se não fosse a grande parceria do meu irmão. Eu te amarei para sempre, obrigada por sempre me dar mais do que eu merecia. Sem você eu não teria realizado metade das minhas andanças acadêmicas. A vida segue difícil por aqui sem a sua presença física, mas eu sei que você está brilhando aí no céu, bem pertinho de Deus, eu rogo ao nosso senhor e nossa senhora que você esteja cada vez mais em paz. Amo-te infinitamente.

Ao nosso amado *Loopinho*, meu companheiro fiel e diário.

Às minhas tias, Preta, Ângela, Cláudia, França Fina, França Grossa, Clênia e Rosilene por me incentivarem e acreditarem no meu potencial e, sobretudo, por todo o apoio que nos é dado desde a partida precoce do Kleiton. Obrigada pelo carinho, palavra amiga e companheirismo, por cada chamamento atendido, abraço



afetuoso. Vocês são muito importantes para mim. Amo cada uma de vocês.

À minha prima, Jôcilene, que é uma pessoa muito querida, por sempre me apoiar, ajudar e aconselhar. Obrigada por suas vibrações sempre positivas junto a mim. Amo muito você.

Aos meus avós Solimar, Maria Eterna, Ângelo e Patrício, por terem me dado os bens mais preciosos que eu poderia ter, meus pais. Gratidão por serem luz em meu caminho, aos que já partiram desse plano- Maria Eterna e Ângelo - e aos que continuam aqui junto a nós, Patrício e Solimar. Amo cada um de vocês.

À minha querida orientadora, amiga, conselheira e mais outras mil atribuições que poderia ser dada a Joseanne Zingleara Soares Marinho. Como eu sou grata a Deus pelo nosso encontro de vida. Joseanne é muito mais que uma professora ou orientadora, ela realmente é uma pessoa da minha família, que nunca quero perder de vista. Uma fonte inesgotável de inspiração e acolhimento, obrigada por suas sempre ricas e precisas contribuições profissionais e pessoais, pelas correções sempre criteriosas que são de fundamental importância para a profissional que venho me constituindo. A senhora é um exemplo de professora na qual me espelho como direção para a constituição do meu ser docente. Obrigada por todas as parcerias acadêmicas aceitas e por sempre dizer sim aos meus projetos. Gratidão por ter segurado a minha mão no momento mais difícil de minha vida, a perda de meu irmão, saiba que eu estarei sempre aqui para a senhora também. A senhora é muito importante para mim. Eu a amo muito.

Também destaco a querida Mary Gracy e Silva Lima, minha orientadora em Educação e que também sempre destinou seu olhar atento e afetuoso para os meus projetos acadêmicos, tornando-se uma amiga, muito obrigada!

Ao encontro lindo que a academia me oportunizou junto a professora Dr.<sup>a</sup> Georgiane Vázquez e o professor Dr. Fernando Botton, pessoas incríveis que destinaram contribuições valiosas em

minha defesa de monografia e hoje fazem parte da composição desse livro.

Aos meus professores da Universidade Estadual do Piauí, que se constituíram como forte força de investimento na minha carreira.

Aos amigos, que nesse caminhar foram partes fundamentais para a concretude desse momento, aqui destaco alguns: Alex, Adriana, Ana Karoline, Any, Rairan, Francilene, Ticiane, Sara, Jennifer, Givago, Pedro, Marcos Roberto, Ronyere Ferreira, Gabriel e Kayo que acompanharam esse processo me enchendo de entusiasmo, acreditando no meu potencial e me encorajando aos desafios. Vocês também são partes desse momento. Obrigada!

Às mulheres mães e não mães que, participando voluntariamente dessa pesquisa, possibilitaram um estudo mais consistente e efetivo, meu muito obrigada repleto de desejos de força e revolução a todas nós, mulheres fortes e corajosas, juntas seremos mais fortes!

À Universidade Estadual do Piauí, que me concedeu muitas oportunidades, uma graduação repleta de excelentes profissionais, bolsas de estudo, monitoria e extensão, além de vários encontros lindos junto a pessoas maravilhosas. Gratidão!

# Sumário

PREFÁCIO	
SOBRE COMO A MATERNIDADE NÃO É UM DESTINO NATURALMENTE INEXORÁVEL.....	13
<i>Joseanne Zingleara Soares Marinho</i>	
APRESENTAÇÃO.....	21
<i>Georgiane Garabely Heil Vázquez</i>	
INTRODUÇÃO.....	25
CAPÍTULO I	
O SER MATERNO A PARTIR DA APRECIÇÃO DA REVISTA <i>PAIS &amp; FILHOS</i> : A EXISTÊNCIA DA MATERNIDADE NAS MULHERES.....	37
1.1 As mulheres como objetos de estudo: um olhar histórico.....	39
1.2 Uma construção do contexto sócio-histórico feminino.....	44
1.3 A maternidade como condição feminina: as representações da maternidade na revista <i>Pais &amp; Filhos</i> (1968-1972).....	47
CAPÍTULO II	
O CUIDAR MATERNO COMO CONDIÇÃO INERENTE AO SER FEMININO?.....	65
2.1 Gravidez e amamentação: um processo de construção da maternidade cabível exclusivamente ao ser feminino?.....	66

2.2	As responsabilidades dedicadas à prole como um ato desenvolvido por mães e pais, ou essencialmente em uma perspectiva feminina?.....	97
2.3	O ser feminino como alicerce real da família?.....	115

### CAPÍTULO III

#### AS INTERFACES DA NÃO MATERNIDADE: DA REVISTA

*PAIS & FILHOS* ÀS VOZES DE MULHERES NÃO MÃES..... 131

3.1	Doutor, posso ser mãe? Impossibilidades de uma maternidade.....	132
3.2	A não maternidade a partir da revista <i>Pais &amp; Filhos</i> .....	162
3.3	Não desenvolvimento da maternidade biológica nas vozes femininas nascidas nas décadas de 1960 e 1970.....	188

ALGUMAS (IN)CONCLUSÕES..... 207

REFERÊNCIA..... 211

Sobre a autora..... 224

## Sobre como a maternidade não é um destino naturalmente inexorável

Quando Thayná Guedes Assunção Martins, minha orientanda no Trabalho de Conclusão de Curso-TCC de Graduação em História da UESPI, convidou-me para escrever este prefácio, além do entusiasmo inicial, comecei a refletir sobre a minha trajetória acadêmica como historiadora que frequentemente pesquisou e pesquisa sobre o materno, a maternidade e o maternalismo, termos utilizados por Maria Martha Freire no livro *Mulheres, Mães e Médicos*.<sup>1</sup> De fato, quando ingressei no Curso de Licenciatura Plena em História, recém-criado na UESPI, mais especificamente no *Campus* Poeta Torquato Neto, o mesmo cursado por Thayná, que o meu interesse de pesquisa esteve direcionado para os estudos de história das mulheres. No decorrer dos anos, o interesse continuou na mesma direção, tomando-se mais afinado com o gênero, ainda que vinculado à história da educação na construção da pesquisa que resultou na dissertação de Mestrado em História do Brasil, realizada na Universidade Federal do Piauí-UFPI, e à área de história da saúde e das doenças no processo dos estudos do Doutorado em História, Sociedade e Cultura na Universidade Federal do Paraná-UFPR, com a finalidade da escrita da tese.

Para a definição de qual campo de pesquisa eu escolheria pesquisar na academia, teve contribuição significativa a inquietação

---

1. FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, Mães e Médicos*: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

que desenvolvi, ainda na infância, com a imposição tácita dos estereótipos pautadamente tradicionais que foram criados como definidores daquilo que era chamado de ser mulher. Embora isso possa parecer, para muitos, uma condição demasiadamente precoce, ocorre que, sendo uma criança muito observadora e reflexiva, ao conviver a maior parte do tempo apenas com adultos, desenvolvi muito cedo a habilidade de ler livros e pessoas. Nesse sentido, considero adequado que, ao escolher a área de pesquisa para atuação, cada uma e cada um possa considerar a própria experiência de vida, aguçando a sensibilidade em busca de uma temática com a qual se sintam particularmente afetada ou afetado. Em que pese a necessidade precípua do estabelecimento de critérios mais racionais como a acessibilidade às fontes primárias, a originalidade temática e a relevância social, penso que a identificação com o campo deva ser o primeiro aspecto a ser considerado.

Foi seguindo o aspecto intuitivo, mas também a objetividade que indispensavelmente embasa a pesquisa científica em História, que a temática da monografia, que agora se apresenta como livro, acabou adquirindo contornos definidos. Ainda em 2018, como professora da disciplina História do Brasil Colonial na turma do sexto bloco do Curso de História da UESPI, uma aluna muito simpática veio falar comigo, ela afirmou que possuía particular identificação com a história das mulheres, e gostaria do meu auxílio para o intento de escolher um objeto para o seu TCC de Graduação. Creio que vocês já descobriram que essa aluna era Thayná. E tenho que admitir que a sua iniciativa acabou chamando a minha atenção de forma claramente positiva. Logo depois apresentei para Thayná uma bibliografia específica na qual estava presente a tese de doutorado da Professora Dr.<sup>a</sup> Georgiane Vázquez, que conheci em Curitiba, no Paraná, durante meu doutoramento na UFPR. A temática aborda a experiência de mulheres que não vivenciaram a maternidade no Século XX, sendo que esta pesquisa tornou-se

central para a definição do objeto que seria estudado no TCC.<sup>2</sup>

A partir disso, como afirma Thayná em sua escrita, as reflexões encaminharam para a escolha do campo de gênero com foco no maternalismo. Como relatei no início do prefácio, isso ocorreu, inicialmente, a partir da inquietação pessoal, por meio da convivência da jovem historiadora com mulheres mães, permitindo perceber diversos aspectos inerentes à maternidade, inclusive o questionamento dos estereótipos naturalizados e a romantização diante de uma sobrecarga imputada às mulheres. A temática começou a ser efetivamente pesquisada quando, sob a minha orientação, Thayná tornou-se bolsista remunerada do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC, da UESPI, durante os anos 2019-2020 com o projeto “*Das causas que não me despertaram ou não me permitiram ser mãe*”: a negação do maternalismo em Teresina (1995-2018). Isso ocorreu antes da elaboração da proposta que resultou no TCC entre os anos de 2019 e 2021.

A pesquisa de monografia realizada por Thayná, que agora se apresenta como livro, realiza a análise sobre a maternidade e a não maternidade no Brasil durante o lapso temporal de 1968 até 1972. Para atingir tal intento, Thayná aborda de forma perspicaz, a desconstrução do ideário naturalizado da maternidade como destinação de todas as mulheres, identificando as tensões sobre as condições de desempenho da maternidade e da não maternidade a partir dos aspectos culturais, que são construídos socialmente, considerando-se as inúmeras dimensões de temporalidade e espacialidade. Para a construção do trabalho, foi realizada uma pesquisa documental em consonância com a bibliografia escolhida. As fontes primárias utilizadas são diversificadas, embora o foco da análise seja desenvolvido a partir das reportagens da revista *Pais & Filhos*, periódico de circulação nacional, também são utilizadas a legisla-

---

2. VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. *Da mãe que não fui*: A experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná- UFPR, Curitiba - PR.

ção e a história oral de forma subsidiária.

O trabalho desenvolvido por Thayná situa-se como uma pesquisa de gênero, mas mantém interlocuções com a História da Saúde e das Doenças, além da História do Trabalho, sempre considerando o foco de análise das dimensões que, ao mesmo tempo, aproximam e distanciam as feminilidades e as masculinidades. De fato, os estudos de gênero apresentam-se não somente em vários estados do país, mas também no Piauí, como um campo acadêmico consolidado. Como afirma a historiadora piauiense Teresinha Queiroz, isso ocorre quando se verifica a existência de grupos de pesquisa, a realização de eventos acadêmicos, as publicações especializadas em livros e revistas acadêmicas, bem como a produção intelectual original, particularmente aquela que é desenvolvida no âmbito dos Programas de Pós-Graduação.<sup>3</sup> É claro que isso aconteceu em um contexto nacional e internacional. Sobre isso, Margareth Rago atesta como historiadora, mas também testemunha, que as pesquisas no campo de gênero já eram realidade nos Estados Unidos no ano de 1990, ao contrário do Brasil “[...] participei de um encontro feminista em Nova York, onde ouvi, pela primeira vez, as discussões em torno das relações de gênero. Os *gender studies* já estavam a todo vapor naquele país [...]”<sup>4</sup>

Identificar o processo que resultou na notoriedade do gênero apenas valoriza essa conquista que significa uma inovação historiográfica. Ainda nos setecentos, os pensadores discutiam se as mulheres aproximavam-se em uma escala de existência mais próxima da humana ou da animalidade. Foi na segunda metade do século XIX e início do XX, estendendo-se nas décadas seguintes, que a presença das mulheres tornou-se mais notável na luta por espaços equânimes no cenário social, sobretudo na Europa e Estados Unidos, mas também no Brasil. A organização ocorreu principalmente

---

3. QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Do Singular ao Plural*. Recife: Bagaço, 2006.

4. RAGO, Margareth. Descobrendo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n.11, p. 89-94, 1998. p. 89.



a partir dos movimentos feministas, mas também dos movimentos femininos, como frequentemente identificavam-se aqueles que almejavam distanciar-se das tensões e dos ruídos que os feminismos poderiam suscitar socialmente, uma postura frequentemente tributária do desconhecimento de muitos naquele contexto. Segundo afirma Céli Pinto, em comum, esses movimentos de mulheres objetivavam a reivindicação de aspectos como proteção no âmbito do trabalho, implementação do voto feminino e acesso aos direitos reprodutivos por meio do direito de maternar, enfim, buscavam uma inserção mais ativa e igualitária em espaços públicos e privados.<sup>5</sup>

Embora seja necessário considerar o tencionado processo, foi no século XX, mais propriamente a partir dos anos 1960 e 1970, que a historicidade feminina passou a ser mais efetivamente reconhecida na historiografia estadunidense e também a europeia, notadamente a vertente francesa, pois como afirma Michelle Perrot “As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento.”<sup>6</sup> Concluiu-se, finalmente, que a história das mulheres poderia ser escrita, e que, inclusive, ela poderia ser articulada em uma perspectiva da possibilidade de uma análise mais ampla das dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas. Já o desenvolvimento dos estudos de gênero, tributário da história das mulheres, passou a considerar o caráter social e histórico constitutivo das representações culturais de femininos e masculinos. Como admite Joan Scott, isso passou a significar a reivindicação de “[...] um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens.”<sup>7</sup>

Diante do breve exposto, que considero necessário para o es-

---

5. Pinto, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

6. PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 16

7. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez.1995. p. 85.

clarecimento acerca da perspectiva da emergência da historicidade feminina, em virtude do conhecimento ainda limitado de parte do público acadêmico, em que pese os questionamentos, controvérsias e concepções equivocadas, é que posso avaliar a contribuição do livro de Thayná. Nesse sentido, ao analisar de forma competente a temática da maternidade e da não maternidade no Brasil de 1968 até 1972, a jovem historiadora contribui para promover uma desconstrução dos estereótipos naturalizados acerca da maternidade, frequentemente construída discursivamente como um instinto feminino que seria inerente ao ser mulher.

Para atingir o intento da pesquisa, Thayná identifica que as mulheres são plurais em suas existências, possuindo projetos, desejos e expectativas de vida diferenciadas, sendo que a realização pessoal, não esteve e nem está frequentemente ou exclusivamente dependente da experiência do maternar para muitas mulheres. Ao fazer isso, analisa a questão a partir dos aspectos culturais que são construídos socialmente, considerando, também, as referências de espaço e tempo, em que o maior acesso à escolarização, sobretudo em nível superior, a participação mais dinâmica no mercado de trabalho e a liberdade sobre o próprio corpo, incrementada a partir da difusão da pílula contraceptiva. Esses foram alguns aspectos que fizeram com que as mulheres passassem a procurar novas formas de satisfação pessoal que não se restringissem apenas à vivência exclusiva da maternidade, sobretudo em um contexto de valorização do formato de família burguesa.

Convém considerar, também, que escrever uma produção intelectual extensa, como uma monografia durante a pandemia do novo Coronavírus, causador da doença COVID-19, revela a competência científica, a dedicação e o equilíbrio emocional da autora, uma vez que a única certeza que temos é de que a vida não é mais a mesma, sendo notadamente mais provisória e incerta. Essas características de Thayná tornam-se explícitas, pois quando vocês lerem o texto, muitos poderão surpreender-se pelo fato de ser uma jo-

vem historiadora concluindo a pesquisa de Graduação. Aliás, isso ocorreu com a própria banca de defesa de TCC que foi formada pela Professora Dr.<sup>a</sup> Georgiane Vázquez, a mesma cuja tese inspirou Thayná, e o Professor Dr. Fernando Botton, que, durante o parecer, concluíram em uníssono que se tratava de um trabalho monográfico cujo nível comparava-se a uma dissertação de mestrado. Isso ocorreu em virtude da análise segura sobre o desempenho da maternidade e não maternidade, conduzida a partir de aportes teóricos, sistematização metodológica, análise objetiva rigorosa, mas também de uma investigação pautada na sensibilidade e intuição, atributos que considero basilares para a escrita de historiadoras e historiadores, pois como reitera Georges Duby, o historiador ao escrever a história está, de fato, anunciando o próprio sonho.<sup>8</sup>

É importante concluir esse prefácio, deixando suficientemente claro que ele manifesta o processo de construção de Thayná como historiadora, que voará mais alto e longe das terras piauienses e timonenses, que lhes são tão caras. Ocorre que logo após a defesa da sua monografia do Curso de História, que se apresenta a vocês como livro, ela obteve aprovação no Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, no Paraná. Dessa forma, a partir de então, ela vai bater suas asas lá pelos cantos da região sul. Vocês já devem ter percebido que a obra que têm em mãos é ainda o começo dessa História que eu tive e tenho a satisfação de fazer parte. Portanto, estejam particularmente convidadas e convidados para deixarem-se conduzir e encantar pela bela pesquisa de Thayná.

Teresina, 4 de agosto de 2021.

*Joseanne Zingleara Soares Marinho*

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História- ProffHistória e do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Piauí.

---

8. DUBY, Georges. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; UFRJ, 1993.



# Apresentação

Escrever a apresentação de uma obra acadêmica é, por vezes, algo técnico e padronizado. Deve-se, portanto, informar aos futuros leitores o panorama geral do que estes encontrarão nas páginas seguintes e, no caso da História, a documentação utilizada para a pesquisa.

Contudo, nessa apresentação, gostaria de transgredir parcialmente a norma e, além do aspecto técnico, apresentar também meu encontro com a pesquisadora e a pesquisa que resultou neste livro.

Durante os anos de 2011 e 2015, desenvolvi meu doutoramento na Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Vosne Martins. Desse período resultou a tese intitulada *“Da mãe que não fui: experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX”*, e esse trabalho proporcionou um lindo encontro com a autora deste livro: Thayná Guedes Assunção Martins. Como pesquisadora, me sinto muito honrada em saber que minha pesquisa de doutorado inspirou outras mulheres a desenvolverem suas próprias pesquisas e iniciarem suas trajetórias profissionais. Esse foi o caso da jovem e talentosa pesquisadora Thayná.

Nosso encontro se deu pela pesquisa, pelo interesse historiográfico, pela perspectiva feminista diante da História e pelos estudos de gênero. Além disso, nosso encontro também se deu através da ambição acadêmica e talento de Thayná, mulher decidida e

historiadora determinada. Se aventurar por uma temática como a maternidade e a ausência desta no âmbito da História não é tarefa fácil. Temas como esse, muitas vezes, são destinados às áreas da sociologia, da antropologia ou mesmo da psicologia.

Mas a História e, em especial, a história das mulheres e os estudos de gênero vêm demonstrando sua capacidade de transitar entre diferentes áreas, reforçando o caráter interdisciplinar desses estudos, ampliando ainda mais os debates sobre a vivência ou a ausência da maternidade. Essas pesquisas, vinculadas às áreas de ciências humanas e sociais, demonstram que as temáticas supracitadas e a própria reprodução humana não devem mais ser tratadas exclusivamente pelas ciências biológicas, pois seu caráter social e histórico se evidenciou.

Este livro é o resultado de uma caminhada compartilhada, é o produto da construção de uma temática que a autora tangencia desde seus tempos de graduação na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), por meio de sua pesquisa de iniciação científica. Fruto direto de seu trabalho de conclusão de curso, de Licenciatura em História da mesma instituição, esta obra reflete o amadurecimento de um caminho de pesquisa e o potencial de um brilhante trabalho de graduação, aprovado com distinção pela banca examinadora, da qual tive a alegria de fazer parte.

Para Thayná, pesquisar é tarefa séria e levada a cabo com destreza e amor. Fato que pode ser verificado nas páginas desta obra. Pesquisadora jovem, porém, comprometida, Thayná nos brinda com uma potente pesquisa histórica intitulada “Da mãe que fui à mãe que não fui: representações na revista *Pais & Filhos* (1968-1972)”. Esse trabalho, além de demonstrar o vigor historiográfico da jovem pesquisadora, demonstra o enraizamento dos estudos de gênero em todas as regiões do Brasil e a interlocução entre as pesquisadoras.

Essa obra foi escrita e defendida no ano de 2021. Esse período histórico é marcado por uma pandemia ocasionada pela

COVID-19, que levou à adaptação das escolas e Universidades ao ensino remoto, acarretando isolamento social. Esse ínterim consumiu boa parte da sociabilidade, que impactou de forma negativa na saúde mental de professores e estudantes, que tiveram de se adaptar às novas realidades, chamadas “novo normal”, e por uma série de dificuldades na forma de se fazer pesquisa histórica. Destaco esses aspectos para registrar os enfrentamentos superados por Thayná para a conclusão dessa pesquisa e sua publicação no ano de 2021, ano em que a referida pesquisadora já estava vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGH-UEPG), cursando o mestrado sob a minha orientação.

A obra, resultado de sua pesquisa monográfica de final de curso, ainda sob a orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Joseanne Marinho, se divide em três eixos centrais de análise que compreendem a *Revista Pais & Filhos*, mas não limita-se apenas a essa documentação. O período histórico escolhido vai de 1968 até 1972, ou seja, os primeiros anos de existência da revista analisada e os fins dos anos de 1960, tempo de debate sobre fertilidade e contracepção nos círculos feministas e pela sociedade em geral.

No primeiro eixo de análise, Thayná nos evidencia o debate mais amplo sobre a história das mulheres e os estudos de gênero, porém já apontando para a construção do ideal de maternidade e mulher-mãe, problematizando-o e articulando essas representações com a documentação analisada.

No segundo eixo desta pesquisa, vemos reflexões sobre as práticas de cuidado tais como amamentação e puericultura no contexto familiar, demonstrando a historicidade dessas práticas e suas interlocuções com os estudos de gênero e a história da saúde, da infância e mesmo da família.

Já o terceiro (e mais complexo) eixo de análise apresentado por Thayná neste livro, debate, por meio de uma articulação entre a documentação escrita – *Revista Pais & Filhos* e entrevistas com

mulheres – as representações sobre a não maternidade. Nesse ponto, é possível citar a interferência médica, as representações, os estigmas e as novas possibilidades para a vida de mulheres são problematizados. Saberes, vivências e representações se cruzam entre normas pré-estabelecidas e contextos plurais de existências. Vozes de mulheres demonstram a pluralidade de suas vivências e a limitação do ideal de maternidade.

Enfim, este livro é um convite para o encontro com uma jovem pesquisadora, com sua temática e postura feminista diante da História e diante da vida. É um convite para conhecermos as potencialidades da historiografia e dos estudos de gênero. É um convite para aceitarmos que maternidade não é apenas destino!

*Georgiane Garabely Heil Vázquez*

Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa



# Introdução

[...] Eu tenho valor. Eu tenho igualmente valor. Não ‘se’. Não ‘enquanto’. Eu tenho igualmente valor. E ponto final.

(ADICHIE, 2017, p. 12)

As mulheres, dentro da história, foram durante muito tempo relegadas a um papel secundário e de subalternidade, levadas ao campo do universalismo sob a perspectiva do homem em relação aos acontecimentos. Sem direito a uma efetiva história, muitas vivências foram sendo colocadas de lado dada a hierarquização social. Contudo, apesar das mulheres terem sido submetidas a um constante silenciamento de suas histórias, estas não deixaram de fazer parte de grandes momentos sociais e de reivindicações de seus direitos.

É a partir da segunda metade do século XIX e início do século seguinte que a presença feminina se tornou ainda mais notável na luta por maiores espaços dentro do cenário sociocultural, de maneira mais organizada, sobretudo na Europa e Estados Unidos. Essa organização feminina objetivava, principalmente, sua participação no espaço público em seu aspecto político, através do direito trabalhista e ao voto feminino e, na busca por uma inserção mais ativa e igualitária no exercício profissional. Tais reivindicações estavam relacionadas especificamente às mulheres de uma camada mais privilegiada da sociedade, pois o público feminino pertencen-

te a um setor menos abastado já se encontrava atuando no âmbito trabalhista em todo o tempo histórico, sob condições relativamente precárias. (PINTO, 2003).

No Brasil, o movimento feminista foi vivenciado mais fortemente a partir das primeiras décadas do século XX, almejando os mesmos ideais apontados pela ideia de mulher que já estava instituída na Europa e Estados Unidos. Ressalta-se que as reivindicações de mulheres diante de modelos estabelecidos socialmente se davam para além de movimentos organizados, mas também advinha daquelas que em sua conjuntura individual se rebelavam contra os papéis impostos culturalmente a elas, essas personalidades excepcionais, muitas vezes, eram as responsáveis pela organização da busca de direitos para as mulheres. (PINTO, 2003)

A explosão do feminismo foi um marco de destacada importância na efervescência dos anos de 1960, com as mulheres deixando cada vez mais o cenário de coadjuvantes para assumirem seus lugares no papel principal, uma luta que não foi fácil, sobretudo pelo atraso feminino em relação ao masculino quanto a seus direitos de cidadã, comprovado nos relatos históricos. Um exemplo é o direito ao voto, como destacado acima, uma das primeiras contestações femininas. Aliada a essas lutas, o surgimento da pílula contraceptiva, que foi considerada o marco da revolução sexual, forneceu apoio ao sentido de liberdade das mulheres, e vista como símbolo da promiscuidade pelos conservadores. (VARGAS; BENCHIMOL; UMBACH, 2014). Quanto à década de 1970, parecia existir duas tendências dentro da corrente feminista. Do movimento feminino, direcionada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política e uma outra concentrando-se nas questões referentes ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos.

Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos

de 1980. A outra vertente preocupava-se, sobretudo, com o terreno da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado manifestando-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência. (SARTI, 2004, p.41).

Em decorrência, as mulheres foram, gradativamente, questionando as diversas limitações a que estavam submetidas culturalmente ao longo do processo histórico por uma sociedade ocidental marcada pela dominação masculina da hierarquia. Isso pode ser verificado nos aspectos que se vinculam à política, às questões econômicas e sociais, e não somente no espaço público, mas também na vida privada, por meio de um controle evidenciado, sobretudo, pela imposição do exercício da maternidade como forma de se tornar uma pessoa aceita pelos padrões sociais vigentes. Desse modo, as mulheres no século XIX e também durante uma considerável parte do século XX, tinham como dever social serem boas esposas e mães, ou seja, a ideia de constituir uma família deveria constar como a prioridade essencial, em um contexto no qual muitos direitos lhes foram negados.

Com isso, o papel da maternidade foi naturalizado no cotidiano das mulheres, sendo que era propagado que influenciaria, inclusive, na concepção de felicidade baseada na função de cuidar dos filhos e/ou filhas, do ambiente doméstico e do marido, um papel que seria destinado a todas as mulheres ainda durante sua infância, tendo sua vida inteira condicionada para esse momento. A maternidade até o início do século XX era um dos fatores utilizados em argumentos para a configuração de uma mulher ideal, perfeita, do lar e para os filhos. Tal pensamento, na perspectiva feminista poderia ser encarado como uma imposição preestabelecida, pois com as ondas feministas que estavam ocorrendo no mundo ocidental, especificamente, novas personagens femininas surgiam e, conseqüentemente, questionavam uma forma de felicidade das mulheres baseada quase que exclusivamente na criação dos filhos, bem como

na sobrecarga direcionada às atividades relacionadas aos cuidados.

Contudo, a maternidade tem passado por diversas transformações em seu ideário, pois diferentes movimentos sociais entre esses, o feminismo, continua contribuindo para a relativa superação da necessidade de ser mãe para se sentirem completas e aceitas em meio a sociedade. Partindo da concepção de que as mulheres deveriam permanecer em seus lares, procriando e cuidando dos filhos, bem como do marido, as personagens femininas que lutavam contra esse ideal eram marginalizadas por uma sociedade construída sob as bases do conservadorismo masculino. As lutas poderiam ser de manifestações públicas de resistência com passeatas até formas simples como a busca das mulheres pela igualdade socioeconômica em relação aos homens.

Diante do exposto, o presente estudo que resultou na monografia e agora em livro, tem como denominação *Da Mãe que fui à Mãe que não fui: Representações na revista Pais & Filhos (1968-1972)*. A proposta dessa pesquisa foi analisar os principais elementos relacionados ao processo de maternidade e não maternidade no âmbito nacional de 1968 até 1972, possuindo como questão problematizadora: Como as representações de maternidade e não maternidade das mulheres brasileiras foram representadas na revista *Pais & Filhos* durante o recorte temporal de 1968 até 1972? Como objetivos específicos elencou-se: debater as transformações das concepções de mulheres a partir da influência dos movimentos feministas; investigar as mudanças na ideia de maternidade considerando aspectos sociais, culturais e econômicos e compreender por meio das narrativas das mulheres entrevistadas suas perspectivas em relação a maternidade e não maternidade.

As reflexões discorridas em meio a essa discussão emergiram a partir de uma inquietação pessoal, por meio da convivência com mulheres mães, permitindo perceber diversos contextos da maternidade e seus lados negativos, pautados pelos privilégios dos homens, diante de uma sobrecarga imputada às mulheres ao

exercerem a maternidade. Além disso, a escolha pela temática foi intensificada a partir da leitura da tese intitulada, *Da mãe que não fui: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX*, de autoria de Georgiane Garabely Heil Vázquez, que discute a ausência da maternidade no decorrer do século XX.

Este trabalho também está relacionado a uma pesquisa já iniciada a partir do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), nos anos de 2019 a 2020, intitulada “*Das causas que não me despertaram ou não me permitiram ser mãe*”: a negação do maternalismo em Teresina (1995-2018)”, onde buscou analisar os fatores que influenciaram a decisão de mulheres de setores médio e de elite de Teresina em não exercer a maternidade no período de 1995 a 2018. Uma pesquisa que foi realizada sob orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Joseanne Zingleara Soares Marinho.

Em torno dessas inquietações a respeito da temática, foi observado que essas não são somente individuais, pois também é uma questão da modernidade, tendo em vista que o desejo de ser mãe vem sendo colocado em segundo, terceiro plano ou mesmo se tornando inexistente no íntimo de muitas mulheres. Durante muito tempo a ideia da maternidade como essencial na vida das mulheres, por ser um elemento de continuidade da espécie humana, envolvendo ainda aspectos socioculturais implícitos, tais como a satisfação pessoal por ter um filho e cuidar do mesmo e a sensação de ser aceita na sociedade, era tida como a única proposta de felicidade a ser seguida. Uma ideia que foi gradativamente substituída por novas concepções de realização feminina baseadas não apenas na maternidade, mas também na inserção no mercado de trabalho e educação.

A temática traz sua relevância para o campo da história, seguindo a linha de pesquisa sobre gênero, por buscar compreender as perspectivas das mulheres quanto a maternidade, os cuidados infantis e a não realização da maternidade. No campo social, a referida pesquisa tem a importância de possibilitar o reconhecimento

to da transformação da consciência feminina em relação aos seus desejos, pois ao adquirir uma escolarização razoável e participar do mercado de trabalho, as mulheres passaram a procurar novas formas de satisfação, sejam estas no campo profissional e/ou pessoal.

Na perspectiva de responder ao objetivo proposto neste estudo, foi estabelecido a reunião de um conjunto de fontes, constituído por exemplares da revista *Pais & Filhos*, datados dos anos de 1968 a 1972. Esse periódico encontra-se em circulação por meio digital,<sup>1</sup> porém não contendo o acervo com todos os exemplares já produzidos, contando apenas com informações mais gerais sobre a revista e a publicação do mês. Além disso, o periódico continua sendo publicado na versão física para assinantes. A revista foi fundada em 1968, possuindo como foco mulheres gestantes, mães e pais de crianças e adolescentes. Atualmente, possui um corpo editorial predominantemente feminino, contendo em seus exemplares assuntos variados que enfocam o universo da maternidade, dos cuidados infantis e juvenis, tendo como foco de público leitor as mulheres no desenvolvimento das funções reprodutivas.

Nos exemplares que foram utilizados como fontes primárias para a pesquisa que se apresenta, verificou-se que a cada mês havia uma abordagem de temáticas diferentes, sempre a respeito dos cuidados, do relacionamento com a prole. Eram discussões em torno da amamentação, cuidados infantis, atitudes a serem seguidas durante o período gestacional, assim como, em menor escala, debates sobre aborto, esterilidade, contracepção e a própria não maternidade. Contudo, a intenção da revista era abordar reportagens mostrando a importância de um exercício materno considerado competente, frequentemente guiado pelo conhecimento científico de médicos, psicólogos, sociólogos e outros.

Também foram utilizadas outras fontes primárias, embora de forma subsidiária, com a legislação nacional. Como a Consolidação da Leis do Trabalho-CLT (1943), de modo a analisar alguns

---

1. Para o acesso das edições <https://paisefilhos.uol.com.br/>.

aspectos em torno dos direitos das mulheres parturientes, quando dispõe da licença maternidade, que até então era inexistente. Houve ainda a análise do Estatuto da Mulher Casada (1962), apontando novos direitos as mulheres, como o de trabalhar sem que fosse necessário o consentimento do marido, e o Código Penal (1940), dispondo sobre as práticas abortivas na forma da lei.

O uso de entrevistas também serviu de forma a subsidiar a proposta de pesquisa. Na perspectiva de Verena Alberti (1989), a História Oral assim, utiliza testemunhos de personagens que viveram contextos e realidades, visões de mundo, permitindo uma interpretação do passado vivido, além do cruzamento com fontes escritas, proporcionando o contato e a análise dos fatores subjetivos implícitos nas narrativas que surgem, rompendo silêncios existentes e alcançando informações específicas.

Foram usadas entrevistas semiestruturadas que de acordo com Gaskell e Bauer (2010), procuram estimular e encorajar um entrevistado ou entrevistada a relatar os principais aspectos relacionados a sua vida e ao seu contexto social, sendo necessário configurar a confiança mútua entre entrevistador e entrevistado. Foram entrevistadas oito mulheres, divididas em três grupos; o primeiro se deu a partir das falas de três mulheres que desenvolveram a maternidade nas décadas de 1960 e 1970, na busca da compreensão de como se davam as relações acerca dos cuidados infantis e a amamentação. Para essa etapa da pesquisa foram ouvidas Orquídea<sup>2</sup>, Rosa<sup>3</sup> e Margaridinha<sup>4</sup>.

---

2. Oriunda de Coité-Parnarama, zona rural do município de Timon no Estado do Maranhão. Nascida em 01 de outubro de 1939. Estado Civil: viúva. Não alcançou maiores níveis de escolarização, exerceu a profissão de zeladora.

3. Nascida no Piauí, mas residente em Brasília- DF. Nascida em 08 de março de 1956. Estado Civil: divorciada. Não alcançou maiores níveis de escolarização, exerceu a profissão de comerciante.

4. Natural de Piripiri, município do Estado do Piauí. Nascida em 1942. Estado Civil: viúva. Não alcançou maiores níveis de escolarização, exerceu a profissão de dona de casa.



No segundo momento do estudo obteve-se o relato de outro grupo de entrevistadas, contendo Orquídea, também colaboradora do primeiro momento, Astromélia<sup>5</sup> e Girassol<sup>6</sup>, as quais discorreram sobre os modos como se deu a constituição de seus casamentos, elemento importante para a análise diante dos modelos vigentes no período estudado. Por fim, o último grupo de entrevistadas, composto por Begônia<sup>7</sup>, Tulipa<sup>8</sup> e Azaleia<sup>9</sup>, estas nascidas nas décadas de 1960 e 1970 e que não desenvolveram a condição materna, constituídas como fontes para uma compreensão da não maternidade. Os nomes utilizados na denominação das entrevistadas são fictícios, escolhidos pela pesquisadora.

Ressalta-se que as entrevistadas nesse estudo advinham de setores baixos e médios da população, oportunizando uma maior compreensão dos aspectos culturais introduzidos na sociedade considerando suas continuidades e discontinuidades. A partir da reunião dos artigos da revista *Pais & Filhos* e consequente divisão em grandes grupos temáticos, bem como mediante as análises das entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa, foram emergindo os eixos temáticos que compuseram essa produção. Nesse diálogo entre reportagens da revista *Pais & Filhos* e as entrevistas, o obje-

---

5. Nascida em Campo Maior, município do Estado do Piauí. Nascida em 06 de fevereiro de 1939. Estado Civil: viúva. Não alcançou maiores níveis de escolarização, exerceu a profissão de dona de casa.

6. Origem de Mundo Novo dos Pretos, zona rural do município de Timon no Estado do Maranhão. Nascida em 03 de dezembro de 1943. Estado Civil: viúva. Não alcançou maiores níveis de escolarização, exerceu a profissão de lavradora.

7. Nasceu em São Luís, capital do Estado do Maranhão. Nascida em 17 de abril de 1966. Estado civil: solteira. Tem formação de nível superior em Letras, exerce a função de professora da rede Estadual de ensino do Maranhão.

8. Oriunda de Teresina, capital do Estado do Piauí. Nascida em 07 de fevereiro de 1973. Estado civil: solteira. Tem formação de nível superior com pós-graduação em nível de mestrado em sua área de atuação, geografia, exerce a função de professora da rede Estadual de ensino do Piauí e do município de Timon.

9. Nascida em Teresina, capital do Estado do Piauí. Nascida em 15 de julho de 1970. Estado civil: solteira. Tem formação de nível superior em Serviço Social, exerce a função de assistente social na rede municipal de saúde de Timon.



tivo foi a articulação do coletivo para o individual, buscando compreender as nuances das vivências para além do que se encontrava proposto pela narrativa do periódico.

A construção deste estudo foi realizada também por meio de uma pesquisa documental em consonância com a bibliografia escolhida, fornecendo informações relevantes no processo de criação dessa produção. Para Antônio Gil (2002), a diferença entre a pesquisa bibliográfica e a documental é de que a primeira usa contribuições de diversos teóricos sobre determinado assunto e a segunda vale-se de materiais que ainda não foram analisados, possibilitando conhecimentos novos.

Essa pesquisa é de natureza qualitativa que, nas Ciências Humanas, vai além da quantificação de dados, pois busca os significados sobre o que os elementos da pesquisa querem demonstrar. Como afirma Antônio Chizzotti (2017, p. 36) “[...] qualitativa, para ressaltar as significações que estão contidas nos atos e práticas.”. Desse modo, procura-se dar uma significação aos dados coletados em uma determinada pesquisa, e não simplesmente analisar o fenômeno em si, mas o que está entre aqueles acontecimentos.

O estudo teve como foco temporal os anos de 1968 a 1972, opção que se justifica pelo fato da época constituir-se como um marco na vida das mulheres, no que tange aos aspectos de uma relativa abertura para a liberdade sexual, manifestada na difusão da pílula contraceptiva e a expansão da mesma. O acesso aos exemplares da revista *Pais & Filhos* também foi um ponto determinante para a escolha desse recorte de tempo. Quanto ao ambiente de realização da pesquisa, este abrange dois contextos de natureza nacional por envolver a revista *Pais & Filhos*, com exemplares que circulam em todo o Brasil e entrevistas com mulheres de diferentes estados brasileiros.

A seleção e escolha da utilização dos exemplares da revista *Pais & Filhos* ocorre a partir de setembro de 2019 quando foi realizado o início da reunião das fontes primárias, a começar pelos

exemplares da revista *Pais & Filhos*, junto a biblioteca pública do Paraná, em uma viagem para um evento na cidade de Curitiba e consequente aproximação com as fontes. Seguindo as orientações concedidas pela Professora Dr.<sup>a</sup> Joseanne Zingleara Soares Marinho, que dedicou instrução para a reunião do material, a partir da retirada de fotos, diante da maneira correta de uso da câmera fotográfica e manuseio dos exemplares da revista, que se encontravam em grandes cadernos contendo os exemplares referentes à publicação mensal de cada ano, e que por se tratar de uma documentação antiga, foi necessária uma maneira mais cuidadosa de trabalho, para que não danificasse o acervo.

No total foram selecionados trinta e um artigos da revista *Pais & Filhos*, nos quais depois de separados em grandes grupos temáticos e analisados, foram escolhidos dezessete exemplares para discussão e análise mais aprofundada de maneira dialogada com o referencial teórico dentro da presente pesquisa.

Nota-se que a construção da maternidade como papel pertencente a todas as mulheres se deu a partir de um longo processo cultural, que estabeleceu a função materna como condição inerente ao ser feminino. Diante disso é que, apesar de o foco temporal do estudo ser referente ao período de 1968 a 1972, também foram realizados determinados recuos quando se julgou necessário para a compreensão da temática empreendida neste estudo.

Para a concretude deste estudo alguns autores foram imprescindíveis, como forma de melhor compreensão das relações contidas na maternidade e seus desdobramentos, bem como com relação ao não exercício da maternidade. Nisso, destacam-se Rachel Soihet; Joana Maria Pedro (2007), Maluf; Mott (1998) e Joan Scott (1990) para compreensão acerca dos estudos em torno da história das mulheres, bem como do gênero como categoria de análise histórica. Joseanne Marinho (2018), Mary Del Priore (2010), Jurandir Costa (2004) e Ana Paula Vosne Martins (2008), foram fundamentais para a discussão acerca da constituição da maternidade como

função social feminina, enquanto que Danièle Kergoat (2009) e Judith Revel (2005) possibilitaram uma compreensão diante das desigualdades entre homens e mulheres pautadas pela diferença sexual; já Elisabeth Badinter (1985) e Georgiane Vázquez (2015) deram sustentação ao desenvolvimento da discussão em torno do mito do amor materno e suas implicações sociais para as mulheres.

Diante das análises desenvolvidas a partir da revista *Pais & Filhos*, e as vozes de mulheres com vivências no período de 1960 e 1970, aliadas aos referenciais teóricos que serviram de sustentação para o diálogo desenvolvido na pesquisa, obteve-se algumas respostas as quais foram diluídas nos três capítulos em que foi organizado esse trabalho.

O primeiro capítulo está composto por três tópicos, os quais contemplaram o processo de constituição das mulheres como objetos históricos, bem como a construção do exercício da maternidade como função feminina e as configurações que foram sendo delineadas sobre a maternidade na história. O segundo capítulo trata dos cuidados infantis, tornando possível compreender como se davam as características envolvidas com a infância da prole a partir de questões referentes a amamentação, os cuidados e a constituição do casamento, este último emergiu da intenção de compreender a formação familiar daquele período de 1960 e 1970, sob os aspectos da revista *Pais & Filhos* e das narrativas de mulheres que vivenciaram a maternidade e o matrimônio nesse recorte temporal.

O último capítulo correspondeu a não maternidade a partir da revista *Pais & Filhos*, diante de temáticas como aborto, contracepção e esterilidade, assim como reportagens que traduziam mulheres não mães. Também foi utilizado os relatos de mulheres nascidas nas décadas de 1960 e 1970 que não desenvolveram a maternidade, compreendendo as causas dessa inexistência e de que maneira isso influenciou em suas trajetórias.

Por fim, obteve-se algumas (In) conclusões, nas quais se apon-

tam caminhos em torno das respostas apresentadas no decorrer da pesquisa, demonstrando como a maternidade e suas implicações ainda continuavam impostas às mulheres nas décadas de 1960 e 1970, aquelas que não desenvolviam tal condição eram subjogadas, em que deveriam destinar essa maternagem para com algum ser, ainda que não fosse filho ou filha biológica. Contudo, também foi possível constatar que mulheres nascidas nessas décadas fazem parte de uma geração que, embora valorize a maternidade, não a caracteriza como condição essencial para sua completude.

## CAPÍTULO I

# O ser materno a partir da apreciação da revista *Pais & Filhos*: a existência da maternidade nas mulheres

A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos.

(ADICHIE, 2019, p. 27)

Este capítulo trata da construção do exercício da maternidade como função feminina, bem como das configurações a que são dadas ao ser materno. A tessitura do estudo visa a análise das seguintes questões: de que forma as mulheres tornaram-se objetos históricos? como a ideia do ser mãe foi construída nos diversos tempos e espaços históricos? O que é ser mãe de acordo com a revista *Pais & Filhos*?

Importante ressaltar que a ideia de maternidade não se faz aqui compreendida a partir de uma perspectiva linear, sempre configurada da mesma maneira no tempo histórico, mas sim de como as percepções em torno da maternidade passaram por modificações, bem como o ser mulher acompanhou tais mudanças. Para isso, foi realizada a escolha de um recuo histórico de modo a tornarem-se mais compreensíveis as mudanças na sociedade, suas relações com as mulheres e as visões do ser materno.

Contudo, é possível perceber na revista *Pais & Filhos*, no recorte temporal trabalhado, de 1968 a 1972, que a visão predominante no periódico é de uma maternidade suprema, na qual em prol do amor materno - aquele incondicional - seria válido todos os tipos de anulação e sacrifícios da mulher. Mesmo quando a revista aborda a dúvida da maternidade como condição de realização do ser feminino, ainda a situa de maneira a evidenciar alguns aspectos da importância da condição materna e da completude que tal experiência é capaz de gerar.

A visão agora proposta busca ultrapassar o olhar cristalizado que ainda perdura na sociedade sobre as concepções de maternidade. No primeiro dos três tópicos, intitulado “As mulheres como objetos de estudo: um olhar histórico”, foi abordada a virada histórica cultural, bem como a inserção dos estudos de gênero em torno das mulheres na Nova História Cultural, compreendida como um desdobramento da História dos *Annales*. No segundo item, sob o título de “Uma construção do contexto sócio histórico feminino”, foi discutida a visão da mulher no Brasil da *Belle Époque*, suas limitações e aberturas na sociedade brasileira hierarquizada. No terceiro ponto, “A maternidade como condição feminina: as representações da maternidade na revista *Pais & Filhos* (1968-1972)”, foi apresentada a maternidade tendo por base a análise da revista *Pais & Filhos*. Dentre a bibliografia utilizada neste capítulo destaca-se: Joana Maria Pedro (2007), Peter Burke (1992), Margareth Rago (1998), Teresinha Queiroz (2013), Rachel Soihet (2006), Maluf; Mott (1998), Maria Martha Freire (2006), Joseanne Marinho (2018) e Elisabeth Badinter (1985). Como fontes primárias foram usadas as edições da revista *Pais & Filhos* e suas matérias em torno das representações sobre a maternidade.

### **1.1 As mulheres como objetos de estudo: um olhar histórico**

As décadas de 1960 e 1970 configuraram grandes mudanças

no cenário referente aos objetos de estudo no campo histórico. No entanto, esse processo de expansão dos campos de pesquisa tornou-se mais expressivo bem antes, ainda no período da década de 1920, recorte colocado como uma das possibilidades de marco, na perspectiva de alguns autores, já que foi esse momento que marcou o surgimento do movimento dos *Annales* ou Escola dos *Annales*. (BURKE, 1992). Diante desse panorama, foi proporcionada mais legitimidade à experiência social das mulheres nos acontecimentos históricos, tendo em vista o distanciamento de métodos mais tradicionais na pesquisa, havendo, portanto, uma valorização aos aspectos ligados à vida privada.

É visível a contribuição da nova abordagem historiográfica, à medida que se tornaram valorizados os estudos sobre aqueles que sempre foram excluídos da história, pois se tinha como campo universal o homem, branco e de elite, como protagonista dos acontecimentos, valendo-se deste como campo abrangente as mulheres, quando na verdade não comportavam a esse grupo.

Para Burke (1992), a Nova História referente à Escola dos *Annales*, configura uma abertura no campo de pesquisa, especificamente a historiográfica, que inicia um processo de valorização de outros campos de investigação. Para além do que concernia à história política tradicional, buscou a inserção de estudos não somente em caráter nacional, mas, também, as investigações associadas ao mundial e o regional assim como diversas outras temáticas que outrora eram deixadas à margem como a infância, a loucura, a morte, a insalubridade, e em conjunto a diversos outros objetos, as feminilidades.

As pesquisas de Gênero podem ser inseridas como um dos novos objetos de estudo da Nova História<sup>1</sup>. Ela marcou uma maior importância destinada aos estudos relacionados às mulheres, ne-

---

1. A Nova História foi uma quebra de paradigmas em relação a novos temas antes tidos como pouco valorizados. Entre estes se encontram as pesquisas voltadas para o gênero, mulheres e negros, ou seja, as minorias sociais. (BURKE, 1992).



gros e outros elementos marginalizados da sociedade que foram considerados como temas de pouco valor acadêmico para serem pesquisados. Segundo Lyn Hunt (1992), com a Nova História Cultural, esses temas passaram a ser valorizados ao lado da chamada História Vista de Baixo.

É possível perceber o avanço e a abertura para o estudo de novos campos de pesquisa dentro da História, de modo a romper com o paradigma tradicional de estudos históricos. Assim, proporcionou espaço aos estudos em torno do feminino, que surge com uma abordagem em um primeiro momento como história da mulher, sendo percebido que o referido termo não mais suportava as pesquisas na temática, pois apenas a distinção entre os sexos - homem e mulher- não abrigava os aspectos em torno da investigação, haja vista que não há uma singularidade quando relacionada à mulher, sobretudo quando aplicado os recortes étnicos raciais e sociais. (PEDRO, 2011).

Por volta da década de 1960, os estudos em torno das mulheres ganharam força, juntamente com diversos direitos alcançados por estas, através dos movimentos feministas, espalhando-se no mundo Ocidental. Como sugere Teresinha Queiroz (2013), no período demarcado se tem como questão central um caráter político, através das questões profissionais e sociais.

Nota-se que a consolidação do uso de pesquisas em torno da história das mulheres, ampliando os estudos de outrora que giravam em torno da história da mulher, emergiu com novas perspectivas, mas não sem relutância, especialmente dos conservadores, que não viam nas temáticas em torno do feminino, grandes objetos de saber. Porém, possuindo também o apoio de grandes pensadoras, intelectuais já inteiradas de pesquisas nesse ramo, sobretudo na Europa, local em que o processo se dá em um primeiro momento, esse vai se expandido por grande parte do Ocidente, até mesmo no Brasil, tornando-se um campo de saber a grandes passos de consolidação.



Amplia-se, portanto, o termo para história das mulheres, que emerge em um contexto ainda de muitos olhares preconceituosos e de descrédito por parte dos conservadores. No entanto, houve fatores que serviram de grande suporte para a consolidação desse campo de pesquisa no Brasil, como o texto produzido por Joan Scott, intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de 1995, que se tornou uma leitura obrigatória para que se pudesse compreender melhor do que tratava essa nova abordagem de pesquisa. (RAGO, 1998).

Para Margareth Rago (1998), é a partir das décadas de 1980 e 1990 que há uma mudança de parte dos estudos em torno da história das mulheres para a categoria gênero, apesar de ser um processo com relutância por parte de algumas feministas, por considerarem o deslocamento do foco do sujeito mulher para a análise das relações de gênero. É importante salientar que o campo de pesquisa não nega a importância da biologia, no entanto, analisa que não é apenas por esse viés que os indivíduos são explicados.

Como destacou Djamila Ribeiro (2019), ao propor que todas as pessoas possuem lugar de fala, justificando essa afirmação pelo fato de todos os indivíduos encontrarem-se marcados socialmente e, portanto, esse lugar de fala leva em conta a localização no tempo, espaço e na cultura<sup>2</sup>. Nesse sentido, alinha-se à importância da crescente consolidação dos estudos de gênero, de forma que as mulheres, outrora silenciadas, possam enfim, ter voz e se tornarem protagonistas de suas histórias.

No que se refere à temática desenvolvida na pesquisa denominada *Da mãe que fui à mãe que não Fui: representações na revista Pais & Filhos (1968-1972)*, convém destacar alguns processos. Foram identificados elementos em torno de transformações tecnológicas, políticas e culturais influenciadoras de uma nova estrutura social, mas que não aceitavam determinadas liberdades a serem

---

2. Informação coletada no Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero, ocorrido na cidade de Parnaíba-PI, no dia 07 de setembro de 2019.

adquiridas ou pretendidas pelas mulheres por considerá-las como incentivadoras da destruição moral. A moralidade da mulher seria mantida através da mudança da percepção em relação às crianças, que passam da concepção de um adulto em miniatura, para um ser capaz de ser a esperança de uma nova nação, a mulher é então, a principal responsável por educá-la nesse caminho. Logo, o ideal de criança como centro da família, fato que não era concebido ainda no período colonial no Brasil, é um crescente na Europa desde antes, ainda, no período dos seiscentos. Como aponta Joseanne Marinho (2018),

A criança, considerada como um indivíduo ainda não formado completamente, passou a exigir que a família se tornasse um local exclusivo de proteção e cuidados, afinal essa seria não somente uma responsabilidade, mas também a motivação que o pai e a mãe teriam para continuar juntos e até mesmo para viver. Foi de forma lenta e descontínua que o novo significado da infância foi assimilado e difundido em regiões menos urbanizadas e rurais [...]. (p. 51)

Com isso, surge uma nova concepção de família - destacando que esse é um processo que se desenvolve primeiramente na Europa, que outrora tinha como centro o homem, restando para a mulher e a criança papéis secundários em meio ao seio familiar, de modo que a infância adquiriu uma nova visibilidade, não mais será compreendida como um adulto em miniatura, mas sim, como o futuro da nação. A mulher ganhou novos rumos dentro da constituição familiar, novos deveres, novas ocupações, ou seja, a responsabilização pelo futuro daquele que estaria ligado diretamente ao desenvolvimento do país. Aliado às novas concepções de criança como futuro da nação encontrava-se também:

No pós-guerra o pensamento eugênico emergente também desempenhou uma influência marcante no delineamento do papel da família e dos perfis de gênero. Procurando difundir as ideias

de melhoria da qualidade da raça, o discurso eugenista apoiou inicialmente a maternologia, reforçando que a função social e cívica da mulher era garantir a sobrevivência das futuras gerações, o aperfeiçoamento e o fortalecimento da raça. (MATOS, 2003, p. 123).

De acordo com a autora o termo maternologia traduz-se em uma profissionalização da maternidade, evidenciando também questões relacionadas ao bem-estar da criança, ao físico, a higiene e a moral, sobretudo das famílias menos abastadas, justamente por serem vistas como aquelas mais necessitadas de tais auxílios. Segue um discurso que insere a mulher, mais uma vez, em um contexto de relativa submissão e que para o bem, não só dos seus, mas de toda a nação, teria que zelar e cuidar dos filhos. Não somente o cuidado físico, mas o discurso eugênico tratava também de ditar sobre a união entre os cônjuges, para que gerassem um fruto saudável e de boa índole, para que não provocasse transtornos futuros ao país. Seguindo essa linha discursiva, Joseanne Marinho aborda:

A eugenia exerceu sua influência a partir da justificação e legitimação de propostas racistas por meio de um discurso pseudo-científico de depuração do sangue, como a vinda de imigrantes brancos e o controle de casamentos, o que, pensavam seus propositores, levaria à constituição de um tipo racial brasileiro superior. Ao procurar melhorar a raça, defendiam que a seleção dos genitores resultaria na geração de crianças saudáveis, evitando a degeneração social. (2018, p. 53).

Pode ser considerado que o interesse pela eugenia perpassava uma concepção de sociedade ideal e conseqüentemente sem defeitos, considerando aqueles que não se encaixavam nesse ideal como obstáculos ao desenvolvimento da sociedade mundial e especificamente da brasileira. Os discursos médicos em torno da eugenia partiam de pressupostos racistas, ao menos no caso brasileiro, incentivavam o branqueamento com a vinda de imigrantes europeus,

bem como o controle de casamentos.

Considerou-se importante a abordagem desse panorama para o entendimento sobre como as mulheres passaram a ser visíveis na história, tornando possível analisar objetos como as novas atribuições ao feminino em meio à família e, sobretudo, a criança, que passou a desempenhar novas características e a receber novos cuidados. Nesse contexto, percebe-se a constituição da família como fundamental ao ser mãe, pois ao longo da história a maternidade esteve, e por que não dizer, ainda se encontra, aliada à conjuntura familiar monogâmica, para assim ser considerada como modelo de feminilidade completa e ideal. Sendo uma discussão que serve para indicar aspectos do processo que mantém relação com a temática abordada neste livro.

Diante daquilo que foi explicitado nesse tópico, será abordado no próximo item parte da conjuntura feminina, tendo por base o período compreendido como *Belle Époque*<sup>3</sup> no Brasil, discorrendo sobre alguns aspectos de como a mulher era vista na sociedade brasileira, e de como passou, então, a ser percebida na mesma sociedade chegando ao recorte estabelecido por este estudo, compreendido entre os anos de 1968 a 1972.

## **1.2 Uma construção do contexto sócio-histórico feminino**

Assinalando o processo das concepções de maternidade, e para isso busca-se a compreensão do que já foi a ideia do ser criança, bem como o ideário de família, analisa-se sobretudo, o que significava ser mulher, de modo a realizar um recuo tendo por base o período por volta do século XIX. Essa era uma época marcada pela necessidade e desejo da nova classe burguesa, que emergia

---

3. Foi um período caracterizado por mudanças sociais, culturais, políticas, com origem na França, no final do século XIX, ainda iluminada pelos ideais da Revolução Francesa e pela Revolução Industrial. Período que esteve em busca da civilidade, sob um discurso de modernidade, pautado pelas novas tecnologias que surgiram na época (MARRONI; OLIVEIRA, 2016).

fortalecida de um país independente e em relativo crescimento, tendo como foco o Rio de Janeiro, referência nacional em virtude da condição de capital do Brasil, onde os novos ideais de inspiração europeia chegavam mais depressa e disseminavam-se pelo país. (MALUF; MOTT, 1998).

Diante desse panorama, a maternidade era elemento inerente à feminilidade numa concepção de sociedade brasileira que ainda mantinha fortes resquícios patriarcais. O que é percebido desde o Período Colonial e perdura até a contemporaneidade. Nesse sentido, a mulher ideal é aquela que é dedicada, piedosa, e claro, mãe, mais que isso, uma mulher - mãe - santa, que quanto mais se aproxime da santidade mais perto do ideal estará. (DEL PRIORE, 1990). O ser feminino esteve, e ainda se está, rodeado de uma enorme carga sobre aquilo que é colocado como sendo ideal de uma mulher correta. Todos os desejos da mulher que ultrapassavam o aspecto do seio familiar estariam condenados por uma sociedade marcada pelo patriarcalismo<sup>4</sup> conservador, que sempre buscou ditar e controlar as atitudes femininas, mantendo-as, sempre que possível, recolhidas ao âmbito privado de modo a limitar a sua presença no espaço público.

Para Rachel Soihet (2006), as imposições sociais para o comportamento das mulheres estavam fundamentadas na medicina social, ao defender de acordo com razões biológicas, elementos como fragilidade, recato, predomínio da afetividade sobre a racionalidade, além da submissão da sexualidade à vocação da maternidade. Com isso, pode ser observado que através de bases pseudocientíficas predominou durante muito tempo a ideia de que as mulheres deveriam ser padronizadas a partir dos modelos mais aceitos pela sociedade defensora de uma moral excludente que valorizava o masculino em detrimento do feminino.

---

4. Sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, um conceito usado constantemente para definir a condição das mulheres numa sociedade marcada pela dita superioridade masculina. (MORGANE; NADER, 2014).

Até as questões em torno das leis contra a prática do adultério só atingiam as mulheres, pois a estas era reafirmado pelo discurso médico a naturalização biológica sobre seus comportamentos considerados submissos e morais, a mulher tinha como predisposição a maternidade e o sentimento materno, aquelas que não se enquadravam em tais parâmetros poderiam sofrer determinadas sanções da sociedade tais como exclusão e violência simbólica, e por vezes, física, especificamente de seus companheiros (SOIHET, 2006).

Por tratar de violência simbólica, ação recorrente e vivida pelas minorias, aqui especificamente, pelas mulheres, há de se considerar o conceito amplamente abordado pelo filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu (2007), que compreende sua ocorrência não de maneira a se externar visivelmente opressora, pois esta acontece muitas vezes como uma relação permissiva do oprimido, que não consegue se perceber vivenciando tamanha opressão, dadas as circunstâncias produzidas cultural e socialmente, o que se traduz em violência naturalizada.

O conceito de família em sua forma tradicional, por exemplo, concebido e consentido pelos mais variados setores da sociedade, incorporados pelos homens e até mesmo por mulheres, diante de toda a carga que concepções conservadoras geraram durante muito tempo, continuam a existir sobre o ser feminino. Assim, perdura a ideia de uma maternidade, concebida e disseminada como condição *sine qua non* para o tornar-se essencialmente e completamente mulher.

Pode ser destacado o caráter excludente vivido pelas mulheres ao longo da *Belle Époque* no Brasil, por terem que seguir a lógica masculina da organização dos espaços sociais. Vale ressaltar que, a ideia de submissão feminina em torno do universo masculino se encontra logo na estruturação do seio familiar, com o homem por muito tempo sendo considerado o chefe da casa, relegando a mulher a função somente de cuidadora da casa e dos filhos, devendo permanecer como a reprodutora das gerações futuras.

Durante o século XX houve mudanças em relação às formas de pensar das mulheres e da própria sociedade. Mas elas não deixaram de chegar sem as devidas consequências, especificamente a de serem desmoralizadas ou perseguidas por ramos da sociedade mais conservadores, dispostos a manter as tradições e os mesmos costumes, o que incluía as mulheres apenas exercendo funções biológicas de reprodução e cuidando da casa, do marido e posteriormente dos filhos.

A maternidade, no decorrer do tempo, foi constituindo-se como a principal função social da mulher, e adquiriu conotação diversa, sobretudo, depois do surgimento da ideia da criança como o futuro da nação, pois para que tal premissa se tornasse verdadeira, ou mesmo efetiva, era necessário que as mulheres, no papel de mães responsáveis e zelosas, estivessem encarregadas da educação infantil (MARINHO, 2021).

Desse modo, a partir do diálogo empreendido até aqui, buscou-se compreender os meandros da participação feminina na sociedade sob o viés histórico, em meio às suas conquistas de participação na esfera pública, bem como as percepções construídas no âmbito social a respeito de sua contribuição como mulher, reduzida, muitas vezes, à maternidade como sua vivência natural.

### **1.3 A maternidade como condição feminina: as representações da maternidade na revista *Pais & Filhos* (1968-1972)**

O desempenho da função materna como condição específica das mulheres que se tornam mães perpassou por muitas mudanças em seu conceito e em sua finalidade ao longo da história. Portanto, convém questionar: o ser mãe das décadas de 1968 a 1972 do século XX, configurou-se da mesma maneira? Quais os trajetos singulares e plurais envolvidos no âmbito da maternidade? Como a revista *Pais & Filhos* representava a questão materna? Essas são algumas questões que se pretende abordar nesse tópico.



A circulação de periódicos no Brasil data do século XIX, com a vinda da Família Real portuguesa em 1808. Ao longo de sua estruturação no país muitos foram os exemplares destinados ao público feminino, que ocupou e continua a ocupar grande parte do cenário publicitário. A revista surgiu como meio leve e interessante, abordando questões do cotidiano, gerando uma fala simples, de modo a se aproximar daquela que a lê, dando conselhos, causando em muitas vezes um tom de imperatividade, na qual direciona a leitora a um entendimento específico. (DE LUCA, 2013).

É possível notar o caráter influenciador que o meio de informação da revista carregava consigo, especialmente aquelas que possuíam acesso a esse meio de comunicação. Deve ser levado em consideração que cada edição de periódicos dizia muito sobre o contexto social em que se encontrava inserida, bem como o que a sociedade ali representada pelos objetivos dos setores mais altos, esperava de todos, em especial, das mulheres.

Dentro do campo histórico, seguindo o pensamento de Edward Carr (1982), na obra intitulada *“Que é História?”*, os historiadores ao analisarem uma determinada obra devem deter sua maior atenção, pelo menos a princípio, ao cenário de produção do discurso, e não somente ao fato em si que está sendo abordado no estudo, pois o fato não é auto explicativo, mas sim, há um sujeito que o analisa, no caso, o historiador, e este o investiga através de uma ótica de onde encontra-se inserido, bem como aliado às suas percepções de mundo.

Ao abordar a análise das representações utilizadas em uma revista, é importante perceber quem a escreve e a publica, pois através dessa compreensão é possível perceber as intencionalidades advindas com a produção e a circulação deste periódico. Para tanto, torna-se importante identificar o conceito de representação, no qual segundo Roger Chartier (1990, p. 20), temos duas possibilidades de sentido, de um lado “[...] a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre



aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém.” O primeiro aspecto liga-se ao não esquecimento da imagem, de algo ou alguém, através de uma representação que não pretende ser esquecida. Na segunda intencionalidade é apontada uma representação a partir de um simbolismo. Assim, nos periódicos, com destaque para a revista *Pais & Filhos*, aqui estudada, há a inserção de uma representatividade feminina, em especial, ao ser mulher - mãe, apresentando-se no sentido de afirmar a condição como destino das mulheres.

As revistas em geral, na maior parte das vezes, priorizam a utilização de imagens de destaque para focar direto no que importa, ou em alguns casos, impedir outros olhares sobre questões relacionadas à maternidade, como no caso da revista *Pais & Filhos*. Era reiterado o setor social pertencente às mulheres, defendendo sempre a existência de uma família, marido e filhos como ideal de felicidade, juntamente com o fato de a maioria das mulheres de setores sociais médios e de elite possuíam algum funcionário para auxiliá-las na maternidade, distanciando-as das maiores dificuldades do cuidar de uma criança, uma concepção presente durante as décadas de 1960 e 1970.

Isso deixa claro que a maternidade em seu entorno foi sendo transformada ao longo do tempo, especificamente através das novas dinâmicas da sociedade burguesa, que fortaleceu aspectos individuais. Inclusive do discurso médico-científico, que se instaurou no Brasil ainda na Primeira República com as fases do saneamento, de modo a se expandir em um processo descontínuo, que perpassa sua primeira fase na área mais urbana do país, chegando às localidades ruralizadas posteriormente, em um processo mais lento, que foi gradativamente substituindo as práticas das parteiras. (HOCHMAN, 2012).

Diante da maternidade vista pela ótica da realização completa do ser mulher, a revista *Pais & Filhos* dedicava artigos sobre a ideia

de que todas as mulheres tinham em si o desejo da maternidade, encarado por algumas de maneira mais forte e outras com menos intensidade. Isso pode ser percebido na ilustração de uma dessas reportagens a seguir:



Imagem 1: Não tenha medo de ter filhos. Fonte: *Pais & Filhos*, abril de 1969.

Na imagem 1, é notória a valorização da revista sobre os aspectos do ser materno, sendo usada uma fotografia que ilustra uma mulher aparentemente realizada, estando radiante ao lado de seus filhos. O texto da reportagem defende que qualquer medo relacionado ao parto poderia ser superado se fossem encarados os aspectos posteriores a esse momento em que a chegada de um filho na vida da mulher é sinônimo de muita alegria e afeto. O texto da reportagem nas palavras da autora, Norma Marzola, desse artigo da revista, reitera:

Tôda mulher deseja ter um filho. Algumas nem mesmo tem consciência da intensidade com que o desejam, pois essa aspiração não se manifesta a tôdas com a mesma clareza. Como mãe,

a mulher atinge o nível mais alto de sua realização. Mas, ainda assim, as mulheres têm medo de ter filhos e procuram justificá-lo no temor às dores do parto, das quais ouviram falar durante toda a vida. E certamente se surpreenderiam se soubessem que estas dores são um fenômeno muito mais emocional do que fisiológico e representam, simbolicamente, uma pena a pagar pelas dores que sua própria mãe sofreu. Mas basta um bom esclarecimento e assistência durante a gravidez para que se rompa o círculo medo-tensão-dor e caia por terra um mito tão antigo que foi até sentença bíblica. (PAIS & FILHOS, abril de 1969, p. 7)

A revista coloca a maternidade, ou melhor, o desejo sobre a maternidade, como algo ligado e almejado por todas as mulheres, justificando que aquelas que não sentiam tal desejo com maior vigor estariam condicionadas pelo medo sobre as dores do parto, o qual é colocado pelo periódico como algo muito mais emocional do que real, e que mesmo havendo um desconforto, este é recompensado e vale a pena quando refletido na existência da prole e da realização através da relação mãe e filho. Como é encontrado na continuidade da reportagem:

Além dos efeitos puramente físicos das contrações, a mulher habituou-se a relacionar, durante toda a sua vida, as palavras contração e dor. Se sente uma pequena contração na época vizinha ao parto, telefona às pressas para o médico dizendo que está sentindo as *dores do parto*. E o fato de saber que se encontra efetivamente em trabalho de parto começa a desencadear, na maioria das mulheres, a dor causada pela *síndrome de expectativa dolorosa*. É que a mulher sabe que são as dores que vão indicar o início e o desenvolvimento do trabalho de parto: que as contrações uterinas serão percebidas sob a forma de dores intensas, porém necessárias para que o seu filho possa nascer. A contração percebida com dor gera uma tensão e a expectativa de uma nova dor. Assim, mesmo que a contração tenha a mesma intensidade da anterior (e é possível medi-las) ela será percebida

como uma sensação real: de tal forma que se termina por ter um verdadeiro círculo vicioso: medo-tensão-dor. (PAIS & FILHOS, abril de 1969, p. 9).

Consequentemente, acrescenta a autora, explicando sobre os estudos do médico inglês, Richard Read, sobre a relação do bem-estar emocional da mulher para uma boa parição, para que não haja, ou pelo menos não em tamanha proporção, o temido sofrimento ocasionado pelas dores do parto: “O médico inglês Richard Read constatou que as mulheres tensas tinham partos mais dolorosos e difíceis do que as mulheres calmas.” (PAIS & FILHOS, abril de 1969, p. 9).

Os aspectos em torno das dores a partir do momento que antecede o parto merece atenção, pois trata-se de uma ideia empreendida a partir de aspectos religiosos, que outrora era compreendida como “maldição bíblica- “Tu darás a luz na dor” diz Deus a Eva, expulsa do Éden - era fatal, considerada como inevitável ou mesmo indispensável [...] Hoje ainda, alguns praticam o aborto sem anestesia como se fosse necessário punir as mulheres.” (PERROT, 2007, p. 74). Nota-se que as dores relacionadas à possível consequência de um ato sexual, a gestação, esteve relacionada ao pecado, e que, por isso, a mulher deveria sentir dor, como uma punição de suas práticas humanas. Portanto, era punida tanto quando se decidia pelo prosseguimento da gestação, no nascimento do filho ou filha, quanto na opção pela não continuidade da gravidez, sendo ainda mais punidas nas ações abortivas.

Esse fator leva a outra importante discussão, a institucionalização do parto e sua conseqüente medicalização<sup>5</sup>. Até meados do século XVII na cultura ocidental, o parto se tratava de um assunto inteiramente feminino, nesse cenário atuava apenas uma parteira e, por vezes, algum familiar da parturiente, em especial a mãe. (VEN-

---

5. Tal conceito pode ser relacionado “ao modelo hegemônico de assistência ao trabalho de parto e ao parto, caracterizado como excessivamente intervencionista” (NICIDA; TEIXEIRA; RODRIGUES; BONAN, 2020, p. 4535).

DRÚSCOLO; KRUEL, 2015). Se esse era um campo que gerava grandes riscos à vida das mulheres e de seus filhos ou filhas, com os avanços do século XVIII houve uma grande mudança, com os esforços e conhecimentos de médicos vidas foram salvas. Entretanto, esses saberes se tornaram objeto de ambiguidades entre médicos e parteiras, a partir dos conflitos de saber e poder entre ambos; o sentimento de exclusão das parteiras por parte dos saberes mais formalizados do campo médico, foi resultado do surgimento de especialidades no campo do nascimento, como a obstetrícia e ginecologia. (PERROT, 2007).

E nesse processo de medicalização, em que ocorreu a transição do parto doméstico para o hospitalar, muitas foram as mudanças. O centro desse momento passou a ser coordenado e direcionado pelos médicos, a partir de suas melhores maneiras de trabalhar na hora do parto, não restando autonomia das mulheres nem mesmo diante da posição a que deveria encontrar-se no momento de parir. Outro fator que ocorreu com a institucionalização do parto foi a ausência do ambiente familiar na participação direta do processo de parição, pois quando este se dava no domicílio havia o acompanhamento mais intenso da família, com a ida para o ambiente hospitalar esse momento passa a ser vivenciado apenas com os médicos. (VENDRÚSCOLO; KRUEL, 2015).

Nota-se, portanto, toda uma argumentação voltada para a compreensão da mulher sobre o parto, de modo que se desfizesse toda uma carga de entendimento ligado às dores, que segundo a análise realizada, era construída pela própria mulher, principalmente nervosa. Com a presença de percepções e crenças de que o momento da parição era carregado de dores e incertezas, existia o medo de engravidar, ou mesmo gestando um ser, sentia ter perdido o encanto, que poderia ser obtido no momento do alívio por questões psicológicas incitadas a mulher culturalmente, fazendo a ligação maternidade-contração-dor-sofrimento. Portanto, a análise advertia que não é que não existia certo desconforto no momento



do processo de parição, contudo, se a mulher fosse mais serena, o seu parto seria menos doloroso e complicado, deixando clara a interferência das questões emocionais.

A condição materna era vista como forma de maior realização feminina, concepção esta que perdurou longamente na história como verdade absoluta. Tal concepção era representada de forma reiterada na revista *Pais & Filhos*. Assim, é possível perceber a abordagem da maternidade como sinônimo de satisfação da mulher logo na abertura de algumas reportagens do periódico em questão, como é o caso da capa do artigo da edição de fevereiro de 1971, como segue na imagem 2:



Imagem 2: Ser mãe é mais importante. Fonte: *Pais & Filhos*, fevereiro de 1971.

Deve-se chamar atenção para o design do artigo, dando destaque ao título da matéria, de modo a colocá-lo em evidência, indicando que não há algo que seja mais importante do que o ato de matinar, conceito amplamente utilizado na psicologia, bem como por estudiosos da área sobre a maternidade. Elisabeth Badinter

(1985) remete ao uso do termo ligado aos cuidados maternos da mulher para com o filho, fruto da relação que a maternidade é capaz de proporcionar à mulher-mãe e sua prole.

O artigo também mostra uma imagem capaz de gerar forte impacto sobre leitoras e leitores, de uma mãe com o filho nos braços, coberta de um sorriso radiante, o que supõe ser de uma imensa alegria pela presença da maternidade. Demonstra de forma clara a felicidade que é poder partilhar da condição materna, mesmo diante das dificuldades que possam ser advindas com o ser mãe, tudo seria possível superar quando se tem a presença do filho em sua vida, o ser mulher só estaria plenamente preenchida com a chegada da prole.

A imagem 2 faz parte de um artigo referente ao mês de fevereiro do volume de 1971, onde aborda alguns casos referentes à maternidade no ideal de cinco mulheres, no qual pode ser percebido que essa condição de maternidade é exaltada e valorizada como aspecto central da vida da mulher. Em uma de suas falas a imperatriz Farah Diba Pahlavi<sup>6</sup>, afirma “ser mãe é exercer plenamente todo o seu papel de mulher.” (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1971, p. 104). Diante dessa e de outras falas do artigo, torna-se clara a percepção de maternidade pelas entrevistadas, considerada homogênea, alinhando-se à maternagem<sup>7</sup> como ideal de realização completa feminina.

No decorrer dos casos exemplificados no referido volume - é importante destacar que as mulheres entrevistadas fazem parte de um cenário elitizado, são brancas e escolarizadas - e em suas relações com a vida profissional e a maternidade, fica demonstrada a relevância do anular-se em prol do filho. Houve relatos sobre a dificuldade no exercício da profissão aliado às condições do ser materno, no entanto, ainda assim é válido o sacrifício em detrimen-

---

6. Última imperatriz do Irã, havendo sido exilada em 1979. (MURTA, 2010).

7. Estabelecida a partir do vínculo de cuidado, afeto e acolhimento advindo da mãe para com o filho. (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014).

to do profissional, como pode ser visto:

Há alguns anos ela era a doce Sisi, imperatriz da Áustria, admirada nas telas de cinema do mundo inteiro. Hoje é uma jovem mulher, casada, mãe do pequeno David, a quem ela consagra quase todo o seu tempo e a quem leva em tôdas as suas viagens. Romy Schneider, com pouco mais de 30 anos, descobriu a maternidade e tôdas as suas alegrias. Seu sorriso, que a tornou famosa, é hoje quase repousante e até radioso, quando fala de David. É o ser a quem mais ama (“mais do que meus pais ou meu marido”). Para Romy, David é o que existe de mais precioso, e a cada dia que passa mais se sente ligada a êle. [...] Mas o amor imenso que dedica ao menino não a tornou exclusivista. E quer outros: uma grande família de filhos risonhos e sadios, êste é o seu ideal. É preciso amar realmente seu filho para renunciar por tanto tempo a uma carreira. Depois que o pequeno David nasceu, Romy recusou cinco filmes e vários outros contratos, porque a obrigariam a ficar muito tempo longe dêle. [...] Quando se casou com Harry, Romy havia lhe prometido que, dali em diante, sua vida particular estaria sempre à frente da profissional. E esta promessa ela fez questão de manter. Quando está longe de casa, seu único desejo é largar tudo e voltar à Alemanha. [...] – Só assim a vida merece ser realmente vivida. E eu me sinto mãe por completo, com tôdas as alegrias e angústias. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1971, p. 103)

Na exposição acima é possível notar o caráter de anulação da mulher em prol da relação aos cuidados com os filhos. É preciso considerar que o período em torno da década de 1970, tratava-se de um recorte em que havia um processo mais dinâmico de inserção das mulheres no mercado de trabalho e em maiores níveis educacionais. Ainda assim, mesmo possuindo uma vida de fama, a atriz depois do parto recusou filmes e diversos contratos, pois estes trabalhos a levariam a ficar longe do filho, e isso ela não aceitaria. Desse modo, exemplifica-se a ideia, mais uma vez, que o amor de mãe tudo superava. Romy, abdicou de sua profissão para



viver plenamente para a sua prole, pois a sua realização completa e efetiva estaria vinculada não ao seu exercício profissional, este poderia até existir em sua vida, porém, em menor proporção do que se encontraria voltada para o filho.

Em meio ao aspecto de anulação da mulher na vida profissional perante o filho, há de se considerar também o aspecto de não limitação da maternidade a um único filho, mesmo perante as dificuldades e anulações pessoais Romy estaria disposta e se sentiria plenamente realizada com a chegada de mais filhos, que fossem felizes e cheios de saúde para completar a família. A revista segue, demonstrando situações de atrizes célebres que se sentem realizadas a partir da vivência da maternidade, como Barbra Streisand:

Barbra Streisand nunca cantou canções de ninar, mas nem por isso o pequeno Jason Emmanuel Gould a ama menos. Vai com a mãe a todos os lugares que a obriga sua carreira, apesar de Barbra insistir em dizer que a última coisa que deseja para o filho é que ele se torne artista de teatro ou de cinema. Barbra gravou cuidadosamente todos os soluços e balbucios de Jason e fez fotografias semanais do menino durante o primeiro ano de vida. E se orgulha de possuir o maior arquivo que uma mãe pode ter sobre seu filho: o primeiro engatinhar, os passinhos trôpegos, as primeiras sílabas repetidas. Os dois vivem em numa mansão de Bel-Air, com uma babá escocesa, a empregada e a secretária de Barbra. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1971, p. 106)

O exemplo de Barbra é bem claro pela valorização da maternidade. Apesar de viver uma rotina agitada, por conta de seus compromissos com a carreira, ela não abriu mão de participar de forma efetiva da infância do filho, de modo a se orgulhar do grande acervo que possuía de sua prole, não deixando de registrar nenhuma de suas fases. E, apesar de fazer parte de um setor mais abastado da sociedade, fazia questão que o filho convivesse com todas as pessoas, independente da religião ou do poder aquisitivo, como pode ser visto na sua fala “Quero que Jason freqüente escolas onde haja

crianças de tôdas as raças e de todos os níveis econômicos e que more em casas com calçadas onde possa sentar, como eu quando era menina.” (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1971, p. 106). Isso demonstra o desejo de um cuidar da educação do filho em todas as esferas, baseada no caráter de igualdade e em princípios de liberdade, para que conviva com o outro sem distinção.

Observa-se uma evidência sobre a anulação feminina em prol de sua prole, pautada e direcionada nas falas e apresentações da revista a partir das mulheres, estas devem muitas vezes abdicar de suas vivências pessoais e relacionadas a si em prol de seus filhos ou filhas. Essa é marcadamente uma característica que vai ganhando forma na sociedade a partir de uma dominação sobre as mulheres, em que as atribuições e as características de cuidado encontram-se em torno da vivência feminina.

Portanto, à mulher não bastava ser mãe, mas deveria dar provas desse amor através de sua anulação pessoal, assim “Ela aceita, cada vez mais, restringir a própria liberdade em favor da maior liberdade do filho.” (BADINTER, 1985, p. 205). Uma perspectiva que foi incorporada na sociedade mais fortemente a partir do século XIX, gerando uma responsabilidade sobre a mulher para com os filhos, nessa mãe se concentra a dependência total de sua prole, o que vai de encontro às narrativas apresentadas constantemente pelas matérias da revista *Pais & Filhos*.

Ainda é possível analisar a visão da maternidade pela ótica de que, mesmo diante das angústias, a felicidade maior no ser mãe compensava as adversidades existentes. Mas, isso é passível de questionamentos. A obra de Elizabeth Badinter, intitulada “*Um amor conquistado: o mito do amor materno*” traz uma análise a respeito do ideário, amplamente difundido e aceito pela sociedade em geral, que o amor de mãe é condição inerente do ser mulher. Ela conclui que:

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos

nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. [...] Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional” (1985, p. 266).

É, portanto, afirmado nos estudos da autora, que a relação dos cuidados maternos, e com ele, o tão falado e propagado amor materno, não se constitui como inerente à condição feminina, mas, assim como outros fatores da vida do ser humano, encontra-se atrelado a fatores culturais que são construídos socialmente, sendo vinculados ao próprio tempo histórico. Assim, essa é uma condição que pode existir ou não nas mulheres.

Ainda falando do amor materno, colocado como algo incondicional segundo a revista *Pais & Filhos*, segue a abordagem em uma de suas reportagens, a de outubro de 1972, intitulada “Mãe e filho uma linguagem de amor”. Nessa matéria as características da relação com a mãe são apresentadas como essenciais para o desenvolvimento da criança:

No aconchego do colo, a pele morna e macia, o bebê vive suas primeiras emoções. A segurança do abraço, a surpresa das grandes descobertas, o peito que reconforta a dor. Fonte inicial de sua vida. A mãe é agora ponte para o mundo. Plena de ternura, sensibilidade e carícias. E o futuro do bebê depende desta comunicação com a mãe. “As maiores qualidades humanas e os mais graves conflitos têm origem em nossos primeiros contatos com a vida.” Assim, Desmond Morris – escritor, zoologista e filósofo – descreve toda a origem de comunicação humana. Que se inicia com a linguagem muda entre mãe e filho, desde os primeiros momentos da existência. Uma linguagem primitiva,

onde os elementos são o corpo, a sensibilidade e as emoções. [...] Quando a criança nasce, frágil e hesitante, não conhece ainda o seu mundo. Toda enrugada e compenetrada, tem apenas um vínculo, a mãe. Ponto que a levará aos outros e que durante vários meses, será o início e o fim de sua pequena vida. (PAIS & FILHOS, outubro de 1972, p. 8).

Nessa reportagem, a revista denota um caráter de responsabilização da mulher pelo filho, de modo a deixar claro que a relação constituída entre mãe e filho poderá ser decisiva na formação do indivíduo, seja para o bem, seja para o mal, fazendo uso da ideia de amor materno como sujeição da mulher quanto aos cuidados com a prole. Enfatiza as relações de afeto e trocas realizadas desde bem antes do nascimento do bebê, quando este ainda encontra-se no ventre da mãe, bem como o caráter frágil e inocente da criança, total dependente da mãe, sem levar em conta a participação paterna nessa relação, pois o foco ainda continua a ser a mulher-mãe e seus deveres com o novo fruto, que tanto necessita de seus cuidados, pois destes advém até mesmo o que o ser se tornará no futuro<sup>8</sup>.

É preciso compreender que a maternidade não era e nem é algo vivenciado de maneira homogênea entre todas as mulheres, haja vista uma série de fatores - sociais, culturais, econômicos, dentre outros - que estão envolvidos nessa relação mãe e filho. A experiência da maternidade não é a mesma para quaisquer mulheres de camadas médias e altas, como também para mulheres de setores pobres, pois esses fatores se tornam determinantes na construção dessas relações que são individuais, no entanto, essa não é uma percepção de uma das entrevistadas, a imperatriz Farah Diba:

Não acredito que haja diferença entre uma mãe imperatriz ou princesa e uma mãe comum. Ser mãe é uma só e única coisa, sejamos ricas ou pobres, brancas ou negras, cristãs ou mulçuma-

---

8. Nessa perspectiva “o gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.” (Scott, 1995, p.7).

nas. Para Farah Diba ser mãe é exercer plenamente todo o seu papel de mulher. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1971, p. 104).

A revista *Pais & Filhos* defende uma maternidade universal, como se todas as vivências de maternagem fossem iguais, sem levar em conta os fatores que influenciam diretamente na maneira como será conduzida tal ação da mulher. Ao falar da relação trabalho e maternidade, por exemplo, percebe-se distintas diferenças sobre as consequências de tal aliança para as mulheres, sobretudo as mulheres de setores menos elevados, pois ao falar de inserção da mulher no mercado de trabalho, de quais mulheres se está falando? De quais setores? Pois a mulher dos setores pobres da sociedade sempre precisou trabalhar, já que em muitos dos casos estas eram a chefe da família buscando na vida pública o provento dos filhos. (MALUF; MOTT, 1998)

Maria Martha Freire (2006), remonta a um período por volta de 1920, quando no cenário europeu às mulheres foi permitida a inserção no mercado de trabalho e a oportunidade de usufruir de algum nível de escolarização. O primeiro em decorrência do processo crescente de industrialização, relegando, no entanto, ao sexo feminino os menores salários e os cargos menos importantes, sob a justificativa do exercício da maternidade que é gerada e vivenciada pelas mulheres. O segundo, fundamentado na ideia de que se caberia a mãe instruir o filho aos bons caminhos, então era necessária uma melhor escolarização desta.

Ao tratar das mulheres de setor médio adentrando o cenário profissional, pode-se perceber que há uma diferença entre o auxílio da mãe de nível mais abastado e aquela de setores mais populares. A primeira tem em mulheres pobres o apoio para cuidar de seus filhos, de modo que quando estas se encontram a cuidar do filho da outra, necessita deixar sua prole de lado. Dessa forma, percebe-se, então, uma das diferenças sobre a maternidade entre mulheres de setores diferenciados.

Maria Martha Freire (2006), no que concerne às relações entre trabalho e maternidade, demonstra os prejuízos e consequências de tal relação, quando em alguns casos havia um acordo entre a mulher trabalhadora e o patrão, no qual a trabalhadora desenvolveria seu ofício no lar, e assim pudesse estar junto a seu filho ou filha, sem maiores danos aos cuidados sobre este ou esta. No entanto, é percebido um caráter exploratório em meio a essa relação, pois a mulher ao desenvolver seu trabalho em casa, não tinha direito a horas extra e oferecia menos risco de greves ao contratante, haja vista que se encontraria no recôndito do lar.

Desse modo, é perceptível a diferença do desenvolvimento da maternidade ainda mais acentuada a partir de questões relacionadas ao aspecto financeiro, bem como os danos sofridos pelas mulheres no espaço de seus ofícios dado apenas pelo fato de serem mulheres e em decorrência, em alguns casos, do exercício da maternidade. Ficam evidenciadas as características de desigualdades trabalhistas entre homens e mulheres mediadas pela diferenciação de gênero. Mesmo quando as mulheres adentram o mercado profissional já ultrapassando limites culturalmente impostos, elas ainda carregam os trabalhos relacionados ao lar, onde mesmo diante do aumento da participação masculina junto aos afazeres domésticos nos últimos cinquenta anos, ainda se encontra de modo bem inferior em relação as atribuições femininas. Portanto, essa continuidade de responsabilizações em torno das mulheres no que concerne as afetividades e o conseqüente trabalho não pago gera uma perpetuação das desigualdades pautadas pelo gênero. (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010).

Com base em todos os casos exemplificados nos artigos da revista *Pais & Filhos* apresentados até o presente momento, nota-se a presença abundante da valorização do bem estar da prole. No entanto, tal caráter é colocado sob a responsabilidade feminina, como forma de valorização da mulher com a maternidade, haja vista a compreensão quase totalitária - durante longos anos da his-

tória foi colocado e imposto como condição essencial para o ser feminino - da não cobrança ao sexo masculino com os cuidados infantis, algo que se tornava justificado, fazendo uso do termo utilizado por Elisabeth Badinter (1985, p. 203) “O primado da mãe e o recuo do pai.”

Mais uma vez foi feito uso, dentre outras formas de tentativa de justificação para a não opressão ao sexo masculino, na condição de pai, fazendo uso do fator biológico. Contudo, há de se considerar a importância da busca nas relações de igualdade, na obtenção da divisão de deveres e direitos entre mulheres e homens, bem como mães e pais.





## CAPÍTULO II

# O cuidar materno como condição inerente ao ser feminino?

Nossa cultura enaltece a ideia das mulheres capazes de ‘dar conta de tudo’, mas não questiona a premissa desse enaltecimento.

(ADICHIE, 2017, p. 17)

Neste capítulo analisa-se os cuidados relacionados com a prole. O objetivo é compreender como a relação dos trabalhos com a infância dos filhos se configuram na revista *Pais & Filhos*, bem como nos relatos de mulheres que experienciaram a maternidade, o casamento e a constituição familiar nas décadas de 1968 à 1972. Nesse sentido, considerou-se importante as análises dos cuidados e das relações familiares, além de seus desdobramentos.

Para tanto, o capítulo foi dividido em três tópicos. No primeiro foi realizada a discussão sobre a gravidez e a amamentação, compreendendo as duas primeiras fases da construção da maternidade e das atribuições que são adquiridas nesse contexto. Com isso, buscou-se compreender a fase inicial do processo de reprodução social, ou seja, a continuidade da espécie humana – os filhos – refletindo sobre como esses trabalhos são encarados, a quem são direcionados essencialmente e porque essa distinção ocorre.

No segundo tópico buscou-se uma abordagem dos cuidados

infantis propriamente ditos, sob o olhar da revista *Pais & Filhos*, sobretudo com relatos de mulheres que viveram esse processo nas décadas concernentes a este estudo. No terceiro item foram estabelecidas algumas (in) conclusões sobre a instituição denominada família, destacando alguns aspectos que circundam essa discussão e as imposições da divisão não igualitária do trabalho, pautada preponderantemente nas relações de gênero.

As análises e reflexões desenvolvidas nesse estudo, permitem uma maior visibilidade acerca de um tema que a sociedade, muitas vezes, não tem dado a importância devida – a maternidade e seus desdobramentos, que envolve aspectos culturais, religiosos e científicos. Considerando-se também há na maternidade e suas atribuições a sustentação de uma sociedade, sobretudo, capitalista, na qual as mulheres se tornam duplamente exploradas diante do trabalho produtivo e reprodutivo.

Para apoiar essa reflexão foi necessário o uso de referenciais que ajudam na compreensão dessa discussão, tais como: Danièle Kergoat (2009), Mary Del Priore (2009), Donald Winnicott (2002), Susan Besse (1999) e outros. Também foi feito uso da legislação pertinente e alguns guias do Ministério da Saúde, bem como a revista *Pais & Filhos* e o uso de entrevistas.

## **2.1 Gravidez e amamentação: um processo de construção da maternidade cabível exclusivamente ao ser feminino?**

A imagem 3 retrata a Virgem Maria e seu filho, Jesus Cristo, já morto em seus braços, esculpida por Michelangelo<sup>1</sup> em uma pintura renascentista do século XV. A análise semântica destaca a exposição feminina de mulher-mãe sob ideais conservadores, quando a Igreja dispõe do discurso de representação feminina no ideal da Virgem Maria, mulher que traz em si a pureza e a virgindade, cujo

---

1. Pintor, escultor, arquiteto e poeta do Renascimento Italiano, considerado um dos maiores representantes das artes plásticas do período. (AIDAR, 2020).

ventre gera um fruto através do Espírito Santo, sem que haja o pecado carnal. (RAGO, 2006). Há na descrição de Maria, a mulher/mãe piedosa diante da prole, o sentimento protetor e de amor ao filho acima de tudo. Maria encontra-se com a cabeça inclinada, porém serena, diante da perda do filho Jesus Cristo, o salvador, que tendo sido crucificado encontrava-se desfalecido no colo de sua mãe.



Imagem 3: Pietá de Michelangelo na Basílica de São Pedro no Vaticano. Fonte: Louvre. Disponível em: < <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl020001323>>.

Diante dessa visão de representação na arte da mulher-mãe, é possível compreender os cuidados construídos culturalmente de como deve ser a relação da mãe e sua prole, versando assim sobre uma tríade, mulher/mãe-cuidados maternos-amor. A imagem da

Virgem Maria com Jesus Cristo nos braços representa como padrão de comportamento feminino uma qualidade que é construída como inerente às mulheres, especificamente as mães, como aquelas que não abandonam seus filhos nem mesmo diante das maiores dificuldades.

No decorrer do tempo foram criadas inúmeras tentativas de interiorizar na sociedade a construção de uma natureza materna específica a todas as mulheres, na qual estas deveriam se preocupar apenas com os interesses do espaço doméstico, ou seja, restringindo sua atuação aos filhos e ao marido. Os governos e a sociedade patriarcal, buscavam formas de compreender e direcionar a concepção sobre as mulheres como as personagens responsáveis pela ordem familiar, especialmente no que diz respeito aos cuidados infantis. Logo, há sempre a tentativa de ditar quais devem ser os modos de como cuidar de seus filhos, bem como deve ser o comportamento das mulheres em relação à maternidade.

Nesse sentido, a gravidez, é um período entendido como aquele em que a mulher encontra-se gestando a sua prole, no tempo de duzentos e oitenta dias ou quarenta semanas. De acordo com Ministério da Saúde (2012), essa estimativa dá-se quando a parturiente realiza o pré-natal, se faz a partir do cálculo da DPP (data provável do parto) com previsão para quarenta semanas, para a realização desse cálculo é utilizado a DUM (dia da última menstruação), realizado quando se sabe a data do último ciclo menstrual.

A maternidade nem sempre foi sinônimo de valorização da mulher em meio à sociedade, como pode ser percebido nos estudos de Badinter (1985), ao apontar que na Idade Antiga prevalecia a autoridade paterna e marital, não havendo espaço para valorização feminina sobre a maternidade. Ocorria que a mulher tinha uma condição jurídica sempre menor que a do marido, semelhante à da filha (s) ou filho (s). Portanto, a relação de submissão da mulher ao ser masculino, representada pelo respeito e obediência em um primeiro momento ao pai e posteriormente ao marido, outrora se

encontrava em um patamar ainda mais alto, sem a sua valorização nem mesmo sobre o aspecto materno. Assim, cabia à mulher e ao filho pouca ou nenhuma importância na constituição familiar.

Contudo, esse cenário vai sofrendo modificações a partir da própria ideia de infância e de que a criança é um ser que deveria ser cuidado e protegido, tornando-se símbolo de prestígio junto à família, acompanhado dos novos rumos a que a sociedade almejava com a ascensão da burguesia, que visava, dentre outros fatores, a valorização do sentimento de infância. Como aponta Araújo e Moura (2004, p.46):

[...] somente no último terço do século XVIII sua disseminação é mais evidente. O foco ideológico desloca-se progressivamente da autoridade paterna ao amor materno, pois a nova ordem econômica que passa a vigorar com a ascensão da burguesia enquanto classe social impunha como imperativo, entre outros, a sobrevivência das crianças. Após 1760, inúmeras publicações passaram a exaltar o “amor materno” como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade, incentivando a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole.

É possível perceber que, ao passo que as atribuições ao ser infantil vão tomando forma, e sendo exigido pela sociedade uma maior responsabilidade sobre a criança, é dado à mulher esse lugar de destaque sobre a maternidade, não sem haver interesses controladores sobre essas atitudes de prestígio daquela que tem o poder de gerar, bem como seria ela que possuiria como condição inerente à sua existência o amor materno. Contudo, essa é uma concepção que se encontra em voga até a atualidade em muitas das percepções masculinas e até mesmo femininas.

Seguindo essa ótica de valorização da maternidade a revista *Pais & Filhos* aborda uma série de artigos que carregam em si um verdadeiro manual sobre ser mãe. A princípio a gravidez, sendo essa a primeira fase da mulher-mãe, ao se encontrar gestando sua



prole. Ao focar a temática, tinha como objetivo oferecer às mulheres gestantes informações de como ser a mãe ideal e proteger a futura existência dos seus filhos por meio de cuidados com alimentação, atividades físicas, trabalho, dentre outros.



Imagem 4 – Guia da futura mamãe. Fonte: Pais & Filhos, dezembro de 1971.

A reportagem acima, datada de dezembro de 1971, carrega consigo uma significativa representação da mulher que se encontra diante de sua natureza materna e também feminina, percebida na atividade de bordado provavelmente de uma peça de roupa para seu futuro filho ou filha. É possível perceber no sentar-se de uma cadeira de balanço, com uma roupa confortável, e com a barriga já aparentando o seu gestar, expressando uma serenidade, ao menos aparente, à espera de seu bebê. Porém, ao lado já vem em tamanho considerável o título do artigo, que indica que mesmo a mulher supostamente tranquila à espera de sua prole, existem questões biológicas no cerne dessa fase que independem de seus desejos,

desse modo, ela necessita conhecer melhor sobre como proceder com seu filho, a começar da gravidez. Nesse sentido, a revista inicia a reportagem destacando que:

Cada bebê que nasce faz sua mãe se sentir como a única entre as mulheres. Basta ouvir uma conversa de mães futuras ou recentes – a quantidade de detalhe a respeito do que estão sentindo (ou mal acabaram de sentir) é tamanha, que se diria que nenhuma gravidez ocorre igual. É claro que todas são marcadas por características pessoais – de organismo e de temperamento. Mas há um desenvolvimento – padrão que é bom ser conhecido, não apenas por informação, mas, principalmente, para que qualquer desvio mais sério seja imediatamente identificado e comunicado ao médico assistente. (PAIS & FILHOS, dezembro de 1971, p. 12).

A matéria inicia com a ideia de serenidade sobre a mulher à espera de seu filho ou filha na imagem. Continuou intensificando sobre as diversas emoções que se manifestam em torno da futura mãe ou mesmo da mulher mãe iniciante. Aponta que, mesmo a maternidade se mantendo de maneira singular sobre cada mulher, com suas emoções e comportamentos, há saberes que estas devem se deter, até mesmo como uma ajuda, sobre atenções que devem ser dadas durante o período gestacional e ainda sobre o que pode ser considerado aparentemente normal na gestação e o que pode ser avaliado como sinal de alerta e, portanto, indício para ir ao encontro do médico especialista.

A reportagem segue evidenciando em sua primeira escrita os sintomas pertencentes às mulheres no início da gestação, quando nas primeiras semanas ainda se tem apenas suspeitas sobre a gravidez, e que essa se intensifica à medida que surgem novos sintomas. Como é o caso de incômodo nos seios, acentuação dos mamilos, bem como a presença de sonolência e náuseas. Essa é uma análise que designa sinais de alerta ao ser feminino. A matéria tem seguimento propondo aconselhamentos para a então gestante:

Procure passar pelo menos três horas por dia ao ar livre, dormir 9 horas por noite e uma durante o dia. É importante ainda que você procure manter o máximo de regularidade em sua rotina diária: dormir, levantar e comer sempre à mesma hora. É preferível ainda, para não sobrecarregar o estômago, que você faça, por dia, cerca de cinco refeições, em pequenas quantidades. Não esqueça das vitaminas, cuja insuficiência, muitas vezes, provoca complicações para a mãe, enfermidade no feto ou parto prematuro. A vitamina D (que você consegue com sol e ar puro) é importante na prevenção do raquitismo do bebê e descalcificação da mãe; a vitamina E, também importante, pode ser encontrada no agrião, alface, cereais, gema de ovo e fígado. Procure ainda incluir uma grama de cálcio na alimentação diária. Você vai querer saber de um modo de acabar com o mal-estar e nós lhe damos, para isso, algumas sugestões. Contra a azia, evite alimentos ácidos e difíceis de digerir (como os molhos); evite também os que produzem gases (feijões secos, couve e cebola). Contra a prisão de ventre, você deverá preferir alimentos gordurosos, substituir o açúcar pelo mel, comer alimentos desintoxicantes como pão integral, legumes verdes, uvas, ameixas e figos e tomar vários copos de sucos de frutas por dia. Mas não use laxantes sem consultar o médico. Um truque contra a náuseas é manter sempre ao lado de sua cama um pacote de biscoitos creme crackers. Mastigue um logo ao acordar, ainda em jejum, pois a náusea, muitas vezes, é causada pela falta de alimento no estômago, embora você possa pensar exatamente o contrário. (PAIS & FILHOS, dezembro de 1971, p. 14- 15).

A tessitura aplicada à reportagem é situada de maneira coloquial e de fácil compreensão a partir de aconselhamentos médicos. A revista segue atuando como auxiliadora das futuras e já presentes mães, solucionando dúvidas, atuando nos mais diversos assuntos. Na citação acima é possível perceber a atuação do artigo no que se refere aos primeiros indícios na descoberta da gravidez, bem como os cuidados que devem ser tomados durante todo o período gestacional. Glória Nogueira – autora dessa matéria – segue assina-



lando que estas ações a serem tomadas devem ser seguidas para o bem-estar da mãe e da criança, que ainda se encontra em desenvolvimento e dependente totalmente de sua progenitora.

Esse discurso versa sobre os tipos de vitaminas que devem ser aplicadas à mãe e por consequência ao filho que está em seu ventre. Também faz análise e aborda dicas sobre melhores alimentos a serem ingeridos, principalmente contra a prisão de ventre e náuseas, indicando até mesmo alguns truques para combater o mal estar. A revista, conforme já destacado, apresenta um manual que coloca a melhor maneira da mulher vivenciar a maternidade com os devidos cuidados que a mesma deve tomar em sua gestação.

Então é notória a presença de aspectos referentes a maternidade científica, incorporada a partir de meados do século XIX, com o objetivo de alcançar a diminuição da mortalidade infantil, que entende a mulher-mãe como a responsável direta sobre aquele ser. A autoridade médico profissional instituída proporcionava poder e afirmação social e conferia a pediatras e puericultores responsabilidade pela saúde infantil a partir da mediação na relação entre a criança e a mãe. (MARINHO, 2018). Portanto, esses direcionamentos médicos ocorreram não sem causas, mas porque notou-se que a partir de determinado momento a presença do discurso médico científico foi consolidada e incorporada, sobretudo para as mulheres.

Diante da escrita desse guia sobre o período gestacional, são sempre apontadas características que podem vir a ser vivenciadas pelas grávidas, continuamente seguida de ensinamentos intitulados, “o que deve fazer”. É importante mencionar que esta é uma reportagem que conta com a consultoria do médico Simão Costoexky<sup>2</sup>, gerando mais propriedade e, portanto, autoridade para tratar sobre o assunto da gestação. Essa assiduidade de consultoria

---

2. Docente livre de clínica obstétrica da escola de medicina e cirurgia do Rio de Janeiro. Professor associado de obstetrícia da PUC do Rio de Janeiro, professor titular de obstetrícia da faculdade de medicina de Vassouras. (PAIS & FILHOS, dezembro de 1971).

com especialistas balizados pela ciência era utilizada pelo periódico como mecanismo para legitimação do conteúdo abordado, sobretudo, quando o assunto se tratava de mulheres, mães, maternidade e criança, algo que advém do século XIX, acarretado pelas características de implantação da maternidade científica.

As recomendações seguem afirmando ser os três primeiros meses os mais decisivos para a permanência da gravidez, fator que proíbe durante esse período exercícios físicos mais rígidos, além de tornar imprescindível que a gestante tome cuidado redobrado contra infecções e em hipótese alguma deve ser ingerido remédios não indicados pelo médico. Ao tratar a maternidade nos seus três primeiros meses como críticos e impeditivos de diversas atividades da gestante, atuando até mesmo sobre seu trabalho, esse discurso corrobora com a ideia de gravidez como doença, e, portanto, fator que torna a mulher profissional ineficiente durante a maior parte de seu período gestacional.

Ainda é mencionado que no que diz respeito às relações sexuais “nesse período inicial – também consideradas causas de abortos espontâneos – a opinião dos médicos varia. O melhor é manter o equilíbrio, isto é, tê-las moderadamente. Só devem ser evitadas se você já teve um aborto ou tem tendência a isto.” (PAIS & FILHOS, dezembro de 1971, p.16). A fala aborda até mesmo as questões sexuais da mulher, considerando que haja à primeira vista a preocupação com a mulher-mãe, mas é visível que essa é uma fala que manifesta o controle sobre o corpo feminino, e somente sobre este, quando não menciona a redução ou mesmo a abstinência sexual do companheiro, se esta tiver.

E por falar em dominação e controle sobre o corpo feminino, Judith Revel (2005) aponta que o controle social – conceito amplamente difundido por Foucault – advindo a partir da formação de uma sociedade capitalista, precisava da polícia e da vigilância sobre a população, esta última guiada não só através da lei, mas também por diversas instituições. Dentre as instituições encontram-se as

médicas e educacionais, onde a gestão dos corpos é incessante na conformação por meio da disciplina.

Com a chegada da constituição do sistema capitalista há a instalação de um novo conceito familiar e do próprio indivíduo, deve-se pensar no individual, no particular, assim como vai se findando as famílias extensas e se segue um modelo familiar menor, bem como a arquitetura das residências que adotam um modelo mais privativo. Foucault analisa os novos meios de controle através de dois ângulos, o controle como uma economia do poder atua gerenciando a sociedade a partir de modelos normativos globais centralizados no Estado, mas também instala um sistema individualista que busca moldar cada indivíduo e administrar sua existência. (REVEL, 2005).

Portanto, os corpos são um grande investimento político, pois é através da sua disciplina que o Estado consegue ter maior controle sobre a sociedade e o que nela pretende instituir. Nesse contexto, a biopolítica<sup>3</sup> atua através de biopoderes, situados na regulamentação das ações dos indivíduos a partir do olhar de instituições que possuem a centralidade de seus interesses no Estado. Essa é uma narrativa que versa principalmente sobre a economia, e se entrelaça com a maternidade dado ao fato de que esta é valorizada à medida que a criança, que posteriormente será jovem, e precisará possuir saúde, servirá de farta mão de obra ao mercado privado e estatal.

Portanto, em tudo há a presença de um controle muitas vezes velado, mas que carrega em si uma forte carga de interesses que certamente não são os das camadas pobres da sociedade, muito menos os das mulheres, e nem mesmo os das crianças. O vigiar e

---

3. O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas. (REVEL, 2005, p. 26).

disciplinar<sup>4</sup> os corpos para as novas configurações a que são dadas na sociedade, torna imprescindível cada ser ter o seu lugar social, encaixando-se em um dos ambientes que são colocados pela sociedade.

Apesar de o corpo pertencer ao ser que o habita, este não possui seu domínio, pois há sempre regulamentações e normas, bem como instruções de como esse corpo deve agir. Por ser teoricamente livre, deveria agir segundo seus desejos, porém esta mesma matéria torna suas atitudes convenientes a uma lógica produtiva e mercadológica que lhe é imposta, de maneira muitas vezes tão velada que é naturalizada. O que acontece com os papéis de gênero na sociedade, em que homens e mulheres ocupam lugares que lhes são atribuídos apenas pela diferença sexual, torna o ser masculino privilegiado e pretensiosamente se sentindo superior às mulheres. (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010).

Desse modo, as tarefas pertencentes ao âmbito privado são frequentemente destinadas ao ser feminino, encaradas como inerentes à mulher, que possuiria tendência natural para o cuidado com a casa, os filhos e o marido. Resta àquelas que decidem buscar realização pessoal através do profissional, ter uma dupla jornada de trabalho, pois mesmo conquistando o direito ao emprego público é preciso que ela compreenda que não deixará de possuir seus deveres no lar. Com essa carga responsabilizadora das atividades domésticas depositada no ser feminino, a revista segue avaliando que o quarto mês já é momento de mudanças:

[...] Você terá mais disposição para trabalhar e para se divertir e está liberada para o esporte (menos equitação, vôlei, tênis e bicicleta). Será assim até o sétimo mês, mais ou menos, quando começa o segundo período delicado da gravidez [...] faça roupas

---

4. “[...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”.” (FOUCAULT, 1999, p. 164).

com abotoamento extensível, mais largas. Evite saias plissadas ou godês, vestidos cinturados e suéteres modeladores. [...] Você pode usar decotes, pois o busto da mulher grávida é, em geral, muito bonito. Outro aspecto de sua aparência que você deve aproveitar é a melhoria da pele que em geral se processa. É mais um estímulo para você valorizar seu rosto com uma boa maquiagem. (PAIS & FILHOS, dezembro de 1971, p. 17).

Com essa afirmação a *Pais & Filhos* atua discursivamente sobre a mulher, fazendo uso, de um tom imperativo sobre aquela que a lê. Segue sua análise atuando em todos os aspectos que dizem respeito à vida feminina, desde o trabalho e divertimento, até as atividades físicas, modo de vestir e sobre sua beleza física.

Essas ideias são difundidas em uma narrativa pertencente a uma sociedade que carrega consigo marcas do patriarcalismo, em que busca tornar válida a diferença salarial entre homens e mulheres justamente pelo fator gravidez. A autonomia feminina continua sendo invadida de modo dominador quando o periódico aponta que a mulher deve fazer uso dos ganhos sobre o corpo e a pele advindos da gravidez. Quando, além de toda a preocupação com os sintomas gestacionais, tais como as mudanças no corpo e na mente, a mulher deve investir em sua beleza, pois deveria valorizar aquilo que outrora pudesse não possuir, orientando o que a agora grávida deve valorizar na sua aparência.

É evidente que a presença do discurso médico retratado através da escrita de Glória Nogueira, inculcado entre todos os argumentos e atitudes colocadas como ideais para a mulher gestante, tornando-os naturais, faz parte de um projeto controlador. Esse projeto tinha como aliado a forte presença dos médicos pediatras e de seu processo educativo-formativo através da puericultura<sup>5</sup>,

---

5. Compreendida tradicionalmente como o conjunto de técnicas utilizadas para garantir o desenvolvimento físico e mental da criança de 4 a 5 anos, bem como na sua extensão da gestação até a puberdade. Contudo, a partir da década de 1960 também iniciou outra concepção de puericultura, compreendida como práticas sociais sujeitas aos mais variados aspectos políticos e econômicos, encontrando-se

buscando melhores condições de saúde e vida do ser infantil. Esse processo somente poderia ser concretizado através das mulheres-mães, pois a estas estava condicionada a responsabilidade, que seria própria do sexo feminino, com o cuidado com a prole. (MARINHO, 2018).

A narrativa materno-infantil da puericultura tem sua constituição no século XIX, buscando o estabelecimento de técnicas e métodos sobre como as mães deveriam criar seus filhos; pois, apesar de as mulheres possuírem o amor, estas acabavam errando em alguns aspectos, mesmo que estas falhas fossem em busca do acerto. Inicia-se a busca pela consolidação do chamado lar científico, no qual a criança é considerada como importante para o futuro da nação; acredita-se que “[...] não havia um modo natural de criar filhos, ou seja, as mães, por mais amorosas e bem intencionadas, cometiam muitos erros e deviam ser guiadas pela racionalidade científica da medicina e dos especialistas.” (MARTINS, 2008, p. 142). Ou seja, era preciso garantir um bom futuro para o ser infantil, e as mães precisavam ter como aliados os médicos puericultores, pois seria através dos seus ensinamentos, advindos do respaldo científico, que elas tomariam os melhores rumos sobre a maternagem. Era preciso abandonar os saberes adquiridos outrora com suas mães e sogras, e seguir o passo a passo dos médicos.

Esse conhecimento era veiculado através de instrumentos como cartilhas e livros escritos por especialistas, médicos, educadores e psicólogos. No entanto, essas orientações chegavam primeiro às camadas mais abastadas, como todo e qualquer indício de novos processos modernizadores. Porém, era imprescindível que esse discurso se fizesse chegar até os setores menos abastados da população, pois era justamente sobre esse público que se pretendia agir sobremaneira. Para isso foram utilizados os mesmos instrumentos anteriores, no entanto, com mais didatismo e possuindo

---

para além da simples elaboração de normas científicas que possam assegurar o desenvolvimento da criança. (BONILHA; RIVÔREDO, 2005).



uma linguagem menos formal, que pudesse ser compreendida por todas, já que esse discurso era direcionado, na maioria das vezes, às mulheres, deixando claro a divisão de afazeres por meio do sexo.

Há na gravidez a marca primeira da maternidade ligada às mudanças sobre a mulher, quer seja no corpo, quer seja na mente. Na amamentação, primeira fase da mulher com seu filho após a gravidez, se inserem diversos aspectos.<sup>6</sup> A amamentação sob o binômio mãe-filho nem sempre acontecia e nem mesmo era valorizada. Além da alimentação através do leite materno, havia a presença de outros tipos de alimentos mais engrossados, o que era forte causador de doenças nas crianças. Porém, na análise das mães, aquela forte presença de uma alimentação grosseira, como mingau de tapioca ou quando por vezes davam comida à criança do próprio prato, sem fazer distinção entre alimento de adulto e um apropriado ao organismo infantil, era que a fortificaria. No entanto, o que acontecia era justamente o contrário, pois o aparelho digestivo da criança ainda era fraco e não estava preparado para receber alimentos indistintos. (DEL PRIORE, 2009).

Os médicos, desde o período colonial no Brasil, já buscavam introduzir uma alimentação mais adequada para as crianças, quando se tem também uma transição de uma forma alimentar mista para uma semissólida, porém esta era fornecida através de uma prática de passagem do alimento pela boca do adulto para uma pré-digestão, o que era encarado como cuidado; no entanto, se tratava de mais um ato não higiênico. Ainda segundo Mary Del Priore (2009), quando se dava os sinais dos primeiros dentes já era compreendido que a criança estaria apta a incorporar um cardápio comum ao dos adultos, sem haver distinções entre o que comia a criança e o adulto.

Sobre os aspectos relacionados à amamentação das crianças

---

6. Entendendo amamentação como aquela em que a alimentação é dada através do leite da mulher lactante para o lactente, diferenciando-se do aleitamento, que consiste na alimentação com qualquer tipo de leite, seja humano, artificial ou de outros animais (PRIMO, 2015).

destacados pela revista *Pais & Filhos*, em fevereiro de 1969, o periódico aborda uma reportagem que traz em seu tema: “A mulher já não sabe o que fazer da amamentação”, apontando perspectivas sobre as novas dificuldades em torno do amamentar. Logo no início da matéria há a presença de questionamentos sobre as causas da nova mulher não conseguir amamentar como antes, quando afirma:

Todo ano, o povo canta no carnaval o “mamãe, eu quero mamar”. E este grito corresponde ao primeiro instinto manifesto do ser humano – o da sobrevivência – e a um dos grandes impasses da obstetrícia moderna – o da amamentação. Cada vez mais, menos mulheres conseguem amamentar seus filhos. Estarão menos dotadas fisicamente ou serão as crianças de hoje mais exigentes? Existirão razões psicológicas capazes de perturbar o desempenho de um ato tão simples e natural? Ou serão os conflitos de ordem estética? As diferenças culturais de nossa época ou os fatores sociais e financeiros podem determinar esta fuga da mulher moderna à amamentação natural?. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1969, p. 33).

Com essa fala, questiona-se as novas dificuldades no processo de amamentação, insinuando que os obstáculos no amamentar não existiam antes, e que esse era um problema advindo da mulher moderna – o que é visivelmente uma colocação equivocada a julgar pelas evidências das transformações a que a alimentação infantil e nisso o processo de amamentar, com sua desvalorização e valorização no decorrer do período histórico – haja vista que a mulher na década de 1960 já se inseria na vida pública almejando novos ares que não os estritamente domésticos. O periódico introduz os questionamentos do que poderiam ser as causas para a dificuldade dessa nova mulher-mãe alimentar seu filho através do leite materno, defendendo que este é um processo simples e natural.

A tessitura ainda segue apontando que dentre essas causas que estavam a gerar dificuldades no processo de amamentação estaria a



vaidade feminina, ou mesmo uma fuga desse ato pela nova mulher. De fato, tudo o que a amamentação não se traduz é em simplicidade. É importante que seja levado em conta as mulheres que desejam amamentar e não podem por fatores muito mais importantes e validados, a saber, a saúde, bem como a ausência de maiores políticas assistencialistas à mulher lactante, que deve quase sempre retornar ao trabalho e realizar o desmame precocemente, deixando bem claro que essa não é uma falta feminina, mas sim, da falta de apoio durante esse processo, principalmente no que concerne a criação de leis e possibilidades de auxílio para a lactante.

Esse último fator, demonstra mais uma parte de um processo social que visa culpabilizar a mulher pela escolha da vida pública e profissional em detrimento da maternidade, pois se essa decide ir para o trabalho fora do lar deve arcar com as consequências sobre sua escolha. No entanto, essa culpabilidade não se volta ao pai, que também deve ser parte fundamental no processo de cuidados da criança, a partir da gestação. A referida reportagem prossegue com uma imagem de uma mãe amamentando o seu filho:



Imagem 5: A mulher já não sabe o que fazer da amamentação. Fonte: Pais & Filhos, fevereiro de 1969.

A imagem acima, apesar de só tornar visível apenas a mama juntamente com a imagem do bebê se alimentando do leite materno, deixa subentendido a mensagem de amor de mãe no ato de amamentar, pautando que durante esse momento há uma troca de afetos entre a mãe e sua prole. O olhar do bebê captado pela imagem, que se encontra direcionado à sua mãe, que por sua vez, segura a mão da prole enquanto ele coloca sua mão sobre o peito da mãe, demonstra a existência da troca de olhares e com isso a comunicação entre mãe e filho que advém do ato de amamentar.

Essa análise se concretiza quando é colocado que “a psicologia moderna revalorizou a amamentação, mostrando a sua importância na primeira relação da mãe com o filho” (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1969, p.36). Isso torna evidente a investida do periódico em assinalar que para além da importância nutricional do leite materno, existe a presença de uma comunicação com uma troca de afetos que mãe e filho vivenciam no ato da amamentação.

Contudo, a amamentação constituída como um processo entre mãe e filho, que demanda tranquilidade do ser feminino para que haja a sucção do leite pelo bebê, aliado a indicação de que essa lactação seja realizada com afeto e cuidado, tornando esse momento prazeroso e amistoso para os dois envolvidos diretamente nessa relação, nem sempre foi valorizada. Há de se pensar que historicamente a amamentação infantil nem sempre se dava através da mãe e seu filho, pois havia a existência das amas de leite.

No século XVII esse uso das amas de leite era mais assíduo pelas camadas burguesas e aristocráticas, a partir do século seguinte foi um costume que se difundiu entre todos os setores sociais urbanos. Entre estudiosas da área de maternidade, há uma divisão quanto às razões da difusão dessa prática, para algumas o uso das amas de leite se dava por fatores relacionados ao trabalho ou mesmo a ausência de recursos financeiros para custear essa ação, como é o caso de Catherine Fouquet e Yvonne Knibielher. Porém, essa era uma prática que gerava grande mortalidade infantil, e mesmo

diante da crescente mortandade não se findava e nem mesmo diminuía o uso da contratação das amas. (COLLIN; LABORIE, 2009).

Essas são práticas que demonstram a amamentação como imposição ao ser feminino, ou, ao menos, que esta viesse a partir da relação mãe e filho. Era bastante recorrente o uso de amas de leite<sup>7</sup> até mesmo na amamentação mercenária<sup>8</sup>, práticas que perduraram longo tempo tanto no Brasil como em outros países quando a amamentação não foi regular em relação à sua frequência, duração e maneiras.

Uma outra questão levantada pela *Pais & Filhos* nesta edição, é o término da licença maternidade para aquelas que possuem um trabalho fora do ambiente doméstico. Abordando a vivência de uma mãe em fase de amamentação foi apontado pelo periódico as dificuldades da mulher mãe nesse processo, em que possui o auxílio do pediatra sobre como prosseguir na lactação, como deve iniciar o preparo dela, mãe, e do bebê para a sua volta ao trabalho, pois não terá mais tempo integral para o cuidar do filho.

No que concerne a licença maternidade, este não é um benefício presente na vida das mulheres desde sempre, pois só a partir de 1943 através da Consolidação das Leis do Trabalho - (CLT) é que ela foi instaurada, configurada em apenas 84 dias, e ficava a cargo do contratante o pagamento do salário da parturiente, o que gerava grandes reduções de oportunidade empregatícia para as mulheres. Também foi possível ver a participação do Estado sobre os direitos da mulher lactante, quando designa que em um período de seis meses essa mulher se ausente por duas vezes em horário de trabalho por meia hora, sobre os chamados descansos especiais, destinado à amamentação da prole. (BRASIL, 1943). Essa realidade só é modificada no Brasil, a partir de 1973, quando quem passa

---

7. Segundo Perrot (2007), eram mulheres lactantes selecionadas para amamentar crianças que não eram seus filhos ou filhas.

8. Mulheres lactantes pagas para amamentar filhos e filhas que não eram seus, tanto a domicilio, quanto pelo modo de receber crianças no campo. (PERROT, 2007).

a assumir os custos da licença maternidade é a Previdência Social.

Quando se trata da criação de creches através da previdência social, era direito constituído creches nas vilas operárias em que houvesse mais de cem casas, bem como em caso de construção das creches pelo contratante ou por instituições idôneas, a previdência social deveria arcar com os custos de manutenção da mesma. Essa é uma prática que ainda vigora na legislação atual, como é colocado no Art. 30, parágrafo I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que “educação Infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade.”. (BRASIL, 1996, p. 22).

No art. 399 da CLT (1943), há também a oferta do diploma de benemerência pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, para aqueles servidores que atuassem na manutenção das creches e instituições que auxiliassem o indivíduo em idade pré-escolar, de modo que essa prestação de serviços fosse realizada de maneira voluntária. Aqui, nota-se a valorização da participação das ações benemerentes para as mulheres-mães, demonstrando que a filantropia se fazia forte aliada do Estado no que concerne ao auxílio de mulheres mães e bebês, essas ações muitas vezes chegavam ao povo antes mesmo do Estado. As atividades filantrópicas faziam a função do poder público e por isso sua valorização, pois se tornava grande aliada no projeto que visava o bem estar da criança. (MARTINS, 2005).

Contudo, sem desconsiderar essas conquistas como fortes e importantes para a mulher- mãe trabalhadora, há de ser analisado que essas ainda se tornavam ineficientes, pois não garantiam de fato a estabilidade feminina no âmbito profissional, dadas as circunstâncias de aquisição do matrimônio e ou da maternidade. Porém, a estabilidade real só foi conquistada com a constituição de 1988, em seu art. 7º, XVIII, quando a mulher passa a ter como garantia a “licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias” (BRASIL, 1988).

Diante disso, foi observado que a volta ao ambiente público através do trabalho feminino se tratou de elemento recorrente no artigo retratado pela *Pais & Filhos* referente à imagem 5, como forma de abordar as dificuldades e anseios da mulher mãe sobre seu filho no amamentar. A inserção dessa manifestação pela revista deixa nas entrelinhas da sua narrativa que a dificuldade na amamentação se deve a não exclusividade da mulher ao lar, aos cuidados com o filho. Contudo, é importante refletir que as mulheres travaram uma forte luta para conquistar o direito ao espaço público através de seu ofício, com influência dos movimentos feministas, aqui destacando sua primeira onda.

No decorrer do artigo da revista, há o relato de que na quarta semana a mãe desabafa: “É muito difícil poder conciliar as exigências do bebê com as do marido. Sair de casa é um problema, com a obrigação de amamentar. Minha mãe tem ajudado bastante, mas sinto que ela preferiria que eu não saísse enquanto estiver amamentando.” (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1969, p. 35-6). Nessa fala, há a sobrecarga depositada ao ser feminino na qualidade de mãe, diante das preocupações com o filho. Todas as emoções e angústias se manifestam em decorrência das imposições sociais sobre essa mulher, no que se refere à importância da amamentação um propagado dever não cumprindo nessa fase do desenvolvimento da criança, implicaria em falha da mulher em seu papel pleno de mãe.

Aliado ao peso já depositado sobre a mãe no que concerne à amamentação, ela também tem que lidar com as exigências do marido, que deveria ter consciência da importância de seu papel de pai para além de provedor e auxiliar na realização de tarefas relacionadas ao cuidado infantil. Também pode ser visto que, mesmo existindo o apoio de familiares nesse processo, a mulher-mãe lactante ainda sente que a preferência dos que estão em seu entorno é pela disponibilidade absoluta da mãe ao seu filho ou filha.

É evidente na percepção do periódico que a disponibilidade

exclusivamente feminina para com o bebê é o ideal, e deixa claro que a saída da mulher para o trabalho no espaço público causa diversos desconfortos para o desenvolvimento da amamentação. Contudo, esse processo de expansão feminina no mercado de trabalho foi objeto de grandes lutas das mulheres e não deveria ser contestado ou colocado em discussão referente aos fatores maternos, pois as mulheres não devem abdicar de suas profissões porque se tornam mães, mas os modelos sociais é que devem inserir políticas de acolhimento para um membro tão importante socialmente, que são as mulheres mães e não mães.

À vista disso, convém lembrar que foi durante as duas Grandes Guerras que as mulheres ocuparam os lugares de trabalho antes reservados somente aos homens, haja vista a necessidade devido a participação masculina nesses conflitos mundiais. Nesse período, as mulheres demonstraram sua capacidade em conciliar trabalho e maternidade e as feministas buscavam diante dessa eficácia feminina conseguir o direito ao voto, no entanto, findada as guerras o que há é uma enorme campanha publicitária para que essas mulheres retornem aos seus lares. (COLLIN; LABORIE, 2009).

Esse foi o início da luta feminina para sua entrada no mercado de trabalho remunerado, bem como direito ao voto, dentre outras buscas. No Brasil, a mulher casada até início da década de 1960 só poderia trabalhar no espaço público com o consentimento do marido, no entanto, com o Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121, 1962), as mulheres passaram a obter diversos novos direitos, inclusive, o de exercer o seu ofício sem que fosse necessário o consentimento do companheiro. Assim, há de se considerar a grande luta que foi para que as mulheres pudessem adentrar no mercado de trabalho.

Vale ressaltar, que essa análise não é relativa à totalidade das mulheres, pois considerando um recorte de setor social e étnico-racial, é possível perceber que negras e pobres sempre estiveram no mundo do trabalho remunerado, ainda que minimamente, pois



muitas dessas mulheres eram as próprias chefes de família e mantenedoras da subsistência dos seus dependentes. (MALUF; MOTT, 1998). De fato, o que deve ser levado em consideração é a necessidade da presença do Estado no cumprimento de seus deveres para com as mulheres-mães, com as crianças e com os pais, de modo a fornecer uma maior assistência à maternidade através de políticas públicas que contribuam com a maternagem.

A revista segue sua exploração apontando o que seria a amamentação, que a formação do leite materno depende de um processo biológico que culmina na sucção pelo bebê no peito da mãe, nesse momento primeiro é realizada a saída do colostro, que é a primeira secreção das mamas contendo grande teor proteico. Esse processo de sucção do leite materno pelo bebê só não é recomendado em raríssimas exceções, caso a mãe possua alguma doença contagiosa ou alguma deformação mamaria. O leite materno deve ser, portanto, o primeiro alimento ingerido pelo bebê, e alerta que deve ser dado em um prazo de 12 a 24 horas depois do parto, pois é o período apontado em que o estômago da criança está preparado para receber o alimento, e se livrado das secreções do parto. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1969).

A explicação sobre a produção do leite materno se dá em meio a ênfase sobre a importância da amamentação, e todos os benefícios ao ser infantil contidos exclusivamente no leite materno. Essa pesquisa não tem o objetivo de discordar da veracidade sobre a importância da amamentação, até mesmo porque essa é uma característica que não compete ao campo de análise histórica, mas sim para demonstrar a presença de mais uma grande responsabilidade depositada sobre a mulher-mãe, e que aquela que foge à regra – a de amamentar plenamente sua prole – é considerada como diferente, e, por vezes, excluída e cobrada nos papéis sociais que lhe são impostos.

O contexto dos apontamentos da *Pais & Filhos* contidos nesse artigo giraram em torno dos por quês de as mulheres modernas

não conseguirem amamentar seus filhos, já que esse, segundo o periódico, é um ato tão simples e que as mulheres de outrora o faziam tão bem. Quando segue o trecho:

[...] cada mulher tem um ou mais casos na família de mãe que deitava na rêde, durante grande parte do dia, à espera de que um filho solicitasse o seio. Tranqüilamente o descobria, dava à criança (não necessariamente um bebê) e, não raro, amamentava também o penúltimo, já crescidinho. E estas histórias tão próximas mostram, para a mulher moderna, aspectos diferentes de uma mesma situação. Porque hoje é tão difícil amamentar? (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1969, p. 36, 37).

É evidente a insistência da tessitura da reportagem em compor a amamentação como um processo natural, e que as mulheres de outrora usufruíam desse ato tão plenamente e sem dificuldades. Contudo, as mulheres que foram embaladas pela modernidade não sabiam lidar com algo que deveria ser tão natural. É preciso compreender que a amamentação, assim como todos os processos destinados aos indivíduos, não se constitui de maneira única, e que mesmo em meio às mulheres lactantes de antes havia aquelas que não conseguiam amamentar, e que a dificuldade envolvida na lactação não tem a ver com a nova mulher.

Para finalizar a reportagem, são apontadas dificuldades da aleitação oriundas da ansiedade da mãe, que mesmo tendo sido bem preparada durante o período pré-natal e possuindo todas as condições ideais para a lactação, se a mesma possuir grande ansiedade esta não conseguirá liberar o leite. Assim, “A criança, insatisfeita continua a chorar e a mãe, angustiada, tenta inutilmente compensar o insucesso. Estabelece-se o círculo vicioso e, quanto maior a ansiedade, maior a dificuldade na amamentação.” (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1969, p. 37).

Se por um lado a mãe não consegue amamentar o filho com o leite materno, esta, agora amparada por médicos especialistas, a



saber, obstetra e pediatra, pode tomar os melhores rumos a alimentação de seu filho. Aqui segue a ideia da inserção do leite artificial<sup>9</sup>, que como pontuado pela revista, “surgem novos conceitos sobre amamentação, principalmente pela facilidade crescente de se substituir o leite natural pelo artificial.” (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1969, p. 36). No período dessa matéria já era mais permissível o uso do leite artificial como sugere a revista, diante da presença da dificuldade na amamentação e com a decisão tomada em comum acordo poderia haver a substituição do leite natural pelo artificial. Com o auxílio da fala de especialistas prossegue:

A gestante, tendo sido bem atendida no pré-natal, está capacitada a transmitir à criança os anticorpos que a protegerão das tradicionais doenças infantis. “sem angústia, a mãe poderá dar ao bebê toda uma compensação afetiva, através de carinhos e cuidados”, afirma o Dr. Nadir Farah. “Pode ser que, desta forma, estejamos favorecendo o crescimento de uma geração mais feliz.” (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1969, p. 37).

A análise da revista aliada ao discurso médico demonstra que poderá haver a não amamentação de forma efetiva através do leite materno, contudo, esta deverá compensar a ausência das trocas afetivas que seriam traduzidas a partir do amamentar, através de muito carinho, e que, mesmo sendo feito uso da mamadeira, a mãe deveria alimentar o seu filho rodeado de amor e cuidado. Mais uma vez, essa é uma fala que só atinge diretamente a mãe, quando em um processo de alimentação através do leite artificial poderia ser realizado também pelo pai, no entanto, a fala se direciona a mulher mãe, como uma responsabilidade efetiva e exclusiva do ser feminino. Será através do afeto que esse ser poderá ser ainda mais feliz no futuro.

---

9. Fórmulas infantis elaboradas à base de leite de vaca ou outros animais, fornecidos em forma líquida ou em pó, usados sob prescrição médica ou não, na falta total ou parcial do leite materno. (GONÇALVES; MELO, 2014).

Há nas investidas médicas relacionadas as ações que deveriam ser seguidas na amamentação, ação caracterizada como fundamental no processo de desenvolvimento da criança, é possível perceber na abordagem da *Pais e Filhos* que as falas versavam especialmente sobre a lógica do afeto, quando mesmo não podendo haver a alimentação do filho através do aleitamento materno, se acompanhado do leite artificial estivesse ternura e carinho advindo da mãe, essa criança seria feliz, ou pelo menos, teria mais chances de ser feliz no futuro. Contudo, se essa interação afetiva foi apontada como fator potencializador para o surgimento de uma criança feliz, essa deveria então ser uma narrativa voltada também para a otimização e potencialização do afeto no alimentar infantil pelo pai, e não exclusivamente da mãe, haja vista que esse processo deve independe das diferenças de gênero.

Ressalta-se que o incentivo pela amamentação dos bebês através das próprias mães no Brasil se deu a partir do século XIX, como mais uma parte de um movimento civilizatório sobre a população. Essa fala partia especialmente dos médicos, que buscavam incentivar a população, em especial as mães, para a amamentação como fonte da consolidação de uma futura nação com cidadãos de famílias fortes e crianças saudáveis. Essa narrativa ganha ainda mais ênfase quando “o discurso médico de combate às amas-de-leite e estímulo ao aleitamento materno ganharia novo rumo em meados de 1870 impelido pela criação da pediatria e movimento abolicionista.” (FREIRE, 2006, p. 265).

Nota-se uma investida através dos médicos a partir de um olhar diferenciado e cuidadoso sobre a alimentação infantil pautado pela importância do leite materno. Para além da presença da amamentação, era inculcida a valorização desse ato realizado pelo binômio mãe – filho, buscando a não mais existência da amamentação mercenária. É visto que essa fala é bastante difundida a partir dos movimentos abolicionistas, haja vista que a lactação através da mulher não mãe era realizada tanto por dinheiro, na Europa e no

Brasil, mas também se dava pelas mulheres negras escravizadas no país. Mesmo com a abolição da escravidão a cultura das amas-de-leite ainda persistia, elas constituíam forte mão de obra. Assim, a investida da medicina para o combate e condenação dessa prática, baseava-se mais estritamente no “desejo dos intelectuais republicanos no sentido de ruptura com práticas identificadas com o antigo regime – especialmente a cultura escravista – e associadas ao atraso e à tradição”. (FREIRE, 2006, p. 266).

A intencionalidade para o abandono das amas negras versava dentre outras coisas sobre o aspecto dito moral, bem como a presença do discurso higienista que visava a modernização do Brasil. Para que isso fosse possível se fazia necessária a mudança nos costumes e modos de vida dos brasileiros, os quais ainda se fincavam em hábitos grotescos. A revista *Pais & Filhos* abordou a amamentação em um contexto geral como algo natural e simples, de modo que, ao apontar as dificuldades femininas na lactação as relacionou com as novas atribuições da mulher moderna, alegando que o leite materno é fonte importantíssima para o bem-estar infantil.

Contudo, é de se constatar que as dificuldades sobre amamentação sempre ocorreram não sendo constituída a partir das novas vivências femininas sobre o campo profissional, havendo diversos fatores como influenciadores dessa adversidade, compreendendo a amamentação sobre a díade mãe – filho cercada de variantes no curso histórico. Na busca de compreender as rupturas e permanências com o passado diante das questões referentes a amamentação, foram entrevistadas três senhoras que vivenciaram a maternidade nas décadas concernentes a este estudo. Mulheres, de contextos sociais distintos, carregando em si uma história de vida própria de suas construções como mulheres - mães, que, no entanto, em algum momento se entrelaçam com hábitos e convicções sobre o amamentar. Para tanto, essas entrevistas seguiram os princípios da História Oral que “permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” e, dessa forma, amplia as possibilida-

des de interpretação do passado” (ALBERTI, 2010, p. 155).

Orquídea deu à luz a dez filhos, e ao ser questionada se os amamentou respondeu: “Amamentei. Todos. A minha caçula amamentei dez anos.” (ORQUÍDEA, 2020, p. 9). Seguindo, ao ser indagada sobre a existência de dificuldades no amamentar, desenvolve que “Não. Eu amamentei meus filhos seis meses sem dar nada, só o leite. E dos seis meses em diante que eu começava a dar um novo tipo de alimentação.”. (ORQUÍDEA, 2020, p. 9). Pode ser visto que a perspectiva vivenciada por Orquídea é a incorporada na *Pais & Filhos*, aquela que tanto era aconselhada por médicos e especialistas, assim, surgiram questionamentos sobre a participação da narrativa médica diante desse cenário.

A primeira pergunta no cerne das falas médicas como contribuinte ou não para as decisões sobre o aleitamento materno da entrevistada, foi a de que se essa era uma decisão que advinha da entrevistada por uma prática popular ou se continha um aconselhamento médico. Então, ela discorre “porque o médico sempre dizia que quem pudesse dar durante seis meses só o peito era para dar, que era melhor que a alimentação. E eu tinha leite suficiente, não sentia nada, eu dava, seis meses em diante é que eu dava outra alimentação.” (ORQUÍDEA, 2020, p. 10).

As falas de Orquídea são categóricas ao exemplificar a sua escolha pelo aleitamento materno e exclusivo até os seis primeiros meses, evidenciando que apesar do discurso médico versar sobre esse mesmo viés esta não era apenas a causa de sua escolha, mas sim, deixa evidenciado que mesmo se não houvesse tido esse diálogo médico sobre a importância da amamentação, esta faria parte de seus cuidados para com seus filhos. Orquídea deixa perceptível em sua fala um tom de orgulho por ter podido amamentar todos os seus dez filhos, dando destaque aos dez anos que aleitou a sua filha mais nova.

A segunda entrevistada, mãe de três filhos, foi a senhora Margaridinha, na qual já é possível ver certas diferenças em relação a

primeira, quando no momento em que é indagada sobre a existência de dificuldades para a amamentação, respondeu que “Só no terceiro que teve... porque ela rejeitou a mama e... tampou a veia do leite e veio sair o leite. Tampou e quando tampou a veia, o leite saiu de lado, do bico da mama.” (MARGARIDINHA, 2020, p. 14). Ambas entrevistadas realizaram o pré-natal, bem como exames e tiveram diálogos com os médicos, diante de suas falas torna-se evidente a importância que era dada ao que era pontuado pelo especialista.

A perspectiva em torno do aleitamento e que se faz importante mencionar, é que apesar de considerar a importância da amamentação tanto para a mãe quanto para o bebê, esta prática quando realizada obrigatoriamente pode não trazer bons benefícios para ambos, já que em determinados momentos, algumas mães podem não estar preparadas ainda, para amamentar de uma forma eficiente ou devido aos seios não estarem completamente desenvolvidos para exercer esse processo, o que não se deu no caso de Orquídea, mas foi fator para Margaridinha. Assim, como argumenta Donald Winnicott:

Quero me distanciar daqueles que tentam obrigar as mães amamentarem os seus bebês. Vi um grande número de crianças que passaram por situações muito difíceis, com a mãe lutando para que seu peito desempenhasse suas funções, algo que ela, por natureza, é totalmente incapaz de fazer, uma vez que escapa ao controle consciente. Tanto a mãe quanto o bebê sofrem com isso. Às vezes experimenta-se um grande alívio quando, finalmente, passa-se a fazer a alimentação por mamadeira, e, seja como for, alguma coisa vai bem, no sentido de que as necessidades do bebê estão sendo satisfeitas por ele estar ingerindo a quantidade exata do alimento adequado. (2002, p.21).

O fator preponderante que circunda essa discussão é a importância da não imposição diante de um processo que deve ser construído a partir de escolhas que encontram-se ligadas somente

a mãe e seu filho, diante de uma decisão sobre o amamentar ou não, há questões que estão para além do que pode ser visto como apenas uma escolha. Uma mãe que não desenvolve a amamentação pode lidar de uma maneira segura e positiva quanto a isso, como também pode ser dolorido e não se encontrar tão bem resolvida. Portanto, seguindo a compreensão de Donald Winnicott (2002), uma alimentação dada ao filho sem pressões, seja ela como for, poderá desenvolver muito mais benefícios do que uma amamentação forçada.

Seguindo nas diferenciações da primeira para segunda entrevista tem-se também a introdução alimentar, naquilo que ambas davam aos seus filhos; quando Margaridinha iniciou apontando que fez uso do leite artificial desde cedo “A começar dos cinco dias eu começava a dar o leite e era... leite ninho que eu começava a dar, porque... com cinco dias o leite ia falhando, ficando pouco, os seios eram bem pequenos e não dava para as crianças se alimentarem bem e eu fazia o leite da...[...]”. (2020, p. 15).

Seguindo essa linha, quando perguntada se a amamentação por outras mulheres que não fosse a mãe era prática comum, responde “Sim, dependendo da situação... eu tive a primeira filha... antes dela dar sarampo foi preciso, ela tomar leite de uma senhora que era vizinha minha.” (MARGARIDINHA, 2020, p. 15). O que se nota é a existência ainda presente de amas de leite, não mais em forma mercenária ou escravizada, mas como instrumento que possibilitava a amamentação infantil ainda que não fosse diretamente da mama de sua progenitora, mas de uma outra mulher.

Apesar da amamentação a partir de outras mulheres ter sido excluída na orientação médica, o modelo de mãe higiênica incorporado e difundido a partir do século XIX, incentivava a amamentação pela mãe. (COSTA, 2004). Contudo, essa prática ainda era vivenciada na década de 1960, embora sob uma outra ótica mais de solidariedade e preocupação com o bem-estar da criança. Assim, é possível perceber a partir de relatos como algumas ações culturais



não se tornam inexistentes em sua totalidade, passando por um processo de descontinuidade, mas não de uma ruptura total.

Orquídea e Margaridinha possuem singularidades nos modos como conduziram a maternidade. No entanto, as singularidades não se restringem às duas primeiras entrevistadas, mas se expandem quando ouvida Rosa, a terceira entrevistada, que durante o período de 1960 e 1970 residia em Brasília, no município de Sobradinho, teve cinco filhos, tendo educado dois do total.

Ao contrário das primeiras entrevistadas, resistia quanto a ir ao médico, possuía certos receios quanto as consultas com os especialistas relacionados a gravidez, como pode ser visto em sua fala “Sim. A maioria eram homens, mas tinham poucas mulheres e eram enfermeiras. E eu tinha vergonha.” (ROSA, 2020, p. 17). Quanto a assistência à mulher grávida nesse período, ela responde “Da minha filha era difícil porque eu tinha vergonha de ir ao médico, mas quando eu cheguei a ir estava quase perdendo, porque eu tive mais internada do que em casa e sempre foi minha gravidez, dos cinco até... segurei ela até o final.” (ROSA, 2020, p. 17). O atendimento, por sua vez, ocorria “No pronto socorro, nos corredores, naquela época eu ganhei ela mesma foi no corredor... porque o hospital era pequeno naquela época.” (ROSA, 2020, p. 17).

A partir da fala de Rosa é possível analisar que a presença e o poder da narrativa médica não estavam implantados entre todas as mulheres, e apesar da década de 1960 e 1970 ser caracterizada por um período onde mulheres davam à luz em maternidades, realizavam o pré natal, tinham um relativo acesso a pediatras para seus filhos e filhas, ainda havia mulheres que se sentiam constrangidas com o atendimento médico (MARTINS, 2005).

Portanto, a presença da história oral nesse estudo mais uma vez revela as singularidades e vivências de um determinado momento histórico a partir de falas particulares, “O relato pessoal deixou de ser exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada pos-



sível em determinada configuração histórica e social.” (ALBERTI, 2010, p. 163).

Diante da fala da entrevistada, o mais importante é o bem estar da mãe e do filho, até mesmo porque para este encontrar-se bem a mãe precisa estar bem. Logo, o que fica claro é que não importa a maneira como será realizada a alimentação infantil, sobretudo nos primeiros meses de vida em que se destina a amamentação como fonte principal de alimentação, mas sim que esta seja desenvolvida com afeto e tranquilidade de todos, sobretudo, dos mais envolvidos nesse processo, que é o binômio mãe – filho/filha.

É necessário e imprescindível a compreensão de que a mulher no estágio de mãe recente está se constituindo como tal, e essa construção é um processo que demanda inseguranças, incertezas, receios, e que qualquer olhar pressionador vai demandar ainda mais adversidades. A sociedade julga, pressiona, impõe de todas as maneiras. Ao encontrar uma mãe amamentando uma criança na mamadeira, por exemplo, haverá aquela fala ou simplesmente um olhar do tipo: tão novinha, novinho já está fora do peito? Ou mesmo, ele ainda mama? Essas são duas dentre inúmeras pressões que são colocadas à mulher mãe. Não se busca compreender situação pelo olhar da mãe, sem saber os inúmeros motivos que podem estar em volta daquela não amamentação.

Nesse sentido, direciona-se a atenção para a preocupação sobre o bem-estar da criança, logo no período gestacional das futuras mães. São os cuidados com a gravidez, a busca pelo melhor alimento ao filho ou filha desde os seus primeiros momentos de vida, os cuidados infantis que se encontram sob suas mais variadas vertentes. Assim, no tópico seguinte serão discutidos aspectos relacionados aos cuidados infantis, a partir da análise dos artigos da *Pais & Filhos* que abordaram a dedicação ao novo membro familiar, o então ser infantil.

## 2.2 As responsabilidades dedicadas à prole como um ato desenvolvido por mães e pais, ou essencialmente em uma perspectiva feminina?

Serão analisados artigos publicados na revista *Pais & Filhos* que abordaram os cuidados com a filha (s) e/ou filho (s). Para essa temática foram selecionados textos de 1969, 1970 e 1972. As reportagens serão de base para que seja analisado como o periódico percebia o cuidar com a prole e a quem o seu discurso se direcionava, à mãe, ao pai ou a ambos.

No ano de 1969, foi publicada a reportagem intitulada “Que me falta para ser uma boa mãe?”, acompanhada de uma foto de página inteira. Na página seguinte uma outra imagem panorâmica toma duas páginas inteiras. Nisso, se faz o convite para observar ambas, na imagem que se segue, para que, então, seja possível perceber os contrapontos entre as duas:



Imagem 6: Que me falta para ser uma boa mãe? Fonte: Pais & Filhos, maio de 1969.



Imagem 7: Que me falta para ser uma boa mãe? Fonte: Pais & Filhos, maio de 1969.

Na imagem 6 é perceptível a realização – felicidade – feminina através da maternidade simplificada no carinho da prole. Na imagem 7, o que se vê é uma família sobre a cama, e todos os filhos se encontram em volta da mãe; mesmo o pai presente fisicamente este dorme, um tanto quanto afastado da família, como se aquele momento não pertencesse a ele. Mesmo diante da presença do marido e pai das crianças não há sua participação na ocasião com os filhos, a mãe depois de um dia cansativo se encontra realizada em sua completude familiar. As características do momento juntos, o afeto e cuidado se alinham a uma perspectiva advinda da mulher.

As duas imagens permitem perceber uma mensagem que pode ser traduzida sob a perspectiva de que tudo vale a pena quando se tem o amor do filho, mesmo diante da sobrecarga dos trabalhos envolvidos na dedicação a prole existe a compensação através de seu afeto e sua felicidade. Desse modo, o que é apontado é que a busca do melhor cuidado com as filhas, os filhos advêm da mãe. O periódico segue a análise apontando afazeres de uma mulher-mãe de caráter modelar:

[...] da tudo o que pode. Passa o dia inteiro lidando com seus filhos. Cozinha, lava e engoma suas roupas, faz questão de levá-los pessoalmente ao colégio. Isto sem falar em todos os outros compromissos que você assume por causa deles – aulas de judô, balé, natação, escolinha de arte para o caçula, médico e dentista semanalmente. Se um adoecer, você se desdobra para satisfazer-lhe os mínimos caprichos. Em suma você é daquelas que se matam pelos filhos e simplesmente não tem vida própria. Por tudo isso, seus parentes e amigos são inânimes em afirmar que você é uma boa mãe. Mas, será mesmo? (PAIS & FILHOS, maio de 1969, p. 68,69).

Para que a mulher – mãe seja valorizada como tal, seguindo a vertente apontada pela *Pais & Filhos*, é preciso que esta se mostre anulada em sua vida pessoal, esqueça de si mesma e viva em função da família, pois frequentemente a revista assume a posição conservadora. Ainda que o ser feminino viva uma vida voltada para os interesses familiares, esta, por sua vez, pode não ser uma boa mãe, como indagava a revista. Essa interpelação se dá justamente para dar continuidade quanto a temática central da matéria que visava discorrer sobre atitudes de mães que, segundo a análise do periódico, não permitem que a mulher na condição materna esteja agindo de maneira ideal.

Um estudo que traduz de maneira mais realista a maternidade e o processo do materno do médico e psicanalista Donald Winnicott (2002), aborda o conceito de mãe dedicada comum ou mãe suficientemente boa. Nesse estudo o autor analisa a mãe dedicada comum não com desvalorização, muito pelo contrário, faz uso do termo para constatar que a mãe que não busca a perfeição, mas sim atender as necessidades da criança, na medida do possível, se configura como uma mãe boa. Assim, esse conceito não se aplica apenas na relação mãe e filho gerado biologicamente, mas cabe às mães adotivas, pois o estudo versa sobre as nuances da maternagem.

Nessa constituição, o autor destaca alguns processos da maternidade que são importantes pontuar. Ao falar da mãe dedicada é preciso que seja compreendido que esta não se caracteriza como aquela que atende a criança a todo instante, ignorando outros fatores e vivendo em plena função do bebê, ao contrário, esta deve permitir que o ser infantil passe por momentos de frustração e que compreenda que aquela que cuida dele não é uma extensão sua, mas sim que é outra pessoa. Contudo, isso não quer dizer que o bebê não seja acolhido e amparado, como é apontado por Donald Winnicott:

Com o tempo, o bebê começa a precisar da mãe para ser mal sucedido em sua adaptação – e esta falha também é um processo gradual que não pode ser aprendido em livros. Para uma criança, seria muito aborrecido continuar vivenciando uma situação de onipotência quando ela já dispõe dos mecanismos que lhe permitem conviver com as frustrações e as dificuldades de seu meio ambiente. Viver um sentimento de raiva, que não se transforma em desespero pode trazer muita satisfação. Qualquer dos pais aqui presentes saberá o que quero dizer quando afirmo que, por mais que vocês tenham submetido o seu bebê às mais terríveis frustrações, jamais deixaram de apoiá-lo – isto é, o apoio dado pelo seu ego ao ego do bebê foi digno de confiança. Nunca aconteceu de o bebê acordar gritando e não haver ninguém por perto que o ouvisse. Em outros termos, vocês constataram que nunca tentaram fugir de suas responsabilidades para com o bebê através de mentiras. Mas, naturalmente, tudo isso implica não apenas que a mãe tenha sido capaz de dedicar-se integralmente a esta preocupação para os cuidados para com o seu bebê, mas, também, que ela teve sorte. Não preciso enumerar as coisas que podem acontecer até mesmo nas famílias mais ajustadas [...]. (2002, p. 5- 6).

Essa análise segue a perspectiva da importância de determinadas frustrações sobre o ser infantil, contanto que este não deixe de ser apoiado. Essa colocação aponta para uma das funções ligadas

à maternidade e paternidade, a ideia de culpa, compreendendo que em meio a acontecimentos previsíveis e fáceis de resolver sobre a criança, há também fatores que podem contribuir para um processo de culpabilização dos pais, mesmo quando é algo que não cabe a eles permitir que aconteça ou não.

Como é o exemplo apontado pelo autor supracitado, de que uma mãe pode vir a tornar-se mãe novamente, de maneira inesperada, e por isso, independentemente de sua vontade não poderá estar totalmente disponível para o primogênito, ou mesmo, por uma fatalidade ocorre o falecimento da mãe e esta, por sua vez, terá que deixar seu filho de maneira inesperada. Essas são ações que podem acontecer involuntariamente através do destino. Diante disso, pode haver o que Donald Winnicott afirma:

[...] há um grande número de razões pelas quais algumas crianças são atingidas antes que sejam capazes de evitar que sua personalidade seja ferida ou lesada por algum acontecimento. Devo, agora, retomar a ideia de culpa. É necessário que saibamos olhar para o crescimento e desenvolvimento humanos, com todas as suas complexidades que são pessoais ou intrínsecas à criança, e sejamos capazes de dizer: houve, aqui, uma falha do fator “mãe dedicada comum”, e fazê-lo sem culpar quem quer que seja [...]. (2002, p. 6,7).

As ações que podem vir a ocorrer independentemente dos pais e que, mesmo podendo afetar o desenvolvimento da criança, não deve ser incorporado como culpa para os pais, mas sim, que estes possam retirar das falhas o aprendizado para melhor agir com a criança. Assim, haverá o bom uso do erro, transformando-o em melhores condições para a relação dos pais com a filha ou filho. Ser mãe dedicada e comum é desenvolver a maternidade que a filha, o filho precisa, permeando a singularidade, compreendendo que as falhas fazem parte do processo, e que não agir em busca da perfeição ajudará verdadeiramente seus filhos.

É preciso que seja compreendido que o discurso embutido na



revista *Pais & Filhos* versava, principalmente, sobre a busca de um ideal perfeito sobre a maternidade tradicional, pautando os ensinamentos que devem ser seguidos minuciosamente para que não haja falhas. No entanto, este estudo não pauta a maternidade perfeita a partir de ideais impostos como os corretos e imprescindíveis, mas sim, compreende que a relação mãe e filho se dá de maneira singular e, que, portanto, não há como ser traduzida a partir de direcionamentos perfeitos.

A *Pais & Filhos* segue descrevendo uma série de modelos de mães que agem de determinadas maneiras, que, segundo o periódico, não condizem com o que seria considerado como uma boa mãe. Intituladas como “Mãe que sempre cobra gratidão dos filhos está longe do ideal”, ou ainda “A que não se importa com as crianças também não pode ser boa mãe”, seguida de “Um exemplo de mãe tirana :criança não tem querer”, em conseguinte “O mundo interior de um garoto precisa ser sempre respeitado” e “Deixar que os filhos façam de tudo não é uma atitude muito boa”. Essas são algumas das frases que intitulam subtópicos na reportagem, ambas vêm sempre com um ar do que não seria concebido como correto para atingir o ideal de boa mãe. Há de se perceber isso em falas como “[...] De qualquer modo, também essa não é a mãe ideal.” (PAIS & FILHOS, maio de 1969, p. 72). Em seguida a falas como essa, o tópico se encerra com “O que viria a ser então uma boa mãe?” (PAIS & FILHOS, maio de 1969, p. 72).

A revista *Pais & Filhos* então segue parecendo ter a resposta apropriada para esta indagação. A boa mãe é, portanto, aquela que cria o seu filho para o mundo e não para si, lhe fornecendo condições emocionais satisfatórias para uma vida em sociedade. É preciso que haja compreensão e respeito por cada etapa da criança, nunca exigindo ao pequeno ser mais do que aquilo que é possível que se lhe ofereça, sem que seja esquecido o uso das restrições, para que a criança cresça sabendo lidar com os “nãos” da vida, para que saiba fazer uso de sua liberdade sempre respeitando a do



outro. (PAIS & FILHOS, maio de 1969).

Mesmo diante dessa aparente fórmula mágica sobre como educar o filho de maneira ideal, essa é uma perspectiva que recai sobre a mulher, sem em momento algum se dirigir ao papel do pai nessa relação de cuidados. A revista segue pautando alguns ensinamentos de como a mulher poderia colocar em prática atitudes que a levassem a ser uma boa mãe, como a de que é de suma importância que não demonstre fraqueza ou insegurança sobre suas ordens e atitudes, bem como a permissividade para que a mãe até possa bater na criança, contando que esteja agindo de maneira justa, de modo a disciplinar e ao tempo que lhe dá umas palmadas explique o porquê da criança está apanhando.

Era indicado, ainda, que a mãe não fizesse escândalos com as travessuras dos seus filhos. O mais importante seria o diálogo na relação mãe e filho, já que há coisas que eles até podem descobrir sozinhos, porém, outras é necessário que a mãe explique e se faça compreender, quando por vezes elas mesmas tomem atitudes para além da fala, como, por exemplo, “Além de ensinar que a janela é, perigosa, se a criança é pequena, a mãe talvez tenha também de colocar grades. Para evitar problemas maiores” (PAIS & FILHOS, maio de 1969, p.75).

A partir dessas percepções indicadas pela *Pais & Filhos* é possível alinhar outros conceitos trabalhados por Donald Winnicott (2002), quando ele conclui que há três funções que estão ligadas a maternidade, que são amplamente conhecidas como holding (segurar), handling (manusear), e a última denominada como relação objetal. A primeira está intimamente ligada a segunda, ambas encontram-se centradas no segurar, este estando para além do simples ato de sustentação do bebê, mas sim dando-lhe segurança através não só da mãe, mas de todo o conjunto familiar envoltos dos cuidados infantis, ampliando-se para quando o bebê já passa da fase primeira e se torna uma criança. Será através da segurança oferecida a partir de ações e interações com o meio, que o pequeno

ser poderá sentir-se seguro e, portanto, acolhido através de sustentação e cuidados físicos, proporcionando acolhimento em um ambiente seguro para a interação.

O autor supracitado é importante fonte na discussão de uma nova perspectiva sobre os cuidados infantis, sobretudo aqueles que são direcionados, quase sempre, exclusivamente ao ser feminino. Destaque para as investidas abordadas nas falas da revista *Pais & Filhos*, que torna praticamente inexistente a relação trabalho com as crianças como função também paterna. A perspectiva abordada no estudo de Donald Winnicott (2002) busca dar visibilidade a uma maternidade real, sem ir em busca da maternidade perfeita, pois o ideal de mãe suficientemente boa encontra-se oposto à busca pela perfeição, mas sim, em consonância com uma relação real e efetiva, de modo a atender as necessidades de seus filhos na medida das possibilidades existentes.

A maternidade é vivenciada de diferentes maneiras e, portanto, existem diversos tipos de matinar. Apesar das grandes imposições e cobranças a que as mulheres são sempre submetidas na e pela sociedade, é de se constatar e necessário compreender que “no mundo há lugar para todos os tipos de mães; algumas farão bem um tipo de coisa, outras terão sucesso em outro tipo de coisa”. (WINNICOTT, 2002, p. 16). Não há receita pronta para uma maternidade perfeita, ainda que médicos, especialistas, revistas e até mesmo entes da família e amigos queiram ditar a melhor maneira de educar e cuidar das crianças “Pois pessoas insensatas tentarão, muitas vezes, ensinar-lhes como fazer as coisas que vocês podem *fazer* muito melhor do que podem *aprender a fazer*.” (WINNICOTT, 2002, p. 18). Assim, o necessário e importante é que as mães entendam seu real valor e potencialidades como mulher – mãe, que não necessitam de manuais para os cuidados com os filhos, mas que ao invés disso, haja uma rede de apoio familiar que busque compreender e apoiar a maternidade para além de direcionamentos propostos como ideais.

O único momento em que há uma fala que remete ao pai nessa reportagem, é para fazer uma crítica ao ser feminino. Quando aponta que não é apropriado a criança sentir medo da mãe, mas sim ter respeito, o que de fato é importante, no entanto, o modelo como se dá a colocação é de desaprovação da mulher, que não deve mencionar a frase “deixa seu pai saber disso.” (PAIS & FILHOS, maio de 1969, p. 75). A base do posicionamento da revista se dá em torno das atribuições relacionadas aos cuidados com a criança estar intimamente ligada a mãe, e não em parceria com o pai da prole, e que essa mulher ainda precisaria se enquadrar em certos padrões para que estivesse no caminho certo para um bom exercício da maternidade.

É preciso que seja apreendido e internalizado que a maternidade é um processo, no qual a partir do nascimento do bebê, se tem o nascer de uma mãe que ainda irá aprender a ser mãe, pois não há um manual por mais que muitos elementos da mídia tentem transmitir uma ideia contrária que garanta a maternidade perfeita, haja vista que cada bebê é diferente, com personalidades diferentes, e conseqüentemente, mães diferentes. Parte fundamental que diz muito sobre os resultados desse processo é a cultura a que se pertence, das interações com o meio e com o outro, bem como com as experiências a que são constituídas ao longo das suas vivências.

No ano de 1970 a revista *Pais & Filhos* publicou uma reportagem sobre a temática “O senhor bebê e seus problemas”. Abordou cinco pontos que fazem parte dos primeiros meses de vida da criança: a vestimenta, o banho, o dormir, o pediatra e a psicóloga. Destaca-se aqui mais uma escrita incisiva sobre os cuidados infantis direcionados ao ser feminino, poupando o homem de seus papéis quanto as atribuições sobre o filho ou filha. Ao abordar o banho, é destacada em duas páginas a imagem de um bebê nesse momento, como segue:



Imagem 8: O senhor bebê e seus problemas. Fonte: Pais & Filhos, dezembro de 1970

A imagem, apesar de dar visibilidade ao ser pueril, a infância despreocupada e o interesse da mãe, deixa visível quem participa do momento do banho do pequeno. É a progenitora, tornando mais uma vez, inexistente a presença do pai nos cuidados com o filho. O que fica ainda mais evidente quando ao abordar sobre a importância do banho para o bebê, afirma que:

[...] a mamãe deve separar pelo menos uma hora diária para a limpeza do bebê [...] A mamãe não pode esquecer de lavar a cabeça da criança todo dia, pois ali se forma uma espécie de casca. [...] Tudo pronto, bebê limpo, a mamãe deve apressar a mamadeira, depois do banho a fome dêle aumenta. [...] Para a mamãe a coisa não acaba aí: ela completa a higiene retirando do quarto a roupinha suja e colocando-a de molho num balde com sabão em pó, porque a roupa suja guardada acumula germes. Depois, a mamãe também pode descansar, porque, afinal, ninguém é de ferro. [...] A altura do berço é questão secundária. Importante mesmo é a altura das grades, que devem ser suficientemente altas para que a criança não caia ao se debruçar. Para que sua altura não prejudique o trabalho da mãe ao cuidar da criança. [...]

É nos primeiros meses de vida do bebê que a mãe lhe garante boa saúde. [...] Antes mesmo de ir para a maternidade, a mãe já deve ter preparado o quarto do bebê, com um berço em lugar claro e arejado, roupas frescas para o verão e somente roupa de linha para o inverno, nada de lã. [...] a mãe deve perguntar ao médico que leite usar e qual a quantidade. [...] Mas não basta que a mãe cuide da alimentação do bebê. É importante que esteja atenta ao desenvolvimento motor do filho e comunique ao médico qualquer dificuldade. [...] Mesmo quando não é o primeiro filho, a mãe não deve tentar resolver nenhum problema do bebê sem o pediatra. (PAIS & FILHOS, dezembro de 1970, p. 12, 14, 18, 19, 22)

A análise é categórica ao pontuar sempre de forma incisiva a presença da mãe em relação aos afazeres sobre e para os filhos e filhas, sem mencionar a participação paterna nesse processo. A maternidade, como já mencionado aqui, é uma construção, pois não se nasce mãe e nem mesmo passa a ser mãe, mesmo para aquelas que sempre desejaram a maternidade, tudo faz parte de longo processo, ou seja, não é uma condição inerente ao ser feminino, embora certos grupos sociais puguem o contrário. (BADINTER, 1985). Assim como para as mulheres é possível tornar-se mãe, com todas as suas atribuições e responsabilidades sobre o novo ser que acabou de nascer, é inteiramente possível e real que a paternidade seja constituída e vivenciada a partir da divisão do trabalho dedicado ao filho ou filha. No entanto, o que é percebido e vivenciado é a desigualdade das atividades domésticas a partir da divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2009).

A mãe é sempre destinada a ser maior responsável pela prole, com os cuidados com a alimentação, desde a amamentação até a introdução de um alimento diferente e por longos anos seguintes, a marcação de consultas, a separação do uniforme escolar, as conversas difíceis, dentre muitas outras atribuições. Toda essa carga é empurrada sobre o feminino sem mesmo saber se a mãe está preparada, a exaustão começa a fazer parte de sua rotina, não havendo

tempo para cuidar de si mesma, anulando-se em todas as formas em prol da família.

É atribuída à maternidade uma sobrecarga devido a não divisão igualitária das atividades que envolvem a chegada da criança na vida de um casal. Portanto, a paternidade não é vivenciada em sua maioria como um peso para os homens, que é o que ocorre para as mulheres. O que é necessário não se traduz em algo extraordinariamente maior do que o justo, mas sim que a maternidade seja tão leve quanto o paternar, e que assim, a maternidade saia do campo da sobrecarga e adentre o ambiente da divisão de tarefas, resultando no real direito e dever de ambos. Culturalmente o pai sempre teve uma característica secundária, embora apresentada de forma implícita na relação entre mãe e filho, ficando a cargo da mulher as maiores responsabilidades com a criança, inclusive por falta de interesse dos pais.

Quanto a construção de características secundárias aos homens nas relações de cuidar, apresentadas a partir de uma construção cultural, a autora Joan Scott (1990), enriquece a discussão afirmando principalmente a utilização do uso da palavra gênero pelas feministas como uma maneira de se referir a organização social da relação entre sexos. A relação com a gramática é ao mesmo tempo explícita e cheia de possibilidades inexploradas. Explícita, porque o uso da gramática implica em regras formais que decorrem da designação de masculino e feminino; cheia de possibilidades inexploradas, porque em vários idiomas de países indo-europeus existe a terceira categoria, sexo indefinido ou neutro. Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais que uma descrição objetiva de traços inerentes.

Dessa forma, o gênero nas palavras da autora supracitada está para além de uma categoria relacionada ao masculino e feminino, pois trata de uma abordagem social que leva em consideração uma concepção política e cultural, pois o gênero é uma construção his-



tórica que envolve o estudo das questões relacionadas a igualdade entre homens e mulheres, constituindo ainda uma forma de resistência contra o pensamento socialmente edificado em torno das mulheres serem o sexo frágil. O gênero é uma categoria de análise que permite entender as mulheres como personagens com diferentes características, interesses e perspectivas de satisfação.

A maternidade não precisa de manuais pré-estabelecidos ditando como a mãe deve agir em todas as situações, como se os filhos se traduzissem de maneira homogênea, nos quais teriam abordagens sobre como as mães deveriam agir e o que deveriam valorizar. Nesse sentido, a *Pais & Filhos* apresenta mais uma dessas características de aconselhamento, através da fala do Dr. Pedro Jarbas Melo<sup>10</sup>, quando aponta que “No primeiro mês, êle mama e dorme. No terceiro, come sopa ou papinha. No sexto, senta. No nono, engatinha. No décimo - segundo anda. É assim o ciclo de desenvolvimento do bebê. Êstes meses são marcos importantes de sua vida” (PAIS & FILHOS, dezembro de 1970, p. 20).

Os padrões nem sempre auxiliam as mulheres – mães, pois se o bebê não obedecer paulatinamente a ordem dos acontecimentos e fases que são impostas como normais para todos os pequenos, não quer dizer que este não esteja bem, apenas cada criança tem um tempo e uma fase de desenvolvimento, e que sua maturação não precisa necessariamente obedecer a cronogramas pré-existentes. Logo, aqui se apresenta um bom exemplo de que a padronização possui certas limitações para ser aplicada em torno dos bebês e no tratamento dado por suas mães.

Ainda fazendo uso de história oral (ALBERTI, 1989), seguem algumas análises de como era desenvolvido os cuidados infantis com seus parceiros na experiência das três primeiras entrevistadas neste estudo. Se esta era uma prática partilhada, ou se a divisão dos trabalhos era inexistente. Constatou-se que essa não era uma

---

10. Então chefe do berçário da maternidade – Escola da universidade Federal do Rio de Janeiro. (PAIS & FILHOS, dezembro de 1970).



prática vivenciada por nenhuma das mulheres mães entrevistadas posto que não havia a presença paterna na divisão dos cuidados com o filho ou filha.

Os companheiros das duas primeiras entrevistadas, Orquídea e Margaridinha, as acompanhavam em consultas, no entanto, não se dispunham a dividir as tarefas de maneira mais efetiva, sobretudo depois do nascimento das crianças, o que pode ser evidenciado na fala de Orquídea (2020, p. 10) “Assim para olhar menino. Para colocar para alimentação, nessa parte ele não fazia muito não (risos). Ele era muito bom, mas nessa parte não... Eu cuidava muito bem dos meus filhos.” Porém, quanto a terceira entrevistada a situação era ainda mais desfavorável, pois ao ser questionada quanto a participação do marido nos cuidados infantis, ela relata “Ajudava namorando na rua... Ele era distante.” (ROSA, 2020, p. 18). A referida entrevistada segue seu relato apontando que nem mesmo quanto ao papel de provedor do lar este cumpria com seus deveres de pai:

Só Deus mesmo. Alguém me dava, os vizinhos me ajudavam, a família as vezes quando tinha me ajudava, minha mãe era fraca de recursos, meu pai se aposentou novo, ele tinha problema, ele sempre dava e eu fui criando. [...] tem muitos homens que não estão nem aí, né? É difícil naquele tempo também, porque quem tinha um salário... era rico, na época em que a Rosalinda nasceu era o começo de Brasília... tinha muitas oportunidades, mas não tinha como eu trabalhar. Então as pessoas que ajudava [...]. (ROSA, 2020, p. 18).

Fica evidente dois modelos de paternidade, ambos foram desenvolvidos de maneira que não havia uma divisão igualitária quanto aos trabalhos com os filhos ou filhas. Na primeira é concebido um pai que mesmo não participando de maneira efetiva dos cuidados com as crianças, a acompanhava às consultas médicas de pré-natal e não fugia às responsabilidades financeiras com a

família. Assim, naquele modelo familiar os acordos não pareciam insatisfatórios para ambos os lados. Contudo, na segunda situação, Rosa não se manteve nada satisfeita, pois possuía um companheiro que em nada lhe fazia dividir as atribuições para com os filhos, nem com o provento da família, muito menos com o apoio nos cuidados infantis.

A entrevistada Margaridinha, por sua vez, também relata não ter tido ajuda em momentos de amamentação e nem diante de outros cuidados com os filhos. Ao ser indagada sobre a existência de divisão de trabalhos com a prole, ela responde “Na hora da amamentação não, as vezes ele estava para o serviço, as vezes ele... estava dormindo.”. (MARGARIDINHA, 2020, p. 15). O que há é sempre uma participação mínima quanto aos cuidados relacionados diretamente às necessidades físicas dos filhos, restando a mãe responsabilidade direta da educação dos filhos e/ou filhas e com os demais cuidados infantis, principalmente a alimentação.

O modelo de pai em que está envolto pelo menos dois dos três casos exemplificados até aqui, exceto o de Rosa, está aliado ao que Jurandir Costa (2004) denominou o pai como manequim higiênico do homem. Esse novo modelo, não coincidia mais com o exemplo colonial, no qual filhos e mulheres não possuíam valor dentro da família, e que o homem-pai detinha todos os amplos direitos e pouquíssimos deveres, até mesmo para com a sua família, pois o seu compromisso era consigo mesmo, sua honra e suas riquezas. Nos novos tempos a ética do pai higiênico vinha aliada aos compromissos com a família, o homem-pai agora não era mais proprietário, mas sim funcionário do Estado, seus deveres se tornavam ampliados e seus direitos diminutos, restringindo-se assim a trabalhar e fornicar. O ideal era o de prover a subsistência da família e expandir o patriotismo da sociedade.

Diante desse novo ideal de pai, que estava longe da paternidade que é almejada na atualidade – em que haja a divisão igualitária do trabalho, tanto no espaço público, como no âmbito privado – ,

o que pode ser analisado é que, mais uma vez, aos olhos do pai o novo espaço a que se destinava a família não estava relacionado diretamente a melhores condições de vida para a mulher, mas sim, a mais uma das disciplinas a que os corpos foram submetidos. O Estado precisava de mão de obra e corpos dóceis para o trabalho desigual e explorado, para tanto, se fez necessária a criação de instrumentos que manipulassem os indivíduos para o cumprimento de suas atribuições sem maiores transtornos. (REVEL, 2005). Desse modo, desenvolver a mentalidade do pai higiênico se fez necessário e importante fonte de dominação dos indivíduos, relegando papéis domésticos as mulheres e público aos homens.

Uma demonstração de relativo avanço nessa conjuntura de participação masculina-paterna nos cuidados para com os filhos ou filhas, se dá com a criação do guia do pré-natal do parceiro para profissionais de saúde (HERRMANN, 2016), que visa torná-lo (parceiro), seja ele adolescente, jovem, adulto ou idoso, parte integrante do processo gestacional de sua parceira. O esclarecimento sobre a divisão das responsabilidades desde a gravidez, busca orientar o companheiro sobre suas atribuições como pai e que estas vão para além de ser provedor da família. O referido guia se encontra como uma maneira, ainda que relativa, de mudanças do foco da maternidade que outrora eram destinadas somente à mãe e à criança, sem levar em conta uma divisão de responsabilidades que já devem existir desde a gestação. O que se pretende a partir de então é tornar o parceiro, independentemente de ser o pai biológico ou não, atuante de forma consciente, e que:

[...] é possível romper e transformar, na prática, construções sociais de gênero que, por um lado, direcionam todas as responsabilidades relacionadas à reprodução e aos cuidados das crianças às mulheres e, por outro, afastam os homens tanto dos compromissos e dos deveres, quanto dos prazeres e dos aprendizados que circundam este universo. O envolvimento consciente dos homens – independente de ser pai biológico ou não – em to-

das as etapas do planejamento reprodutivo e da gestação pode ser determinante para a criação e/ou fortalecimento de vínculos afetivos saudáveis entre eles e suas parceiras e filhos (as). (HERRMANN, 2016, p.7).

O guia aponta caminhos para o esclarecimento de dúvidas do parceiro e da gestante, como o seu direito de possuir um acompanhante desde o pré-parto, e de como a presença do companheiro pode ser importante, em momentos que este pode estar junto da parturiente podendo clampar<sup>11</sup> o cordão umbilical, contribuir nos cuidados com a criança e até mesmo auxiliar na amamentação. O manual pontua que deve ser ensinado ao pai meios de ajudar a parturiente no momento do parto, podendo evitar que esta sofra violência obstétrica, a estimule no parto normal, busque a diminuição do medo, da tensão, podendo ainda aumentar a sensação de prazer e satisfação no parto, fortalecendo o vínculo entre pai/parceiro, mãe e bebê, dentre outras contribuições que podem fazer parte desse momento e garantir melhores condições de parto a mulher. (HERRMANN, 2016).

A perspectiva contemplada no manual do parceiro, no que diz respeito à orientação do direito das mulheres a um acompanhante de sua escolha desde o momento do pré-parto, se constitui como forte ganho de mulheres e homens, mães e pais que podem partilhar de um momento em que é importante a constituição de uma rede de apoio e segurança à parturiente. Como aponta Donald Winnicott:

O fato cada vez mais comum de o pai poder estar presente quando um bebê está nascendo é um dos mais importantes avanços de nossa época, pois o pai pode enriquecer a situação com um entendimento da importância dos primeiros momentos, quando a mãe pode dar uma olhada em seu bebê antes de repousar. (2002, p. 22).

---

11. Momento de pinçar/cortar o cordão umbilical do bebê. (BRASIL, 2013).

O momento é de suma importância para a tríade mãe-pai-filho, numa construção de afetos e apoio para ambos. No entanto, essa prática nem sempre existiu e levou tempo para que fosse desconstruída a cultura de que o espaço do parto era destinado às mulheres. Além da superação cultural sobre essa vertente, foi e é vivenciada uma luta para que este direito seja assegurado<sup>12</sup>.

Na perspectiva de maior compreensão acerca de relativos avanços na participação masculina nos cuidados com os filhos e filhas, foi instituída a licença paternidade, que nem sempre foi concebida como na atualidade. No dado recorte desta pesquisa, 1968 – 1972, este direito ainda se dava vinculado pela CLT (1943), no artigo 473 Parágrafo Único, que prescrevia “Em caso de nascimento de filho, o empregado poderá faltar um dia de trabalho e no correr da primeira semana, para o fim de efetuar o registro civil, sem prejuízo de salário.” Era uma pseudo licença, manifestada em outros interesses relacionados ao governo e seu intuito para os novos cidadãos que nasciam.

Destaca-se que a licença concedida ao pai, que na verdade nem poderia ser traduzida como tal, se concretizava em apenas um dia, sendo este útil, ou seja, ainda que o filho nascesse em fim de semana era destinado o primeiro dia útil depois do parto da mãe como licença para o pai, com o interesse de que este homem pudesse realizar o registro civil daquele que acaba de nascer. Assim, não se percebia a dispensa do pai do seu trabalho naquele dia como intenção de apoiar e dividir os cuidados com a mãe, mas sim como

---

12. Quanto ao direito da parturiente a um acompanhante de sua escolha para estar junto dela no momento do parto, foi só a partir de 7 de abril de 2005, sob as garantias da Lei nº 11.108, que dispõe em seu artigo 19 que “Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, com a parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.” Assim, é legalizado que o acompanhante seja indicado pela parturiente, no entanto, esta é uma prática que nem sempre é respeitada e garantida, mesmo com a legislação, por fatores ligados a infraestrutura dos hospitais que não garantem a seguridade para tal. (BRASIL, 2005).

um dever que o, agora pai, tem a cumprir com a nação.

Apesar dessas aquisições para as mulheres em desenvolvimento da maternidade, é de se considerar a ausência de políticas públicas e legislativas que abarcassem os também pais, que se constituem como componentes de fundamental importância no desenvolvimento dos cuidados com os filhos. Se na atualidade há uma fala que discorre sobre a importância da participação do homem no planejamento reprodutivo, visando essa interação desde a gestação e não somente após o parto, o que é notável é que as políticas públicas voltadas para a divisão de trabalhos no cerne dos cuidados infantis ainda caminham a passos lentos, não atendendo de maneira igualitária a divisão do trabalho advinda da reprodução.

### **2.3 O ser feminino como alicerce real da família?**

Ao longo do tempo a visão infantil foi delineada de maneiras diversas, como já foi apresentado no capítulo anterior. No primeiro momento, datando desde o período da Idade Média, a criança era tida com pouco prestígio no seio familiar, com escassa ou nenhuma importância, devido também a aspectos relacionados a alta mortalidade infantil. Tal fato pode ser demonstrado no modo como os descendentes eram enterrados, muitas vezes nos quintais das residências, como quem o faz com um animal quando perde a vida. (ARIÈS, 1986).

Aliado a esse pensamento, Mary Del Priore (2009) destaca as definições de criança no passado e o que elas representavam, sobretudo, em um tempo em que havia bastante instabilidade e constante mobilidade populacional, como era no período de colonização no Brasil. Assim, a criança era definida como ingênuos, meúdos e infantis, como completa a autora “[...] na mentalidade coletiva, a infância era, então, um tempo sem maior personalidade, um momento de transição e por que não dizer, uma esperança.” (p.84). Sobre a criança não havia tanto prestígio no período co-

lonial no Brasil, não havia muitas atribuições a serem destinadas a estas. A concepção é de que eram adultos em miniatura ou bebezinhos que ficavam a passar de mão em mão sendo acariciados. As crianças foram adquirindo importância gradativamente como personagens específicos, com interesses e características próprias, diferentes dos adultos e por isso necessitando de cuidados e olhares específicos.

Ser pueril era condição nada valorizada nas famílias, não havendo marcadamente o sentimento de amor e cuidado com a prole pelo menos até o século XVIII, algo que só vem mudar com as novas mentalidades em torno da família. Essas mudanças acarretadas pelos interesses de um setor dominante, que buscava novos rumos para a sociedade, agora burguesa, vislumbrava os ares europeus de modernidade. Falar de criança e suas mudanças em termos de importância, está intimamente ligado a família. O verbete família no dicionário de língua portuguesa é denominado como um:

Grupo de pessoas que têm parentesco entre si, principalmente pai, mãe e filhos. Grupo de pessoas que possuem os mesmos antepassados; descendência, linhagem. (Biol.) Uma das classificações científicas dos organismos vivos, constituída por vários gêneros que possuem muitas características comuns. Grupo de pessoas ou coisas que possuem, por algum critério, características comuns. [...] (BECHARA, 2011, p.573).

Apesar das concepções identificadas acima, o dicionário ainda se restringe a modelos que não comportam a configuração das famílias na atualidade, concebidas de diferentes maneiras. Hoje as configurações englobam desde as formas tradicionais de família monogâmica até os mais variados modelos existentes, como o de uma mulher e seus filhos ou filhas com dois pais, ou duas mães, ou de avós e seus netos(as), enfim, há uma infinidade de representações existentes dessa instituição tão presente na sociedade ao longo do tempo histórico.



No entanto, aqui deteremos a atenção no modelo de família nuclear monogâmica, que traz em sua constituição a presença de um casal nos moldes binários – homem e mulher – a partir do início da constituição familiar oficial – o casamento – que nem sempre foi compreendido de maneira linear ao longo do tempo. Quando então, o casamento deixa de ser compreendido como acordo entre famílias e o amor romântico passa a ocupar lugar na relação conjugal? Quais os interesses em torno das perspectivas do casamento?

O matrimônio, pelo menos até o século XIX no Brasil, era tido como grande oportunidade de extensão dos negócios familiares, de modo a unir aquelas de amplo prestígio e que pudessem dar segmento aos seus bens. Não havia espaço para o amor, como aponta Susan Besse (1999), os filhos das elites estavam condicionados ao patriarca quanto à escolha de seus cônjuges, pois o pensamento era que não havia espaço para o romance, o que estava em voga eram as alianças realizadas e ou mantidas a partir da união dos filhos através do casamento, muitas vezes, entre primos ou parentes próximos, almejando sempre a perpetuação da aliança entre as famílias e o *status* social.

Aos herdeiros das camadas mais abastadas da sociedade era destinado como regra a obediência total a seus pais, levando em conta que tal acatamento se definia ainda mais assíduo entre as mulheres, que, mesmo depois de casadas, deixavam de ser submissas a seu pai e passavam a viver sob a tutela do marido, destinando-se ao ser feminino restritas possibilidades de independência.

No que concerne às camadas populares, Susan Besse (1999) afirma que o que se tinha era a presença dessa parte da população coabitando com as famílias patriarcais, e enquadravam-se nesse grupo de famílias comandadas pelo feminino, ou participantes de uniões consensuais, as quais encontravam abrigo com os grandes fazendeiros, devendo-lhes lealdade e subalternidade, em troca de segurança. Isto era exigido de quaisquer um que dos fazendeiros

dependesse, a saber, afilhados, amigos necessitados, concubinas, empregados, trabalhadores livres e ex escravos, agregados, dentre outros indivíduos.

É clara a existência de diferenças entre as camadas sociais, no entanto, um fator comum é o de sempre haver a submissão feminina em meio aos diferentes setores. No entanto, esse modelo vai ruindo, pois não consegue se sustentar com os novos rumos que a sociedade vai tomando. Quando já ao início do século XIX se tem os primeiros passos para a transformação desse modelo outra vigente. As mudanças estavam envoltas em fatores diversos de mudança na sociedade e nas mentalidades, nesse sentido “O que tornou os casamentos baseados no interesse ou na conveniência (e não no “verdadeiro amor”) inaceitáveis pela sociedade do pós-guerra foi a sua instabilidade em face das opções sociais e econômicas em expansão ao dispor das mulheres.” (BESSE, 1999, p. 42).

As novas configurações e oportunidades ao ser mulher que foram sendo delineadas no trabalho e na educação, foram causas determinantes quanto a um novo modelo de constituição do casamento, agora não sendo mais um fator preponderante às mulheres. Ainda que a sociedade exigisse a presença de um marido ao lado da mulher, assumia ares de companheirismo e não mais autoridade, pelo menos na teoria.

Com o processo de modificação do casamento como acordo entre famílias, a presença do amor romântico, do namoro, e até mesmo da intimidade do casal antes do casamento, passa a ser mais constante, contudo, tais elementos ainda continuavam como tabus por setores mais conservadores da sociedade, principalmente aqueles relacionados a igreja católica, que seguia defendendo a intimidade somente depois do casamento. (BESSE, 1999).

Considera-se como pioneira a Inglaterra, como é apontado em um amplo estudo do antropólogo Alan Macfarlane, em seu livro “História do casamento e do amor”, no qual analisa o sistema do casamento malthusiano na Inglaterra no período de 1300 a 1840. É

demonstrado que no resto da Europa e do mundo ainda prevalecia os modelos de casamento tradicionais, porém, na Inglaterra já se tinha a realização do matrimônio a partir do livre consentimento dos cônjuges. “Um jovem e uma moça se encontram por acaso, ou são aproximados por um ardil, dançam, trocam galanteios, vão para casa e sonham um com o outro [...] sentem-se tristes quando estão separados e então concluem que haverão de ser felizes juntos”. (MACFFARLANE, 1990, p. 136).

Esses processos tomaram forma de maneira descontínua, e tem a Inglaterra como precursora de um novo modelo de casamento para além do contrato, e passa a existir o relativo amor romântico como fator predominante para a escolha do cônjuge. É demonstrado que no Brasil esse foi um fator que ocorreu de maneira mais lenta e descontínua em relação ao restante do mundo. Apesar de a princípios do século XIX, no Brasil, já haver a derrocada do sistema patriarcal, e esse novo modelo de consolidação das relações maritais, baseado no amor como princípio para o início de um relacionamento duradouro, é preciso considerar que as transformações e evoluções em torno de fatores sociais não ocorriam do mesmo modo e tempo em todo o território brasileiro.

Com base nisso, e em depoimentos colhidos para esse estudo, tem-se diferentes modelos de envolvimento na relação homem e mulher no que concerne o namoro e casamento, processos distintos recorrentes ainda em um período que é correspondente ao recorte dessa pesquisa, o qual se define de 1968 a 1972. As entrevistadas ao serem indagadas sobre o processo que culminou no casamento, descreveram modelos distintos. Orquídea ao recordar seus tempos de romance recordou que este quase não houve em relação ao seu companheiro, relata então que:

[...] esse com que me casei... eu vi ele no dia primeiro de maio, logo, logo... não teve quase namoro, logo, logo, ele me pediu em casamento e nos vimos, quando foi no mês de julho do mesmo

ano nos casamos [...] vi ele a primeira vez no dia primeiro de maio, ele foi pra lá [Coité- interior do município de Timon] com um cunhado meu para comprar uma madeira e ele ficou lá umas duas semanas, mandando serrar madeira e veio para cá [Timon – MA]. E nessa viagem que ele veio para cá ele foi lá uma vez só... três vezes. (ORQUÍDEA, 2020, p. 7).

A fala de Orquídea traduz um matrimônio que, mesmo remetendo a um período onde já não se fazia acordos, o modo como foi conduzido o início de sua relação, com três encontros e já no terceiro ocorreu o casamento, resultou em um modelo em que não houve tempo de namoro e nem mesmo de conhecimento entre ambos, apenas conversas. Logo no primeiro encontro já houve o pedido de enlace matrimonial, apesar de não haver pressões por parte dos pais de Orquídea, seu romance se caracterizou mais como do modo tradicional, pautado por pouco convívio antes da concretização do casamento. Uma prática que já nem era tão comum naquele período, sobre os recortes temporais e locais.

O casamento de Girassol ocorreu de maneira distinta. Mulher igualmente oriunda de ambiente rural, assim como Orquídea, ela namorou por anos com aquele que viria a ser seu companheiro, e realizou seu matrimônio através de uma fuga, como relata:

Combinamos... eu e minha comadre, nós duas... fomos colocando água no potizeiro, colocando água e depois disse: “agora, gente! Deixei meu colar. Deixa eu ir buscar.” E eu fui dessa vez, pronto e acabou. [...] Eu sai daqui [Mundo Novo dos Preto - Povoado quilombola localizado na zona rural de Timon- MA] ... sai daqui lá para Mangabeira... rasgando mato ((risos)) para casar e quando chegamos lá, os animais estavam todos preparados para a gente ir. E quando chegamos lá... quase não casava... eu não tomei nem a hóstia lá [...]. (GIRASSOL, 2020, p. 3).

É perceptível que houve momentos de namoro, e a decisão do casamento foi consentida por ambos, mesmo a mãe de Girassol

não aprovando o matrimônio, ele se deu em fuga com o namorado. Assim, percebe-se mais uma diferente maneira de início de vida conjugal.

A terceira entrevistada, oriunda de um ambiente mais urbano, residente na cidade de Altos, no estado do Piauí, entrelaçou-se em matrimônio a partir de investidas dos amigos, que direcionavam Astromélia e aquele que seria seu marido:

O meu namoro foi assim. A gente foi para Parnaíba... minha tia foi para Parnaíba passar uns tempos lá... ela já tinha conhecimento do marido dela em Campo Maior, então eles se encontraram em Parnaíba... e eu vim junto com ele [que viria a ser companheiro de mãe da Jeni]... e ele ficou na casa da minha tia, meu tio era... era muito de brincar, aquela brincadeira... brincadeira e quando ele estava solteiro [aquele que iria ser o marido de mãe da Jeni], quando tinha largado outra mulher... no Ceará. Largou por uma menina de 19 anos... fazia tempo que ele tinha deixado ela e deixou os filhos. O pai do José que era compadre meu, marido da minha tia dizia “eita que aqui tem fulana de tal que dá certinho para casar contigo” “Olha!” ((risos)) e foi indo, foi indo e lá vai o... mas foi ele incentivando. Não tem gente que incentiva as pessoas? Pois é, Dizia. [...] a minha comadre é que sentiu pena de mim porque eu só vivia na casa de minha tia... acho que não foi nem por amor foi por pena ((risos)) (ASTROMÉLIA, 2020, p. 6).

Se constata através da fala dessa entrevistada que a consolidação de seu matrimônio não se deu através de qualquer sentimento romântico, mas sim por uma questão de conveniência e busca de melhores condições de vida. Haja vista que a própria relata que o companheiro se tornou assim porque sentiu pena da situação a que se encontrava Astromélia. Esse é um fato que toma ainda mais evidência quando indagada se havia arrependimento sobre seu casamento. Ela responde que:

A gente viveu sim... os anos, né? Ele disse que casou por pena, né? ((risos)) ... ele dizia mesmo sem está zangado, que eu não tinha mãe, nem pai, que foi por pena ((risos)). Depois de muitos anos a gente vai ficando de idade e vai se acostumando e começa a gostar daquela pessoa, mas casamento por amor é diferente (ASTROMÉLIA, 2020, p. 6).

Mesmo diante das transformações que foram sendo incorporadas ao matrimônio a partir do século XIX no Brasil, ele ainda era vislumbrado como uma perspectiva de mudança de vida para muitas mulheres, devido a uma herança advinda de uma cultura europeia tradicional em que a mulher era vista como aquela que devia procriar, ser esposa e do lar, apesar de já se ter na segunda metade do século XX uma maior inserção de mulheres na educação formal e no mercado de trabalho, sobretudo pelo avanço das causas feministas. (SILVA, 2018). Essa é uma característica que está aliada as causas e modos como ocorreu o casamento de Orquídea e Astromélia, principalmente. A busca por uma oportunidade de melhores condições de vida, relacionadas, sobretudo, aos aspectos financeiros.

Seguindo as indagações a respeito da existência do amor dentro do casamento, bem como se houve arrependimento de tal relação, fica evidente nas falas das outras duas entrevistadas, quando Girassol (2020, p. 2) relata que “Namorei mais de anos com ele ((pausa longa)).” Então foi insistida na pergunta se havia amor, “Amava sim ((risos)).” Segue respondendo quanto a existência de arrependimento em seu matrimônio “Não. ((pausa longa)). Foi até bom... agora é que durante “chafurdou” ((risos)). Diferenciando-se de Girassol, há os relatos de Orquídea, que ao recordar sobre o amor em seu casamento discorre:

Amor quase não teve, porque eu conheci ele. Então eu morava no interior e ele morava na cidade e eu achava que ele queria fazer de mim... Tipo um palhaço, porque eu era da roça e ele era

da cidade, ele só queria me conquistar... E dizer que não queria nada comigo, mas nada. Ele foi homem, ele me conheceu no dia 1 de maio, logo, logo pediu para meus pais e 31 de julho nos casamos e morei 41 anos... Ele era muito bom para mim. Ele era marido, era pai, era irmão, era tudo. Ele era muito bom para mim, 41 anos que vivemos. (2020, p. 7).

Diante dos três relatos das entrevistadas é possível visualizar distinções e relações entre as histórias de como sucedeu a relação conjugal das três mulheres ouvidas para essa etapa da pesquisa, pois ao passo que Astromélia e Orquídea comungam do não afeto antes do casamento, quando a primeira aceita o matrimônio pelo fato de ser conveniente e necessário naquele momento para ela, por não possuir seus pais e conviver as custas de favores em casas de parentes, decidiu que o melhor seria aceitar o casamento, mesmo que o pedido não tenha sido baseado no amor mas na piedade do companheiro.

Orquídea, que também não possuiu momentos de namoro e nem mesmo pôde desfrutar de um possível despertar de afetos antes do casamento, aceitou o pedido por motivos convencionais, ela conseguiu ver naquele casamento uma chance de mudar de vida, relatando que não houve pressão familiar para a concretização do casamento, “É porque eu morava no interior e eles tinham muita vontade que eu saísse de lá e fosse morar na cidade. Deus me deu essa sorte-oportunidade e eu peguei.” (ORQUÍDEA, 2020, p. 8).

Da história de vida das três entrevistadas, foi possível perceber que em apenas uma das relações houve um relacionamento afetivo antes do matrimônio, Girassol, que apesar de pertencer a um mesmo contexto cultural e estar localizada em um espaço territorial não distinto, que é a zona rural, a personagem se diferenciou e desenvolveu o processo que culminou em seu casamento através de uma relação mais próxima daquelas desenvolvidas no novo modelo de relacionamento conjugal.

A análise indica que os fatores que levaram as mulheres ao



matrimônio sem a presença do amor, e mais voltado a um modelo que pode ser identificado como contratual, mesmo diante da ausência da família nessa decisão, foram questões relacionadas às pretensas mudanças de vida e de dependência financeira.

Analisou-se aqui o casamento, colhendo informações a partir de relatos de mulheres que tiveram a experiência de tal enlace nas décadas que envolvem este estudo, pois julga-se importante a constituição do casamento para compreender as relações familiares. É a partir de um casamento não mais decidido exclusivamente pelos pais que se tem a oportunidade de consolidação do amor nesta relação, o que seria fundamental para o novo ideário sobre o ser infantil. Para Jurandir Costa (2004) as ideias que envolvem o casamento colocavam o casal desde o período imperial sob a ótica do bem estar da criança. Desse modo:

No casamento idealmente concebido pela higiene o casal olhava o futuro e não o passado. Seu compromisso era com os filhos e não com os pais. A escolha do cônjuge estava manifestada a esta proposição. O cuidado com a prole converteu-se, por esta via, no grande paradigma da união conjugal. A partir dele, processou-se a corrosão do matrimônio colonial. As práticas sociais que davam corpo ao casamento de “razão” foram sendo golpeadas uma por uma. (p. 219).

Portanto, o casamento desde o período imperial no Brasil era visto com novos olhares, não mais se sustentava aquele modelo colonial voltado para a inexpressividade da criança. Diante desse panorama sobre o processo de constituição familiar com seu início no matrimônio, é que será abordado como era retratada a família na revista *Pais & Filhos*.

Em 1968 o periódico publica uma matéria intitulada “Seu filho sabe que você o ama?” Nela há uma narrativa que versa sobre a importância da demonstração de afeto dos pais para com os filhos e que este advém de meios simples, como por exemplo o ouvir,

direcionando atenção ao filho e valorizando seus afazeres, pois a partir dessas demonstrações de interesse dos pais para com seus filhos, estes poderiam ter uma medida do amor. (PAIS & FILHOS, setembro de 1968). A revista segue e discorrendo:

Inicialmente, a criança sente êsse amor, através de estímulos que satisfazem suas necessidades sensoriais: o calor do colo, o leite materno, a voz da mãe, o ato de sugar. A mãe que tem dentro de si a capacidade de dar amor, ainda que seja uma pessoa inculta, percebe que o modo de lidar com a criança é tão importante quanto a quantidade de leite que ela ingere e os cuidados materiais que recebe. A mãe carinhosa cria em tórno da criança uma atmosfera de confiança, base de todo desenvolvimento ulterior. É capaz de entender os sinais corporais que a criança emite, de acordo com as exigências do momento, sem privá-las dos estímulos de que necessita, mas sem exceder-se solicitando demais. Toma o bebê nos braços fora das refeições durante alguns instantes e percebe aquilo que hoje os cientistas afirmam: a criança que é tratada de forma impessoal, ainda que bem alimentada e limpa, é frustrada em seu desenvolvimento mental e emocional (enfermidades psicotóxicas). (PAIS & FILHOS, setembro de 1968, p. 13).

Mesmo diante de uma fala que abordou o amor em relação aos filhos, que inclui exatamente os cuidados com a prole, pois é a partir do cuidar e da atenção até mesmo em coisas simples do dia a dia da criança que pode ser expressado o amor para com o filho, segundo a revista, a matéria não insere o pai nesse cenário. O periódico segue apontando que os primeiros passos para isso se dão através do contato corporal, destacando apenas as relações que são dadas entre mãe e filho em um movimento contínuo e permanente de trocas de afetos e cuidados, que não deve ser destinado especialmente às mães, mas à família.

Torna-se relevante lembrar que a categoria gênero, é compreendida para além das distinções entre o binômio feminino e

masculino, e incorpora uma camada bem maior de sujeitos, ou seja, surge como uma maneira de referir-se as relações sociais entre os sexos, transcendendo os limites puramente biológicos e levando em consideração os aspectos sociais construídos culturalmente pelos indivíduos, não apontando características que devem ser femininas e masculinas. (SCOTT, 1990).

Ainda sobre as definições de gênero, Margareth Rago (1998, p. 89), também define o termo a partir da “construção social e cultural das diferenças sexuais”. Nesses estudos, é possível compreender que muitas questões que estão postas no meio social, entendidas como naturais, tornaram-se, na verdade, uma realidade a partir de fatores culturais, e não por questões realmente intrínsecas ao feminino e/ou masculino.

Se, em 1968, a *Pais & Filhos* dedicou um artigo para falar da importância do amor dos pais sentido pelas crianças, apesar de se configurar em uma fala incisiva sobre a mulher-mãe, no ano de 1970 o periódico abordou uma reportagem para falar justamente do oposto, da crueldade dos progenitores. Assim, a matéria sob o título “Os pais cruéis”, de 1970, descreveu diversos exemplos de crueldades cometidas com os filhos, em destaque aquelas que as mulheres cometeram e não os homens. Apesar da imagem de capa retratar as pernas de um homem com seus pés sobre um carrinho de brinquedo, a exemplificação através de um acontecimento cruel logo no início da matéria se deu a partir de um ato advindo de uma mulher-mãe, assim descrito:

Enfileirados na margem do rio, os seis irmãos olhavam para a mãe sem nada entender. Ela segurou o menorzinho e enfiou-lhe a cabeça na água até afoga-lo; depois repetiu a operação com o segundo e o terceiro. só parou ao ser prês. Êste fato aconteceu em dezembro do ano passado, no Recife, e apesar de ser raro serve para mostrar até que ponto pode ir a crueldade dos pais. Um levantamento feito nas principais cidades do país confirmou a existência de crueldades praticadas pelos pais contra

seus filhos: são adultos desequilibrados, inseguros, incapazes de dominar os seus impulsos ou simplesmente sádicos. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1970, sem página).

Ainda que a reportagem se direcione aos seres masculino e feminino, foi proporcionada mais evidência aos casos que envolviam a crueldade das mães, apresentando diversos exemplos em que as crianças sofreram abusos. Em alguns deles as crianças se dirigiam a morar nas ruas pelos maus tratos sofridos no lar. A visibilidade sobre o ser feminino nos casos, pode ser considerado em suas entrelinhas, dado o fato das atribuições a que a sociedade espera das mulheres, e, sobretudo, as que desenvolvem a maternidade, é que se tornam mais espantosos esses maus tratos, carregados em alguns momentos por requintes de crueldade, partirem de uma mulher.

Diante disso, nota-se sempre a carga que é depositada sobre as mulheres, com o discurso frequente da perfeição, tornando, ainda que de modo implícito, imperfeitas aquelas que fogem ao ideário incutido na revista *Pais & Filhos*. No entanto, há que se considerar que a maternidade mais próxima da perfeição - aqui voltando as análises de Donald Winnicott (2002) que foi abordado no tópico anterior deste capítulo - é aquela em que a mãe não visa a perfeição, mas sim atender as necessidades da criança dentro de suas possibilidades como mãe, mulher, e antes de tudo, ser humano que possui limites.

Nesse sentido, é necessária a compreensão de que a maternidade ideal é aquela que cada mulher pode desenvolver diante de sua realidade, em uma relação íntima com sua prole, não deixando de lado o papel fundamental da paternidade nesse processo, adquirindo assim uma proximidade com a igualdade na divisão da responsabilidade com os filhos.

Dito isso, percebe-se que a divisão sexual do trabalho sempre esteve presente, mesmo quando a mulher passa a adentrar maiores espaços no meio público. E é com base nessa discussão que se

dirige a autora, aquela que traduz o trabalho como produtivo e reprodutivo, ou seja, aquele que gera mais valia e aquele que aparentemente não a gera. O que pode ser discutido revisitando as análises de Danièle Kergoat, que afirma que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher) (2009, p. 67).

Compreende-se, portanto, que a divisão sexual do trabalho é gerada levando em conta apenas as distinções sexuais, como se as atividades humanas fossem destinadas biologicamente, determinadas a partir do sexo do indivíduo. No entanto, é visto que não, diversas atribuições que são colocadas para homens e mulheres como sendo inerentes a sua condição biológica não estão de fato coerentes. Para além das atribuições destinadas a partir de convenções culturais, encontra-se sempre a jornada dupla de trabalho feminino, na qual a mulher ainda que diante das novas oportunidades no espaço público não deixa de possuir suas atribuições relacionadas ao lar.

Assim, obtém-se o trabalho produtivo, que se caracteriza como o desenvolvido no espaço público, portanto, visto e valorizado, enquanto o trabalho reprodutivo se traduz naquele desenvolvido no recôndito do lar, nos cuidados com os filhos e o lar, sendo pouco visto, nada valorizado e não pago. Assim como a hierarquização do ofício, quando há homens e mulheres desempenhando as mesmas funções, mas, no entanto, o primeiro é objeto

de mais prestígio e ganha mais. No entanto, o grande trabalho a que as mulheres destinam seu tempo no espaço doméstico é de fundamental importância para que se mantenha as relações capitalistas dentro da sociedade, pois é a partir da grande função social destinada às mulheres, a maternidade, é que se têm um futuro de pessoas na sociedade.

Mas ao falar tanto em trabalho doméstico, por vezes não se reflete muito sobre o que de fato este representa em sua profundidade, como define Fougeyrollas- Schwebel, “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – , trabalho gratuito e realizado essencialmente por mulheres.” (2009, p. 257). Portanto, o trabalho doméstico é também uma forma de dominação das mulheres, inserindo-as em um espaço privado, pois mesmo diante da sua presença fora do lar esta não encontra tempo para desenvolver muitas outras atividades, pois a sociedade investe que os afazeres familiares são de ordem feminina, encarando como algo naturalizado e, portanto, deve ser aceito. Por isso, a importância de repensar as formas de distribuição do trabalho doméstico em sua infinitude de olhares e intencionalidades se faz tão necessária.

Diante dessa discussão também é importante enfatizar que nem este estudo e nem o movimento feminista é contra a família, o que se critica é um modelo único de família e a sobrecarga depositada ao ser feminino por meio desse modelo estático e naturalizado. Assim, “A crítica feita pela sociologia feminista das conceituações de família não conduziu a uma definição de família, mas antes à contestação da ideia de um modelo único e estático de família.” (DEVREUX, 2009, p.96). A busca dá-se pela família real e efetiva, onde todos os envolvidos nessa instituição estejam o mais próximo da satisfação, em que as atribuições advindas com ela sejam realmente divididas igualmente.

Diante da discussão desenvolvida neste capítulo, nota-se que durante a década de 1960, as mulheres já possuíam novas ambi-

ções, como a independência econômica, maiores níveis de escolarização e inserção no mercado de trabalho, bem como sendo sabedora de seus direitos e deveres – direitos esses advindos a duras lutas e conquistas – possuindo a mente mais ampliada a novos ares de modernidade e liberdade. Consciência ao menos entre as mais escolarizadas, que o papel dos cuidados com os filhos não se trata de um dever exclusivo da mulher, mas que deve haver uma relação de parceria entre mãe e pai, em que ambos detêm as mesmas obrigações. Contudo, diante do papel masculino – paterno difundido pela revista *Pais & Filhos* e diante das declarações das fontes orais, o cuidar ainda se fazia um ato direcionado às mulheres.

O cuidar infantil não se trata de uma condição inerente ao ser feminino, mas sim uma construção cultural de um discurso maternalista implantado sobre as mulheres. Assim, estas se sentem verdadeiramente responsáveis pelo bem estar da criança e da família, quando na verdade homens e mulheres podem ser possuidores ou não de características concernentes ao cuidar da prole. Não se trata de fatores biológicos, e sim de investimento no cuidar, no aprender a cuidar. Portanto, aponta-se como caminhos a flexibilização do trabalho em sua jornada e a criação de melhores condições para mulheres mães e pais para que ambos pudessem estar inclusos de maneira compartilhada e direta no maternar e paternar.

À vista das discussões desenvolvidas até o presente momento, pautadas na perspectiva da mãe que se foi, buscou-se a compreensão dos aspectos envolvidos nesse processo ao longo da história, sobretudo no dado recorte deste estudo 1968 a 1972. No próximo capítulo será feita a discussão acerca da mãe que não se foi, ou seja, a não maternidade a partir de algumas de suas variadas vertentes.



### CAPÍTULO III

## **As interfaces da não maternidade: da revista *Pais & Filhos* às vozes de mulheres não mães**

A maternidade é uma dádiva maravilhosa, mas não seja definida apenas pela maternidade. Seja uma pessoa completa.

(ADICHIE, 2017, p. 14)

Neste capítulo foi realizada a análise da não maternidade. Objetivou-se compreender o processo a partir das reportagens da revista *Pais & Filhos*, bem como dos relatos de mulheres que não foram mães. Para a concretude dessa investigação e base para o diálogo empreendido neste capítulo, foram utilizados os aportes teóricos de Elisabeth Badinter (1985), Debora Diniz (2013), Mariana Venturini (2018), Georgiane Vázquez (2015), dentre outros.

O capítulo foi dividido em três tópicos, no primeiro foi realizada uma análise de artigos da revista *Pais & Filhos* a partir da visão que defendia diante de assuntos relacionados à não maternidade como aborto, contracepção e esterilidade. Estes temas, como quaisquer outras causas no cerne das discussões sobre mulheres não mães, se fazem sobre características culturais que tem impacto na vida íntima de cada mulher. O tópico seguinte foi responsável por explorar como as mulheres que não desenvolveram a maternidade eram vistas a partir da *Pais & Filhos*, e quais as percepções

incorporadas a essas mulheres. No último item, foi realizada a observância das causas referentes ao não desenvolvimento da maternidade biológica, bem como as percepções e vivências sobre a ausência de um filho ou filha.

### **3.1 Doutor, posso ser mãe? Impossibilidades de uma maternidade**

A imagem 9 é retratada a partir dos órgãos sexuais da mulher,<sup>1</sup> enfatiza os seios, a vulva e a barriga, órgãos esses que são essenciais para a reprodução humana, se traduz nos órgãos reprodutivos, sinalizando a fertilidade feminina. É visto que não há olhos e nem braços, apenas uma estrutura corpórea demonstrando a sexualidade da mulher a partir da reprodução. Assim, o corpo do ser feminino é mais uma vez esculpido a partir de características que conduzem à maternidade, uma expressão do desejo de dominação do corpo das mulheres a partir daquilo que a sociedade julga valorizar como principal função social delas, a de reproduzir mais seres da espécie humana, de modo a garantir a perpetuação da humanidade e, claro, a mão de obra a que tanto se faz necessária no mundo capitalista de produção.

No decorrer do tempo, a fertilidade feminina foi, e ainda é considerada um fator indissociável da mulher – havendo, a partir de movimentos e lutas das mulheres por maiores participações nos espaços públicos, o seu reconhecimento para além do fator materno. Esse fator fez com que as mulheres, que não desenvolviam a maternidade, fossem colocadas muitas vezes à margem da sociedade, levadas até mesmo ao campo patológico. O ideário médico se tornou fonte de uma intensa dominação dos corpos femininos, com regras e declarações do que seria a melhor atitude a ser toma-

---

1. Essa é uma obra do paleolítico vista e interpretada como a deusa da fertilidade e que hoje se encontra em exposição no Museu de História Natural de Viena, na Áustria. (ROSEMBERG, 2020).



Imagem 9: Vênus de Willendorf.

Fonte: Jornal do médico, 2020.

da com as mulheres, mães e não mães, esta última insistindo na busca pela reprodução, como se a realização da mulher só pudesse existir se estivesse atrelada ao tornar-se mãe (VÁZQUEZ, 2015).

Nessa acepção, a prática do aborto e esterilidade<sup>2</sup> são assuntos que, na maioria das vezes, têm suas responsabilidades atribuídas exclusivamente ao ser feminino. Diante da não legalização do aborto em diversos países, como o Brasil, o Código Penal de 1940, que se encontra vigente até a atualidade, sofreu algumas modificações ao longo do tempo e apenas culpabiliza a mulher ou outro indivíduo se este forçar a gestante à prática abortiva sem o consentimento dela. Assim, o Código Penal dispõe de alguns artigos de que trata a prática abortiva:

**Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento**

**Art. 124.** Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena – detenção, de um a três anos.

**Aborto provocado por terceiro**

**Art. 125.** Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

---

2. Compreende-se por esterilidade a incapacidade absoluta de engravidar por meio de relações sexuais, o que se diferencia da infertilidade quando esta última se trata da diminuição dessa capacidade de engravidar (FARINATI; RIGONI; MULLER, 2006).

Pena – reclusão, de três a dez anos

**Art. 126.** Provocar aborto, com o consentimento da gestante:

Pena – reclusão, de um a quatro anos.

*Parágrafo único.* Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

### **Forma qualificada**

**Art. 127.** As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

**Art. 128.** Não se pune o aborto praticado por médico:

### **Aborto necessário**

I – Se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

### **Aborto no caso de gravidez resultante de estupro**

II – Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. (BRASIL, 2019, p. 50, grifos originais).

O abortamento<sup>3</sup> no Brasil se constitui como crime e penaliza apenas as mulheres no conjunto das decisões do fato. Entretanto, é preciso analisar também a participação do homem nessa ação, quer seja de maneira direta, quer seja de modo indireto. Muitas vezes, as mulheres são culpabilizadas diante da chegada de uma gravidez indesejada, como se ela devesse ser a única responsável por aquele acontecimento, e que, portanto, deveria ter se prevenido. Logo, o aborto é estimulado pelo seu companheiro como uma forma de

---

3. No campo da saúde, há diferenças quanto ao aborto e ao abortamento. Segundo o Ministério da Saúde, em sua norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento (2011), este se encontra no processo de interrupção da gravidez, podendo ocorrer de maneira espontânea ou não, até a 22<sup>o</sup> semana de gestação com o conceito (feto) pesando até 500 g. Quando o ocorrido vai além dessas características, não se considera um abortamento, mas sim um parto pré-maturo. Quanto ao aborto, este se caracteriza como o produto desse processo, ou seja, é o que resulta da ação do abortamento propriamente dito. (BRASIL, 2011).

isentá-lo da responsabilidade que seria cuidar de uma nova vida que surge.

Nos artigos 125 e 126 do Código Penal há uma norma referente à punição de outros que não a gestante (BRASIL, 2019). No entanto, ainda há ressalvas, pois o aborto só se constitui como crime de outrem se a mulher, em estado de gravidez, tiver menos de 14 anos, sofrer de alienação mental ou se estiver sob pressão. Trata-se, portanto, de uma penalização feminina tanto sobre seus corpos, através da insegurança e riscos à própria vida daquela que vivencia o abortamento, como uma punição jurídica, de modo a criminalizar a mulher, quer seja no corpo, quer seja na ficha policial.

Apenas há algumas exceções para que seja permitida a realização do abortamento no Brasil, como em casos de estupro ou risco de vida à mulher gestante, assim como a partir de 2012 também passa a ser aceito casos em que haja a presença de anomalias no feto (VARELLA, 2020). Existem 63 países que possuem a legalização do aborto, nações como Canadá, Estados Unidos, Cuba, Portugal, Irlanda, Itália, dentre outros, a Rússia como pioneira no assunto, legalizou o aborto em 1920, em 1936 voltou a proibi-lo, mas volta a ser legalizado no ano de 1954 (DREHMER, 2020). Assim, percebe-se que a temática do abortamento é algo que vem sendo debatida desde muito tempo, e sofrendo diversas mudanças e permanências.

No entanto, o que seria o aborto? Essa é uma nomenclatura que possui alguns diferentes conceitos, quando a etimologia da palavra advém do termo “ab- ortus”, em que “ab” se traduz em privação e “ortus” em nascimento, assim, tem-se a ideia de privação do nascer (DE PAULO, 2002, apud PACHECO, 2007). Porém, pode ser compreendido a partir do dicionário de língua portuguesa, no qual sua denominação se dá a partir do “[...] Ato ou efeito de abortar; abortamento. **2.** fig. Pessoa disforme; monstruosa.” (BECHARA, 2011). Ou ainda a partir da denominação dada pelo Mi-

nistério da Saúde, que abrange diferenças sobre a existência de dois termos os quais muitas vezes são incompreendidos como distintos, contudo, fazem parte do mesmo processo, o aborto é resultado do abortamento.

Seguindo as análises sobre as nuances inseridas no cerne da temática aborto, buscou-se compreender como esse assunto, que é causa de tantas discussões, é abordado pela revista *Pais & Filhos*, em um período de mudanças nos hábitos femininos e ares de modernidade, aliado a reivindicações por melhores condições de vida às mulheres. As décadas de 1960 e 1970, apesar de se constituírem em um período no qual o Brasil se encontrava em uma ditadura militar, caracterizada por si só por momentos de censura e opressão, tratava-se de um tempo em que também havia fortes reivindicações pelos direitos das mulheres em busca de igualdade entre os gêneros humanos.

Em julho de 1972, a revista *Pais & Filhos* publicou um artigo sobre o aborto, demonstrando alguns ângulos diferenciados referentes ao assunto, prometendo apresentar a problematização não findada a partir daquela matéria, mas oferecendo a discussão, ou o início dela, cabendo a cada um ler, analisar e julgar (PAIS & FILHOS, julho de 1972). Entretanto, é importante sinalizar que a escolha pela ideia de julgamento a partir de cada indivíduo, leitor do periódico, não se traduz em uma perspectiva fundamentada em uma dimensão concluída do real, pois não há como sentenciar todas as realidades a partir da visão particular de cada ser. Outro ponto, que logo é chamado atenção, se traduz na imagem de capa da reportagem, como é possível ver na imagem 10.

É convidativo analisar a imagem que anuncia o artigo pois ela remonta a uma série de assuntos que se envolvem com a temática do aborto. O corpo feminino, a ênfase na barriga da mulher com um embrião dentro e logo em seguida um cárcere, em que este último pode ser interpretado sob a ideia de que o aborto é considerado crime. Além disso, há a perspectiva da criança presa a esse



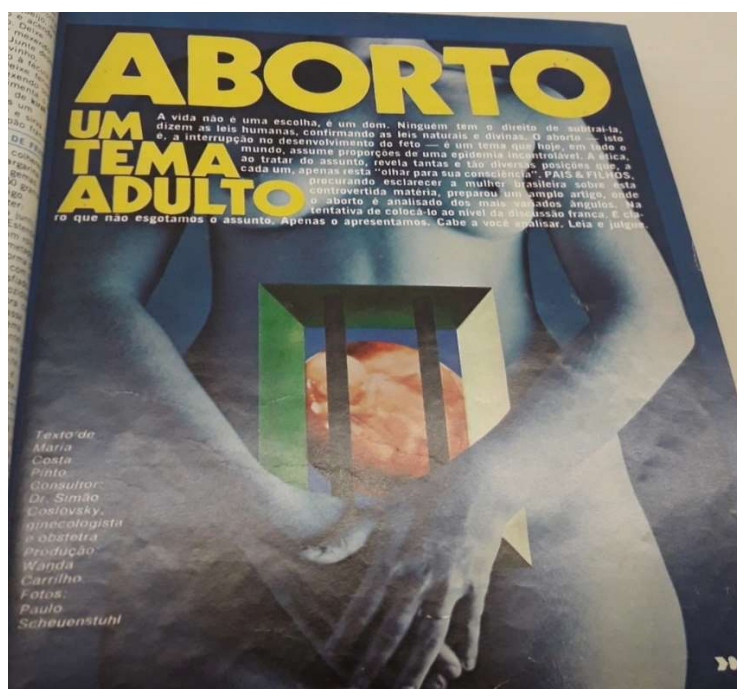


Imagem 10: Aborto um tema adulto.  
Fonte: Pais & Filhos, julho de 1972.

ventre, ela é totalmente dependente e pode ou não se desenvolver plenamente, a partir do desejo da mulher gestante. Sobre este último aspecto, é importante refletir que a decisão do feto ser ou não desenvolvido, a partir da continuidade ou interrupção da gestação, não se dá exclusivamente por um desejo da mulher, pois há uma série de fatores que circundam esse cenário.

Ainda que a matéria tenha se proposto a analisar alguns variados pontos de vista a respeito do aborto, a revista não poupou escrita, ainda que não em sua totalidade, de direcionar um tópico para descrever sobre como a mulher deve compreender se deve ou não se preocupar sobre estar ou não abortando. Foi no tópico intitulado “Quando a responsabilidade do aborto não é da mulher” (PAIS & FILHOS, julho de 1972, p.86), evidenciando o caráter, ainda que nas entrelinhas do texto, da busca para que não haja um abortamento, mesmo quando este ocorresse de maneira natural.<sup>4</sup> Nesse sentido, há escritos como os que seguem:

Se a mulher não tem história de abortamentos anteriores nem

4. Aquele que segundo o periódico acontece sem a intervenção de médicos, enfermeiros, curiosas ou qualquer outra pessoa. Acrescentando que até cinco meses é aborto, com mais de cinco meses é parto prematuro. (PAIS & FILHOS, 1972).



vem apresentando características que possam ser diagnosticadas como uma possível ameaça de aborto, o aconselhável é que ela mantenha suas atividades normalmente, trabalhe etc., no entanto, devem ser tomadas algumas precauções quanto a atividades pouco convenientes para uma gestante. Por exemplo: as que exigem grande esforço físico, as que se expõem a irradiações, o trabalho com produtos químicos [...] o fato de ter abortado uma vez não significa que jamais será possível ter um filho [...] (PAIS & FILHOS, julho de 1972, p. 86-7).

A reportagem tomou seguimento pontuando alguns tópicos de quando o aborto é permissível, como quando é necessário para salvar a vida da mulher, e ainda elencou que a pressão social é motivo para a mulher provocar o aborto. Sobre isso, destaca-se a fala do médico Otávio Lima<sup>5</sup>, afirmando que “o aborto é uma doença social de causas socioeconômicas porque a mulher só chega até um aborto premida pelo ambiente, nunca espontaneamente, porque o ego feminino é maternal por excelência.” (PAIS & FILHOS, julho de 1972, p. 88).

O médico buscou evidenciar os aspectos socioeconômicos como fortes contribuintes para o abortamento, e destacou que a sociedade empurra as mulheres para executar esse ato. O ser feminino, segundo o médico, não seria capaz de praticar o aborto por livre e espontânea vontade, pois a mulher é maternal por excelência. Mais uma vez, observa-se a perspectiva da maternidade como condição inerente ao feminino, quando na verdade é cultural, sendo uma construção social, embora perpassasse fatores biológicos. (BADINTER, 1985).

Convém lembrar que o abortamento não é uma prática difundida entre as mulheres de maneira recente, ou mesmo a partir da segunda metade do século XX, quando passou a ser pauta junto à luta feminina por direito a uma maternidade voluntária, mas se

---

5. Presidente da Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil- BEMFAM e autor do trabalho responsável por sua fundação (PAIS & FILHOS, julho de 1972).

faz em uma ação existente, e por vezes recorrente, entre muitas mulheres. As questões sociais e econômicas encontram-se de fato imbricadas nessas decisões. A prática do abortamento é uma atitude ainda mais recorrente entre as mulheres negras, dadas as suas circunstâncias de vida e a busca por sobrevivência, como pontuou Angela Davis (2013, p. 146):

[...] quando as mulheres negras e latinas recorriam ao aborto em tão grande número, as histórias que contavam não eram sobre o seu desejo de se verem livre das suas gravidezes, mas antes sobre as miseráveis condições que as dissuadiam de trazer novas vidas ao mundo. As mulheres negras faziam aborto a si mesmas desde o início dos dias da escravidão. Muitas mulheres escravas recusavam-se a trazer crianças ao mundo do trabalho forçado interminável, onde as correntes e as chicoteadas e o abuso sexual das mulheres eram as condições de vida diária.

Portanto, quando se trata de abortamento, este não se traduz simplesmente em um desejo de mulheres em não prosseguirem com suas gestações, mas cabe a reflexão sobre as mais variadas motivações que se encontram envolvidas nessa tomada de atitude. As más condições de prosseguimento da vida daquela criança, após seu nascimento, poderão tornar seu desenvolvimento precário e sofrido, podendo levar a morte. Além disso, existem fatores que colocariam esse indivíduo à margem da sociedade, dadas as condições de desigualdade social existente no Brasil, por exemplo.

Evidencia-se que a ilegalidade do aborto apenas gera riscos à saúde da mulher, não impedindo que o ato aconteça, perpetuando as desigualdades sociais. Esses riscos são colocados essencialmente sobre as mulheres pobres, ou seja, aquelas que não têm acesso a um abortamento seguro. Compreender essa prática como um caso de saúde pública é entender que há uma questão de direitos humanos envolvida. É preciso parar de julgar levianamente as mulheres que optam por esse procedimento. Esse público tem um perfil bem traçado, sendo em sua maioria jovem, pobre, católica e

já possuindo filhos e/ou filhas. (BRASIL, 2009).

Se, a partir da década de 1960 foi possível experienciar um avanço nos direitos reprodutivos das mulheres com a chegada da pílula contraceptiva, o mesmo não aconteceu com as questões referentes ao aborto. Essa temática, como discussão social e acentuação de desigualdades de oportunidades, se torna ainda mais latente com as complicações decorrentes do abortamento inseguro. Entre os anos de 1960 e 1970 eram utilizados diversos métodos para uma prática abortiva, tais como chás ou líquidos cáusticos, até o inserir objetos perfurantes e sondas na vagina, o que não ocorria com as mulheres de setor abastado, pois a estas havia as clínicas onde os recursos médicos já se faziam como opção (DINIZ, 2013).

Portanto, visualiza-se a punição que a mulher sofria diante de um procedimento inseguro, que além da dor física e emocional, poderia resultar na morte materna. Essa é uma situação que não ocorre, por exemplo, a uma mulher de camada social privilegiada, pois possuindo recursos para o pagamento do procedimento, ela faria o aborto em um ambiente adequado e com maior segurança. Nessa acepção, evidencia-se a importância da discussão sobre a legalização do aborto como tema social e de saúde pública, pois a partir do momento em que mulheres se encontram em situação de vulnerabilidade por causa de uma prática que ocorre de maneira constante na sociedade, e isso gera consequências sobretudo para as mulheres pobres, é necessário que o Estado intervenha como potencializador de políticas públicas de assistência às mulheres.

É relevante compreender que as causas envolvidas na decisão da interrupção da gestação se dão não somente pelo fato de a mulher não querer ser mãe. Muitas vezes, as mulheres que optam pela não continuidade da gravidez são aquelas que já possuem filha (s) ou filho (s), e que a chegada de mais uma criança naquela família irá gerar o agravamento de uma série de dificuldades já existentes no contexto familiar.

Diante disso, o que se compreende é que o aborto como as-

sunto que envolve questões éticas e morais, bem como o direito sobre o próprio corpo e a compreensão do início da vida humana, se constitui como uma temática não consensual. À vista disso, o que pode ser mencionado como caminhos para solução dessa problemática é a ampliação do debate público, decidindo o que se configura como o melhor para a sociedade.

É válido refletir que o ponto levantado pelo doutor, a partir dos fatores sociais, fazem de fato parte de uma série de questões que podem estar envolvidas na decisão de um abortamento. As práticas do bem viver, essenciais a qualquer indivíduo devem ser levadas em consideração, pois a decisão de gerar um ser, e tê-lo como seu dependente se faz de grande importância na tomada da decisão. Aqui encontra-se um evidente cenário de desigualdades e que pode ser acentuado a partir da inserção de novos indivíduos em famílias que não possuem as condições de pleno desenvolvimento humano, o que pode vir a gerar uma série de outros problemas sociais, como o adentrar no mundo do crime pela ausência de oportunidades no meio social, pautada pela desigualdade social.

Portanto, a informação e o acesso a meios contraceptivos se mostram como grandes contribuintes para que as mulheres não precisem passar pela escolha de levar ou não adiante uma gravidez, contudo, esse debate deve ser estimulado ainda mais sobre os homens, pois estes também são responsáveis pela existência de uma gestação não planejada. Contudo, o que deve ser levantado como questão é que o abortamento existe, mesmo em países não legalizados, e que acarreta maiores índices de morte da mulher por complicações, dada a não assistência do Governo.

*A Pais & Filhos* mostra que em alguns países já era uma realidade a legalidade quanto ao abortamento, como na Inglaterra onde “há todo um sistema de proteção à mulher “[...] deve ser feito por cirurgião qualificado e em locais aprovados pelo Ministério da Saúde. Também nos Estados Unidos, mas apenas em alguns estados [...]” (julho de 1972, p. 87-8).

Essa aprovação e apoio por meio do Estado, garante maiores e melhores condições a mulher que precisar dessa assistência, no entanto, esses países se traduzem em exceções, pois a maioria destes não fazem parte desse cenário, assim como o Brasil, que em 1972 só permitia o aborto em casos de “certas doenças, como cardiopatias graves, [...] tendo que ser aceito por uma junta médica, de no mínimo três especialistas. (PAIS & FILHOS, julho de 1972, p. 88).

O posicionamento legal não sofreu muitas modificações, permanecendo como um ato ilegal na legislação brasileira vigente. A importância de apoio e assistência em casos de abortamento pode ser evidenciada nos próprios relatos expostos pela revista, há três mulheres, com experiências distintas que se entrelaçam na certeza do não desejo daquela gravidez.

O primeiro relato apresentou um abortamento que teve uma solução eficaz, a gravidez decorreu de um relacionamento extra-conjugal, por parte do homem, e a mulher obtendo o apoio dele e de uma amiga para a realização do aborto, conseguiu efetivar com êxito essa prática. Já o segundo relato, advinha de uma mulher vítima de abuso, em que ao contar para a família não recebeu o apoio esperado, sendo enviada para um outro estado, onde teria o bebê e depois o entregaria a alguém. Entretanto, a mulher não queria aquela gravidez, e conseguiu realizar um abortamento por meio de uma curiosa<sup>6</sup>, o que resultou em complicações e a sua esterilidade. A terceira mulher, fazendo parte de uma família abastada, e encontrando-se grávida sem o apoio do pai da criança, tinha a certeza de que não queria a gravidez, contudo, não tinha coragem de abortar. Levou a gestação até o fim, teve a criança, mas nem ela e nem a família conseguiram desenvolver qualquer tipo de afeto pela menina, o que resultou em traumas a mãe e a filha. (PAIS & FILHOS, julho de 1972).

Torna-se evidente a relevância da efetivação de assistência às

---

6. Parteira não diplomada, sem habilitação legal. (DICIO, 2009).

mulheres que decidem pela não continuidade de sua gestação, a partir de exemplos como esse apontado pela *Pais & Filhos*, quer seja por questões de saúde, ou por quaisquer outros motivos, haja vista que o abortamento ocorre, e nos mais variados setores sociais. A sujeição feminina ao bem querer do que compreende aqueles que legislam em determinado país é sinônimo de não liberdade da mulher sobre seus corpos.

No primeiro relato, ficou claro que a partir da presença de um médico para a feitura do aborto, pode ocorrer tudo bem, haja vista que a mulher dispôs de condições financeiras para tal. A segunda, sem dispor de apoio financeiro para a paga de um especialista, ficou à margem de uma curiosa, o que resultou em um dano irreversível à sua vida, a sua esterilidade. A terceira, ao não optar pelo aborto, mas ainda assim não querer aquela gestação, resultou em uma rejeição por parte de todos da família daquele ser que nada tem a ver com a situação na qual foi gerado e sofreu as consequências psicológicas de uma rejeição.

Essa é uma pauta levantada mais fervorosamente na década de 1970 pelas feministas, que elencavam determinados argumentos para a legalidade, tais como a “vontade de eliminar o perigo de morte que ameaçava as mulheres que recorriam ao aborto clandestino e na reivindicação de autonomia reprodutiva das mulheres, refletida no *slogan* “nós teremos os filhos que quisermos, se quisermos e quando quisermos.” (DEL PRIORE, 2009, p. 23). Nota-se que é recorrente o levantamento da busca por segurança da vida feminina, que é colocada em perigo diante de um aborto clandestino, bem como na necessidade da busca por um direito pela liberdade de escolha sobre seus corpos, optando por uma gravidez quando julgarem conveniente e se julgarem desejar ser mães.

É notável que uma maior efetivação de políticas educacionais voltadas para a sexualidade poderá se tornar forte contribuinte para uma queda nos índices de abortamento. Por isso se faz tão urgente e necessária a presença de educação sexual, bem como a eficácia de



política de planejamento familiar, ressaltando que embora essas se constituam como medidas potencializadoras no combate a existência da gravidez indesejada, não anulam a problemática e nem tornam inexistente as práticas abortivas. Portanto, é importante que a sociedade se movimente rumo a compreensão de que a assistência ainda se firma como forte e real meio de proteção a vida humana, e no caso em questão, a vida da mulher.

Menciona-se, mais uma vez, que a busca por um favorecimento em prol da decisão das mulheres diante de uma gravidez indesejada não se faz aqui compreendida sobre a defesa do aborto, mas sim sobre a busca de condições de proteção a vida da mulher, assim como “aquelas que defendiam o princípio da descriminalização insistiam [...] na responsabilidade das mulheres por sua procriação [...] reclamavam medidas para proteger a saúde das mulheres, assegurando simultaneamente o princípio de sua autonomia.” (DEL RE, 2009, p. 23). Convém entender que as implicações com o nascimento de um filho não planejado e não desejado, recaem sobremaneira sobre a mulher, impactando diretamente e injustamente sua vida a partir da divisão não igualitária do trabalho reprodutivo.

No desenvolvimento dessa matéria houve os relatos de algumas mulheres que vivenciaram o aborto, bem como a fala de especialistas e o ponto de vista da Igreja Católica sobre o tema, o que demonstra a participação de diversos setores da sociedade sobre o assunto, revelando a sua repercussão. Dentre as falas sobre a temática do aborto, não há uma defesa explícita e de fervorosa busca pela legalização, pois diante da maioria dos entrevistados, mesmo quando este não se encontrava ligado aos aspectos puramente religiosos, como advogados, a preocupação versava ainda diante da manutenção do casamento, da harmonia entre o casal que poderia vir a ser afetada com a prática abortiva sem o consentimento do marido, Aroldo Lins e Silva- advogado de família, expõe que:

[...] me preocupo com a repercussão do aborto no casal. Se uma



mulher casada faz aborto sem o conhecimento do marido, isto representa motivo para desquite. A dificuldade vai ser caracterizar o crime de quem fez o aborto. Limita-se a pena apenas a ela, só ela vai sofrer punição.” (PAIS & FILHOS, julho de 1972, p. 93).

Essa inquietação, apesar de apontar um determinado olhar sobre a mulher, ressaltando que somente ela irá sofrer a punição penal, haja vista a dificuldade em caracterizar o autor do aborto, evidencia-se a maior preocupação com o bem-estar do casal, de modo que esse ato poderia resultar no então desquite. Mais uma vez, os aspectos morais da família ganham espaço e toma evidência em detrimento dos reais desejos e inquietudes femininos, corpo no qual habitaria aquele novo ser. No âmbito religioso, pode ser destacado um pensamento do frei Estevão Battencourt, quando sinaliza para mais um levantamento moral diante daquilo que compreende sobre o aborto, assim como o que antecede o abortamento, a relação sexual:

[...] o feto, desde o primeiro instante da sua concepção, já é uma vida humana em formação. por conseguinte, tem o direito de que lhe respeitem a vida. Abortar, pois, vem a ser o mesmo que matar um inocente. Eis porque a ética cristã rejeita o aborto. Bem sentimos a angústia de muitas jovens que recorrem ao aborto para salvar seu nome. Creio, porém, que o auxílio mais eficaz que se possa oferecer à sociedade nessa linha, é a conscientização dos grandes valores inerentes ao convívio sexual. O sexo está essencialmente ligado ao amor e à vida; não pode ser conteúdo de aventuras ou de experiências descomprometidas. (PAIS & FILHOS, julho de 1972, p. 93- 4).

As declarações religiosas, através da fala do frei Estevão, enfatizam uma visão categórica ao expor sua concepção sobre o aborto. Compreendido como crime, e que nenhum indivíduo possui o direito de decidir sobre a existência ou não daquela vida, entendida

como tal desde a sua concepção, e que por assim ser não é aceitável a prática abortiva, o entendimento da existência de vida no feto desde a concepção pregado pela religiosidade. Nesse ponto, é importante refletir que não há um consenso sobre o período em que pode ser considerada a existência de vida ou não no feto. Para a medicina, por exemplo, se considera aborto aquele ocorrido até a 22ª semana de gestação, caracterizando ao que ocorrer depois desse período como parto pré maturo. (BRASIL, 2011).

É mencionado, ainda, a ideia da busca pelo aborto por muitas jovens por estarem preocupadas com sua honra, o que vai desencadear no pensamento do frei para as questões sexuais, apontando como solução para esse problema social, que é o abortamento, a disseminação dos valores que estão envolvidos nas relações sexuais, pontuando que esta não deve acontecer de maneira desmedida e sem compromisso, pois tem relação com o amor e a vida, o que evidencia na última, pois compreende-se de fato que a decorrência do ato sexual pode ser o gerar uma nova vida humana. Com essa análise, é visto que as perspectivas em torno da moral e da honra ainda se encontram direcionadas ao feminino, assim como o cenário do aborto, que demonstra sempre a ideia de ligação exclusiva da mulher, ao menos quanto às obrigatoriedades, punições e rejeições do meio social.

O discurso religioso tornou-se forte controlador dos corpos e de grande impacto na sociedade, mostrando-se rígido quanto aos posicionamentos ligados ao aborto, quando em 1869, o papa Pio IX adotou a ideia de que a alma é implantada no ventre materno desde o momento da concepção. Assim, aquele feto seria já uma vida existente, e a mulher que optasse pelo aborto estaria cometendo um assassinato.

Aliada à discussão já iniciada no capítulo anterior, os moldes formativos em que se constitui a sociedade capitalista fez com que houvesse uma remodelação das normas familiares, a partir da valorização da família e do envolvimento feminino direcionado ao

espaço privado. Mesmo com a aquisição de direitos ao mercado de trabalho produtivo a mulher leva consigo as atividades relacionadas ao cuidar, bem como a insistência da conduta feminina atrelada ao desenvolvimento da maternidade para obtenção de sua completude.

Segundo Mariana Venturini (2018), um dos aspectos para o surgimento da criminalização do aborto estariam nas raízes da formação capitalista, pautada na enorme necessidade de mão de obra para o trabalho fabril. Contudo, a autora segue analisando que passada essa fase de busca por uma mão de obra, devido ao surgimento das máquinas e os novos rumos a que foi se modelando esse sistema, o tema sobre a legalização do aborto ainda segue diante de fortes enfrentamentos à sua legalidade a partir da crescente onda conservadora nos costumes. Desse modo, as mulheres ainda seguem com muitas dificuldades para obtenção de maiores liberdades e conquistas de direitos. Com base nisso, a autora conclui que:

A criminalização do aborto não salva vidas de fetos, apenas tira a vida de mulheres. Reduz a mulher a mera fábrica de bebês sob os mais cínicos discursos. A maternidade é um direito e é indigno torná-la uma obrigação. Legalizar o aborto significa garantir às mulheres condições de decidirem se, quando e quantos filhos terão. A legalização do aborto deve ser uma bandeira de todos os que propugnam por uma sociedade mais justa, equânime e livre para as mulheres e homens. (VENTURINI, 2018, p. 6).

Ainda que a sociedade tenha dado passos rumo a maiores direitos para as mulheres, é incontestável que ainda há um longo caminho e grandes lutas ainda precisam ser travadas para que se tenha uma aproximação mais efetiva da igualdade de gênero. É sobre o direito das mulheres decidirem se querem ou não serem mães, é sobre ter formas de assistência a mulher que decida não levar sua gravidez adiante, é sobre proteção a vida das mulheres,

maior acesso à informação, eficácia nas políticas e educação voltada para a sexualidade.

Sob o olhar feminista, busca-se diante dessa discussão inacabada uma seguridade de direitos da mulher, a sua emancipação sexual e a quebra dos estereótipos entrelaçados ao aborto. Ao seu caráter de olhar histórico, há a compreensão de que esse é um campo de discussão atemporal, que envolve diversos setores da sociedade e que traz em suas marcas a opressão das mulheres.

A esterilidade é outro campo de discussão ligado à ausência da maternidade e que pode vir a ser constituída a partir de práticas abortivas inseguras e suas complicações. Ela acontece independente das causas, que podem envolver dor, separação, angústia, sofrimento e preconceito. Sendo objeto de tabu, está inserida em um universo não somente feminino, mas igualmente masculino, perspectiva verificada a partir da revista *Pais & Filhos*.

Para tanto, notou-se a análise necessária de duas imagens das capas dos artigos que dialogam sobre a esterilidade. Contudo, o primeiro artigo retrata sobre a mulher e o segundo sobre o homem. A partir disso, nota-se a diferenciação com que é abordada a mesma questão sob os parâmetros do feminino e do masculino. Esta visão é apoiada pelos estudos de Georgiane Vázquez (2015):



Imagem 11: Doutor, posso ser mãe? Fonte: Pais & Filhos, maio de 1972.



Imagem 12: Homem também é estéril. Fonte: Pais & Filhos, fevereiro de 1969.

A imagem 11, que aborda a esterilidade sob o viés feminino, carrega consigo um olhar perdido sobreposto pela imagem de uma criança correndo, acompanhada do título em destaque, com cores diferenciadas, o que permite compreender e relacionar a busca da mulher pela sua completude através da condição materna. Entretanto, diferenciando-se desta, na imagem 12, que faz referência à esterilidade masculina, existem apenas letras, e que, embora se constituam em uma forma de tamanho avantajado, elas não têm lugar de destaque, encontrando-se na mesma tonalidade de toda a imagem. Em outras palavras, não há a apresentação de uma busca contínua e angustiada em tornar-se pai, fazendo-se entender que a presença de um filho é variável, tendo como fator relevante o gênero<sup>7</sup>. Diante disso, relembra-se o que Tania De Luca (2008)

---

7. A sociedade vai constituindo diversas maneiras na busca da manutenção da legitimação das diferenças entre os gêneros, havendo na afirmação da mulher como mãe, na busca de desenvolvimento de características afetivas impostas como inerentes ao público feminino a manutenção de privilégios masculinos em detrimento das mulheres. (SCOTT, 1990).



pontua sobre a materialidade da fonte:

[...] É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural. [...] historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, tudo que foi escolhido e por quê. (p. 132).

Portanto, não somente as narrativas contidas no periódico dizem sobre suas intencionalidades, mas a materialidade também faz refletir a partir das imagens, com o formato da letra, além do destaque a partir de cores evidenciando determinados escritos. Nesse sentido, reflete-se sobre a importância de análise para além do texto em si, do que se encontra explanado além da fala, que é objeto de observação histórica relevante, tendo a revista como fonte de busca desse olhar. O que fica evidenciado na imagem é a persistência em apontar o desenvolvimento da maternidade como atributo indispensável para o feminino, o que não se encontra em relação ao masculino ou à paternidade.

Outro ponto de forte destaque e diferenciação no trato pela revista diante das duas reportagens, se trata das possíveis causas relacionadas à esterilidade. Estas, quando relacionadas ao feminino, são sempre colocadas em torno do caráter emocional, ou de outros fatores no quesito saúde, mas com nenhuma relação ao desejo sexual. É como se estas fossem as principais responsáveis por suas esterilidades, por vezes não considerando fatores médicos e/ou biológicos sobre essa questão, como pode ser observado a seguir:

[...] o fator mais comum de esterilidade num casal recém-formado não é orgânico nem sexual, mas emocional: a mulher tensa, ainda não desinibida, pode não ovular. Doenças orgânicas podem provocar distúrbios nos órgãos da esfera da reprodução trazendo como consequência problemas de esterilidade [...] (PAIS & FILHOS, maio de 1972, sem página).

Às mulheres sempre foi imposto, diante do discurso da revista *Pais & Filhos*, uma conotação de sensibilidade, doçura e a busca pelo pleno desenvolvimento do tornar-se mãe como condição pertencente à todas as mulheres. Não se levava em conta fatores relacionados à mulher como um ser humano, assim como o homem a partir de seus desejos e aspirações pessoais para além da maternagem o que fica evidenciado até mesmo no tocante à esterilidade, em que as possíveis causas primeiras podem estar condicionadas ao estado emocional da mulher.

Enquanto isso, para o homem, apenas se relacionam fatores de saúde ou, mesmo quando se trata do emocional por uma possível carga de estresse, é acentuada a virilidade masculina, fator esse ainda mais endossado quando se trata do homem estéril, evidenciando que em poucos casos tinha a ver com suas potencialidades sexuais. Assim,

[...] o desinterêsse do homem pelas relações sexuais é capaz de torná-lo estéril, embora tal deficiência, além de não ser comum, é temporária. A isso se deve juntar o fato de que só um número limitado de homens se conserva muito tempo sem desejar a mulher e, assim mesmo, por deformações de ordem moral, perturbação espiritual ou intensa preocupação. Desde que essa fase seja superada, eles voltam à plenitude de seus instintos sexuais. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1969, p. 28-9).

As imagens dos dois artigos da revista *Pais & Filhos*, embora abordem o mesmo tema, possuem óticas distintas, por tratar de mulheres estéreis na primeira e esterilidade masculina na segunda. Essas imagens possuem distinções marcadas de abordagem dado ao que é introduzido social e culturalmente como características pertencentes ao mundo feminino e ao masculino. Esse ideal merece atenção, compreendido como construção cultural sobre características e qualidades destinadas ao que é do feminino e o que é desenvolvido pelo masculino. Assim, a sua existência e dominação



se realiza por si própria, pois assim se condicionam as relações de sexo, também marcadas pela dominação masculina (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009).

Quanto à virilidade, ela pode ser compreendida a partir de dois aspectos. O primeiro por meio da conotação da força, capacidade de combater, o direito que lhes julgam obter sobre aqueles que entendem como não viris, mulheres e crianças, bem como os privilégios associados à dominação destes sujeitos historicamente dominados. O segundo, e mais alinhado com a perspectiva analisada na revista *Pais & Filhos*, encontra-se para além desses atributos, na maneira penetrante e erétil da sexualidade do homem (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009).

Desse modo, as intenções do ser viril vão se perpetuando na sociedade sobre os grupos masculinos, como forte obtenção de manutenção de pensamentos e análises como esses da referida revista, nos quais destaca-se a virilidade masculina, se acentuando até mesmo como um instinto sexual nesse processo de reafirmação da virilidade. (RIBEIRO, 2018). Essa evidência com que a reportagem trabalhou as questões viris masculinas foi enfatizada no final do artigo, quando foi exposto um caso de consulta médica, como visto a seguir:

[...] Uma mulher chegou à clínica de fertilidade e contou ao médico que estava casada há quatro anos, sem conseguir filhos. Fôra várias vezes ao ginecologista, havia se submetido a todos os exames e acabara convencida de que seria capaz de conceber. Perguntou ao especialista se tinha o direito de pensar que a culpa cabia ao marido e, se isso fosse verdade, como convencê-lo a fazer uma consulta, porque apesar de ser um homem de certa cultura, dava muito valor a sua virilidade. O médico aconselhou-a a não superestimar o orgulho do companheiro. Deveria procurar persuadí-lo a aceitar o fato com tranquilidade e sujeitar-se às pesquisas necessárias, sem ficar ofendido na sua integridade masculina. Também propôs à mulher que deixasse de lado as incertezas e pudores e dissesse ao marido que, ao

submeter-se aos exames, êle estaria dando provas de maturidade, estima e respeito mútuo. Em todo caso, se não obtivesse êxito, então seria melhor convidá-lo a uma simples conversa com o médico [...] após alguma resistência iniciado os exames [...] o exame de urina revelou que havia piúria maciça, isto é, emissão de urina purulenta. [...] ficou provado que o paciente tinha tuberculose renal. Descoberta a causa da esterilidade e fixado o tratamento, êle agora caminha para a cura completa. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1969, p. 30).

Diante de uma concepção de sociedade patriarcalista que oprime as mulheres, evidencia-se o abuso à mulher quando esta se sente insegura em relação a cogitar que o problema da esterilidade possa ser do marido. Nesse caso, a mulher já teria ido em busca de médicos especialistas, a fim de desvendar se havia alguma anomalia em si logo de início. Outro fator que aponta para essa dominação massivamente opressora se constitui no fato de como abordar a conversa com o marido que, mesmo sendo seu companheiro, a mulher não se sentia segura em falar sobre o assunto, pois poderia ferir a honra do homem.

Com base nisso, a fala do médico enfatiza o modo como deve seguir a conversa, para que a mulher não superestime o orgulho do companheiro. Caberia então à mulher ser cautelosa, mesmo não obtendo tamanho cuidado no trato dessa temática quando esta foi direcionada a ela, cogitando que o problema estivesse em si mesma logo a princípio do não aparecimento da gestação. Quando esse assunto for levado ao homem, a mulher ainda deve deter-se na preocupação de como lidar com o marido e suas reações.

Tais abusos vivenciados pelas mulheres quanto a opressão sentida na impossibilidade de gestar, é instituída incisivamente na sociedade, podendo ser analisada a partir do período colonial no Brasil, quando para a Igreja a gestação era consequência do matrimônio, portanto, havia na procriação um termômetro quanto a presença de impureza moral ou física na vida conjugal, o que trans-

formava a esterilidade feminina em um estigma. Era compreendido que seria um castigo de Deus às mulheres lascivas, e que com isso em nome da sacralidade e dos objetivos finais do matrimônio a esterilidade de ambos os sexos era motivo de anulação do casamento aos olhos da igreja. (DEL PRIORE, 1990).

Nas análises dos artigos, notou-se mais uma diferença, quando não houve nenhuma fala, no relato do homem na matéria de fevereiro de 1969. Existiu apenas um relato, como exposto acima, que partiu da mulher e do médico, dando margem a compreender que o desejo maior pela presença daquela criança na vida do casal era fortemente por vontade da mulher.

Para corroborar esse pensamento, o fechamento da outra matéria aqui analisada, de maio de 1972, exemplifica o caso/retrato de duas mulheres que, possuindo dificuldades para gestar, buscaram o tratamento e conseguiram engravidar, evidenciando a busca feminina pela prole. No relato de uma das mulheres ela expõe: “foi a coisa mais importante que poderia ter acontecido comigo. Agora que Carlos Eduardo nasceu, sinto-me mais mulher, feliz e mais realizada.” (PAIS & FILHOS, maio de 1972, sem página).

Nesse contexto, torna-se necessário dialogar sobre a compreensão de gênero, das diferenciações impostas sobre homens e mulheres dadas exclusivamente a partir da classificação binominal. Com base nisso, Joan Scott (1990) pontua que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1990, p. 21). Portanto, as construções culturais desenvolvidas no cenário social reverberam sempre intencionalidades opressoras, e a história das relações de gênero e divisão sexual de todos os âmbitos de vivência se normatiza como natural, quando na verdade não é exatamente consensual. Assim, as mulheres tornam-se objeto de forte desejo de dominação e opressão na e pela sociedade, e apesar das suas lutas e ganhos ainda se encontram diante de uma sociedade conservadora

e limitante.

A esterilidade, como um dos elementos que contribui para a não maternidade, ao ser analisada sobre a orientação de aspectos socioculturais, possibilitará compreender que tal condição é abordada de maneira substancial em relação às mulheres, inclusive de uma forma crítica em torno de sua natureza materna, como um fracasso em não conseguir gerar filhos. Esse fator, na maioria das vezes, não é direcionado aos homens, pois, de acordo com a sociedade patriarcal e, de certa maneira, a atual, o homem é um ser reprodutor por natureza e seria de tamanha ofensa se a sua capacidade geradora não pudesse ser evidenciada por meio de exames ou autoafirmações.

Ainda nesse cenário de (im) possibilidades da não maternidade, a contracepção situa-se em um contexto marcado por avanços e ganhos femininos caracterizando e possibilitando uma maior liberdade sexual para as mulheres. Diante da temática sobre a contracepção, embora as décadas de 1960 e 1970 seja um período marcado por grandes mudanças no cenário social com relação a isso, a abordagem realizada pela *Pais & Filhos* girou em torno de métodos contraceptivos ditos naturais, ou seja, que não envolvessem medicamentos para o impedimento da gravidez indesejada.

Ainda que o periódico tenha direcionado diversas falas do artigo para pontuar a relevância da pílula e outros métodos como potentes maneiras de proteger-se de uma gestação não planejada, houve uma abordagem a partir das percepções de alguns setores diferenciados da sociedade, aqueles contrários e a favor, possuindo na igreja a maior resistência, apesar de seus fiéis não deixarem de fazer uso dos métodos contraceptivos. Nisso, analisou-se o artigo de junho de 1969, “Como evitar filhos sem anticoncepcionais”, trazendo como mensagem de capa a ideia das convicções religiosas quanto a proibição do uso da pílula como meio contraceptivo, quando:

A pílula é o mais testado e o mais eficiente de todos os métodos anticoncepcionais. É o que os médicos mais recomendam. Mas contra êle há uma objeção: a encíclica *Humanae Vitae*. Nela o papa proíbe aos católicos métodos artificiais para evitar filhos. O único contróle permitido pela igreja é o dos dias férteis, através da tabela, que é antiga e de eficiência duvidosa [...]. (PAIS & FILHOS, junho de 1969, p. 34).

Embora exposta essa proibição a partir da força que firmava-se o discurso da igreja católica, a própria matéria elencou que a maioria das mulheres católicas faziam o uso da pílula contraceptiva, pois ao método indicado como aceito pela igreja, o da tabela, não havia tamanha segurança, de fato não era seguramente eficaz, sobretudo em mulheres onde o ciclo menstrual era incerto. Mais uma vez se faz presente o discurso religioso nas questões relacionadas diretamente a mulher, como o é no aborto, e como o é na contracepção. Falas como essa foram asseguradas a partir de outras tantas, das quais se destacam “A enciclica papal não fez diminuir o uso da pílula entre católicos [...] A tabela cria problemas até mesmo para a mulher que tem ciclos regulares [...] a Bíblia e o Tamude já pregavam métodos de limitar a família [...]” (PAIS & FILHOS, junho de 1969).

Diante disso, nota-se que a chegada e difusão da pílula contraceptiva no Brasil se deu em um movimento de divergências, figuras ligadas ao mesmo setor por vezes divergiam quanto ao seu uso, havendo uma enorme discussão e não consenso sobre o consumo de métodos contraceptivos, como a pílula e outros. No entanto, é possível elencar alguns grupos que eram a favor e contrário a tal inovação medicinal.

De um lado havia um movimento antinatalista do governo norte-americano objetivando a contenção da explosão demográfica e empresários e economistas preocupados com o impacto econômico que o crescimento desordenado poderia causar, bem como os médicos que estariam ligados as perspectivas em torno

do planejamento familiar. Do outro lado havia os anticontrolistas, caracterizados pelos comunistas contrários ao discurso controlador capitalista, militares e nacionalistas de direita com a narrativa de ocupação dos espaços vazios da nação, e os religiosos, na igreja católica o mais fervoroso contra a disseminação do uso da pílula, tornando-se o maior opositor a esse método. (SANTANA; WAISSE, 2016).

Ainda seguindo as mesmas autoras, conclui-se que o ano de 1968 foi marcado por grandes acontecimentos no Brasil e no mundo, com o conhecido maio de 68 francês e a morte de Martin Luther King, bem como a ida de milhares brasileiros as ruas em protesto contra a ditadura no país, resultando em uma ação ainda mais arbitrária do governo com a instituição do Ato Institucional nº 5. Diante de toda essa efervescência mundial, as lutas femininas, defendiam a liberdade sexual para as mulheres, que a procriação não fosse necessariamente o resultado de suas relações, e que assim as mulheres estivessem mais inseridas nos espaços públicos. É ainda no ano de 1968 que a igreja convoca a imprensa e anuncia a encíclica *Humanae Vitae*, na qual continuava a afirmar-se contrária aos métodos anticoncepcionais não naturais, caracterizados como pecado mortal.

Embora haja essa forte ideia de controle da sexualidade feminina impondo como prática não coerente o uso de métodos clínicos artificiais para a prevenção da gravidez, o artigo segue evidenciando que os modos de busca para evitar filhos ocorria desde a antiguidade, sejam por métodos de sabedoria popular, ou atestados cientificamente. Quando até mesmo no antigo testamento já havia evidencias de como fazer isso, quando menciona “o coito interrompido como melhor processo para evitar a gravidez. O método consiste em interromper o ato sexual antes do orgasmo, ejaculando fora do corpo da companheira. [...]” (PAIS & FILHOS, junho de 1969, p. 38).

Apesar da *Pais & Filhos* ter apontado a relação da Igreja atra-



vés de seu discurso com o uso de meios contraceptivos naturais – o que foi evidenciado pelo uso da tabela - a fala do periódico não hesitou em apontar e evidenciar as deficiências desse meio, entendida como “apesar de recomendado, o Ogino-Knaus não oferece à mulher que o usa garantia absoluta contra a gravidez.” (PAIS & FILHOS, junho de 1969, p. 36). Com isso, nota-se um relativo avanço quanto a narrativa empregada no periódico, que pontua métodos preventivos como a pílula e o Dispositivo Intrauterino – DIU, bem como a ideologia religiosa, mas não hesita em evidenciar que os métodos apontados como naturais e aceitáveis pela Igreja são evidentemente frágeis.

Quanto às práticas contraceptivas, essas sempre existiram no meio das mulheres, muitas vezes carregadas não por luxúria, vaidade, ou mesmo na perspectiva de liberdade sexual, mas vinha acompanhada em muito pelos fatores econômicos e sociais, que impactaria sobremaneira a presença de mais uma gestação. Além disso, é possível elencar que também acompanhadas do desejo de manterem relações sexuais e não necessariamente obter uma gestação como consequência de tal ato, se fazia presente desde o período colonial no Brasil práticas em que as mulheres recorriam para evitar a gravidez. (DEL PRIORE, 1990).

Diante disso pontua Jean-Louis Flandrin (1988, p. 76) “Eu acreditaria de preferência que aqueles que não tinham meios para ter filhos achavam uma saída para seus impulsos sexuais em práticas ilegítimas e estéreis, sejam elas solitárias ou fornicação.” Nota-se que os conflitos diante da contracepção através do discurso da Igreja se dá em relação as questões morais e de fidelidade, além dos princípios impostos como concernentes ao matrimônio, o de procriar.

Contudo, as investidas religiosas nunca foram impedimento real para as práticas sociais, sejam elas relacionadas a contracepção, sejam ao abortamento. Evidencia-se o forte poder social e cultural emitido pela igreja junto aos indivíduos, entretanto, o que conclui-

-se é que as práticas não se tornam inexistentes, apenas adentram o campo da ilegalidade ou do olhar desrespeitoso de outros seres humanos, como é o caso do uso de métodos contraceptivos, seja pílula, DIU, ou qualquer outro que tenha advindo de uma intervenção científica e não natural. Nota-se, portanto, que a contracepção, esterilidade e abortamento são assuntos que se entrelaçam, fazendo parte de grandes campos de discussão no meio social, ainda negligenciados quando não se discute, ou ainda estigmatizados.

Vale mencionar que é no meio de uma crise superpopulacional que se instituem narrativas em prol do controle de natalidade, se fazendo necessário uso de métodos que impedissem a procriação não somente entre as relações extra conjugais, mas também diante daquelas que desenvolviam uma relação matrimonial. E é nesse contexto que surgem as pílulas anticoncepcionais, difundidas no Brasil em 1962, diante de um movimento que ao mesmo tempo estava carregado de intencionalidades quanto ao uso massivo por parte do público feminino para a prevenção da gravidez, também encontrava-se envolto de discussões acerca de seus efeitos negativos para as mulheres. Diante disso é que os corpos femininos eram compreendidos como eminentemente reprodutivos e por assim ser foram tratados como campos de prova quanto a essas experiências contraceptivas. (PEDRO, 2003a).

É no cerne dessas discussões que Joana Maria Pedro (2003a, p. 168-9), desenvolve alguns questionamentos, tais como: “Como controlar um corpo que procria? Como conviver com um útero e ovários que ameaçam o conforto familiar? Como lidar com um corpo que ameaça um mundo superpovoado? Como conviver com instrumentos que, prometendo evitar tal ameaça procriativa, trazem desconforto e medo?”. Essas são algumas indagações iniciativas de um debate que carrega consigo não apenas a busca por um direito de escolha reprodutiva feminina, por uma liberdade sexual para as mulheres, mas como em todas as questões no cerne da sociedade, sobretudo as que envolvem o contexto feminino, havia

com a implantação de métodos contraceptivos a presença de interesses sociais para esse controle.

Se no Brasil a inserção da pílula no mercado consumidor se deu através de um discurso sob o viés do crescimento demográfico desordenado, o mesmo não ocorreu em outros lugares como a França, por exemplo, onde já vinha ocorrendo uma queda no número de filhos por família, e que já vinha promovendo associações que buscavam desenvolver o planejamento familiar, isso já na década de 1950. Portanto, a chegada da pílula em países como esse visava não uma busca pela diminuição da expansão da população pobre, como foi no Brasil, mas na França essa chegada de contraceptivos modernos disponibilizou intensas mudanças nas relações de gênero, podendo ser pensado na dissociação das relações sexuais do campo reprodutivo. (PEDRO, 2003b).

Diante do exposto, é possível analisar que apesar de haver uma vigilância e busca do uso de meios para evitar a gestação, mesmo diante desse momento não há uma valorização e ou busca para o não desenvolvimento da maternidade por parte das mulheres, pois a condição materna ainda continuava a ser valorizada na sociedade. Entretanto, o que se objetivava era uma redução no número da prole, pois analisando um cenário até a década de 1960 ainda era fácil perceber que as configurações de família eram extensas. O que o Estado buscava impor era um novo modelo de família, dada em uma estrutura de menor volume, havendo o controle da procriação no casamento.

Então foi nesse movimento de desconforto, de limitações e de supervisão do corpo feminino que a pílula é introduzida na sociedade brasileira. Contudo, não há como deixar de analisar que essa chegada de métodos contraceptivos mais eficazes para as mulheres possibilitou maiores ganhos no espaço público para elas, as décadas de 1960 e 1970 coincidem com a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e níveis de escolarização. Assim, a maternidade não se configurava mais em um destino para todas

as mulheres, se é que um dia isso foi concretamente efetivado em sua completude.

À vista disso, convém refletir diante de alguns aspectos educacionais e trabalhistas que inserem de maneira mais acentuada não só as mulheres de setores menos abastados, nas quais sempre trabalharam ao longo do tempo, mas também de um público feminino mais elitista, a educação era vista como a porta de entrada para a ascensão das mulheres no âmbito produtivo da sociedade.

A educação formal, e a superior especificamente, tem contribuído para uma maior participação no mercado de trabalho das mulheres por permiti-las uma transformação na sua consciência de contribuinte de valor tanto quanto os homens com a sociedade, pois de posse de novos conhecimentos ou mais aprofundados, as mulheres passaram a questionar com mais elementos a condição que sempre lhes foi imposta por uma sociedade patriarcal. A maternidade como única forma de alcançar o sucesso e aceitação do mundo por serem tratadas como personagens que não deveriam ser inseridas em campos que não o lar e os cuidados com os filhos e marido. De acordo com Michelle Perrot em relação ao movimento feminista na sua defesa aos direitos das mulheres:

*O direito ao saber*, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer. Essa reivindicação se acompanha de um imenso esforço de apropriação: leitura, escrita, acesso à instrução. (2007, p. 159).

Contudo, vale ressaltar que a abordagem da defesa feminista em prol da educação das mulheres, apesar de ser encarada como importante para o desenvolvimento de tais personagens ocorreu de forma diferente na Inglaterra, França e Estados Unidos, da existência de Faculdades específicas para mulheres, as que demoraram em aceitar o público feminino em suas classes, mas com restrições

e aquelas que formavam uma elite de mulheres para a vida pública da sociedade. Percebe-se que foi o direito ao saber o principal fator de emancipação, promoção e consequentemente do trabalho, ao lado da participação na vida social pelas mulheres. (PERROT, 2007).

Quanto a participação das mulheres no mercado de trabalho de acordo com Tânia Andrade (2016), foram obtidas informações relevantes através principalmente do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística cujos dados apontam que, em 1950, apenas 13,6% das mulheres eram economicamente ativas. Desde então, a presença feminina na População Economicamente Ativa-PEA se traduz em uma crescente maneira constante. Os dados apontam a evolução das mulheres quanto a participação no mercado de trabalho, bem como a redução continuada da dissemelhança entre homens e mulheres na PES, entre os anos de 1950 e 2010. Quanto a presença masculina na PEA mudou de 80,8% para 67,1%, ao tempo que a participação das mulheres avançou de 13,6% para 49,9%.

Logo, percebe-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho está aumentando de forma substancial, e em meio a esse aspecto encontra-se cada vez crescente a limitação do desejo da maternidade por parte das mulheres, numa perspectiva vivenciada já a partir da segunda metade do século XX em meio as mulheres é mais interessante e necessária a busca por sua independência econômica e social para posteriormente pensar em filhos, sendo estes observados nesse novo cenário como um obstáculo a sua vida pessoal e profissional.

As mulheres no Brasil, gradativamente, foram obtendo direitos anteriormente negados por uma sociedade masculina, tais como a maior inserção na educação escolar e superior, bem como a participação no mercado de trabalho. Aspectos relevantes que foram e são responsáveis por transformar a mentalidade das mulheres em relação ao seu papel na sociedade através, inclusive, do

questionamento de uma antiga prática relacionada especificamente às mesmas, a maternidade, um elemento imposto sempre às mulheres como forma de serem pessoas realizadas e felizes de acordo com uma moral que relativamente procurava limitar o feminino. Diante disso, é que será analisado agora uma continuidade de aspectos da não maternidade a partir da revista *Pais & Filhos*.

### **3.2 A não maternidade a partir da revista Pais & Filhos**

O ser feminino perpassou e continua a ser rodeado de imposições sobre os mais diversos aspectos do seu existir. É a insistente maneira e anseio de dominação sobre os corpos das mulheres, regulamentando como deve ser constituída suas vivências. Embora a década de 1960 seja marcada por grandes revoluções e conquistas sobre os direitos sexuais da mulher, com a chegada da pílula contraceptiva em 1962, bem como a reformulação da ideia de casamento – um processo que já vinha ocorrendo desde bem antes, como analisado no capítulo anterior – e a inserção de um público cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho e acessando maiores níveis de escolarização.

As visões sobre as mulheres ainda são carregadas de estigmas, e aquelas que não correspondiam aos ideais impostos como responsáveis por uma vida bem sucedida – matrimônio e filhos – são encaradas como anomalia e diferentes, esta última entendida como um fator negativo que a diferencia das outras mulheres que seguiram o caminho ditado como o coerente para uma realização plena da vida humana feminina.

Seguindo essa perspectiva, a revista *Pais & Filhos* desenvolveu uma reportagem em novembro de 1968, que trazia como tema “Você ainda tem 30 anos.” A sua análise versava sobre os desafios que a mulher era acometida com a chegada da nova idade, sobretudo, se esta não havia atingido aspectos da vida considerados como importantes e fundamentais para a consolidação da felicidade. Al-



guns pontos abordados foram: casamento, cultura e a maternidade. A imagem de capa já evidencia o caráter normativo e controlador sobre o ser feminino, que é o da aparência.

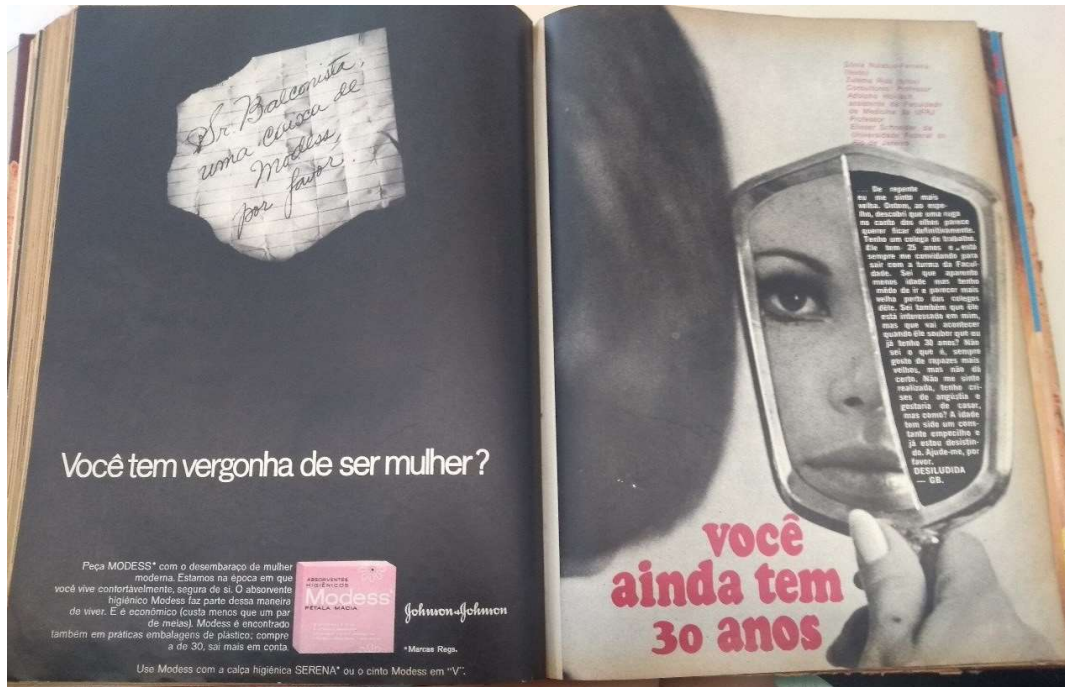


Imagem 13 : você ainda tem 30 anos. Fonte: Pais & Filhos, novembro de 1968.

A imagem 13 é traduzida por uma mulher deparando-se com o espelho em sua mão e visualizando o reflexo focado do seu olhar, acompanhado de uma mensagem que correspondia uma profunda insegurança com a chegada dos 30 anos e as consequências da idade percebidas sobre sua pele. Assim dizia “...De repente eu me sinto mais velha. Ontem, ao espelho, descobri que uma ruga no canto dos olhos parece querer ficar definitivamente[...].” (PAIS & FILHOS, novembro de 1968, sem página). Essa perspectiva muito faz lembrar de Naomi Wolf (1992), evidenciando que:

Todas as gerações desde cerca de 1830 tiveram de enfrentar sua versão do mito da beleza. “significa muito pouco para mim”, disse a sufragista Lucy Stony em 1855, “ter o direito ao voto, a possuir propriedades etc, se eu não puder ter o pleno direito sobre o meu corpo e seus usos.” Oitenta anos mais tarde, depois

que as mulheres conquistaram o direito ao voto e que a primeira onda do movimento feminino organizado se acalmara, Virgínia Woolf escreveu que ainda se passariam décadas até as mulheres poderem contar a verdade sobre seus corpos, em 1962 Betty Friedan citou as palavras de uma jovem presa à mística feminina: “Ultimamente, olho no espelho e tenho tanto medo de ficar parecida com a minha mãe.” Oito anos depois, anunciando a cataclísmica segunda onda do feminismo, Germaine Greer descreveu o “Estereótipo”: “A ela cabe tudo que é belo, até mesmo a própria palavra beleza... é uma boneca... estou cansada dessa farsa.” Apesar da grande revolução da segunda onda, não estamos livres [...] Uma revolução passou por nós e mudou tudo que estava em seu caminho, o tempo decorrido desde então foi suficiente para que pequenos bebês se tornassem mulheres adultas, mas ainda resta um direito final que não foi totalmente reivindicado (1992, p. 14).

A autora segue sua análise expondo que o chamado Mito da beleza tem uma história para contar. A ideia se configura de maneira universalizante, onde as mulheres devem incorporá-la, enquanto para os homens, não há imposição na mesma medida quanto há para o ser feminino. Cabe, apenas, buscar envolver-se com aquelas mulheres que absorvem aquilo que se convém enquadrar-se no campo do belo.

Portanto, a imposição a que submetem às mulheres a uma busca incessante de enquadramento nesse conceito da beleza, é também uma das fortes fontes de dominação dos corpos femininos. Como bem apontou Naomi Wolf (1992), mesmo diante das inúmeras conquistas que as mulheres conseguiram ao longo do tempo, sobretudo, ao longo do século XX, não se desfizeram de fato das amarras que o ideal da beleza ainda impõe, faz sofrer e controla o ser feminino. Essa ideologia “[...] se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar.” (WOLF, 1992, p. 13). Com isso, busca amarrar as mulheres

diante da dominação de seus corpos, de maneira velada fazendo-se compreender, muitas vezes, como naturais, contudo, são impostas culturalmente.

A narrativa segue apontando caminhos que são ligados aos ditos temores femininos a partir da chegada de uma idade considerada até então como avançada para as mulheres, o que é colocado pela revista como um mito, obtendo seu agravamento pela questão reprodutiva:

[...] Inventou-se o mito de que, aos 30, a mulher está se despedindo da juventude e entrando na meia-idade. Mais que no homem, sua vida está dividida em função da vida reprodutiva: a menarca (primeira menstruação) fixa o início da puberdade, e a menopausa marca o climatério, o fim do ciclo gonádico e, por consequência, o da procriação. Partindo daí, aos 30 anos a mulher já teve pelo menos 15 anos de vida gonádica (espaço entre a primeira menstruação e a menopausa, em que os óvulos são liberados do ovário para o útero a cada maturação do folículo correspondente). Tudo leva a crer que tenha mais 15 anos. (PAIS & FILHOS, novembro de 1968, sem página)

O trecho corresponde a ideia das preocupações femininas estarem atreladas para além dos fatores estéticos, que irá revelar sua idade, mas alinha-se o fator reprodutivo, se essa mulher chega à idade dos 30 anos sem ter desenvolvido a maternidade, mais do que o homem, como ressalta a revista, ela tem uma espécie de relógio biológico que tem um prazo para o desenvolvimento de uma gestação.

Porém, o periódico traz o esclarecimento de que essa mulher não precisa se preocupar, pois ainda terá no mínimo uns 15 anos a mais de vida reprodutiva. A reportagem continua com a mesma mensagem de desenvolvimento de procriação, apontando que “não é só tendo um filho que a mulher se sentirá criadora de alguma coisa que a fará esquecer a passagem do tempo. Para a solteira que não procriou, existe a criação artística [...] um trabalho que a

faça realizada consigo mesma.” (PAIS & FILHOS, novembro de 1968, sem página). A mulher geralmente caracterizada encontrando-se ligada ao criar, ao procriar, mesmo não desenvolvendo o gestar e sendo levado em conta o fator trabalho produtivo feminino este encontra-se ligado a criação.

Nota-se o caráter materno a que se situa de maneira diluída nas reportagens da *Pais & Filhos*, mesmo quando o assunto é referente a um possível dilema a que, segundo o periódico, as mulheres passam com a chegada dessa nova idade, a reprodução feminina se faz presente. Contudo, a preocupação com o desenvolvimento da maternidade não poderia ser universalizada, pois nem todas as mulheres tinham a maternidade como um projeto de vida, tornar-se mãe não se constitui como inerente à condição feminina, mas sim, como construção cultural que buscou e busca impor às mulheres a maternidade como condição para plena realização. Como aponta Elisabeth Badinter:

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. [...] constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir, ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da história. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional” (BADINTER, 1985, p. 266).

Essa constatação é amplamente difundida e analisada pela autora supracitada, percebendo-se que a maternidade como condição imposta às mulheres ao longo da história, traduzida como fator inerente ao ser mulher, bem como sua principal função social, a de

gestar, encontra-se não sustentada a partir dos estudos de Badinter, assim como pode ser relacionada ao que Simone de Beauvoir descreve em sua célebre frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (2009, p. 267). Constatação essa, que poderia ser vista como óbvia, levando em conta os fatores não biológicos como determinantes na definição do ser/existir, e que vão de encontro ao que se denomina existencialismo.

Beauvoir e Sartre, assim como Heidegger e outros, que são grandes contribuintes do existencialismo, que pode ser definido como o fato da existência preceder a essência, ou seja, o homem existe, encontra-se no mundo e a partir de então é que se define (SARTRE, 1970). Desse modo, a mulher não nascendo mulher, mas constituindo-se como tal, é adjetivada a partir de inúmeras maneiras, através de seus comportamentos, posturas, expectativas e outros modos. Posicionamentos que vão sendo introjetados sobre o desenvolvimento feminino a partir de concepções culturais, portanto, a mulher como é concebida se faz assim a partir de construções socioculturais.

Diante dessa perspectiva, mesmo ao apontar o fator cultural imergido nessas aflições com a chegada desse novo ciclo de vida, o periódico não deixa de apontar os fatores ligados ao desenvolvimento da maternidade, bem como outros aspectos que são apontados como de interesse feminino, como o casamento. Partindo do princípio que o matrimônio é um desejo de todas as mulheres a revista pontua uma análise agregando que a chegada da nova idade aliada ao não casamento é também motivo de frustração, expondo que:

[...] para as que não casaram, a idade passa a ser um novo ponto de decepção e frustração, levando-as muitas vezes(*sic*) a reações neuróticas. Na medida em que os anos avançam, a mulher de 30 anos ou pouco mais observa que o mecanismo que leva ao matrimônio vai sendo acionado pelas mais jovens e que sua oportunidade se torna cada vez mais difícil. Se ela se convencer que

a questão é irremediável, suas possibilidades serão bem menores, porque se fundam na insegurança, na pré-derrota, um fator psicológico que realmente age contra as pessoas predispostas à depressão. Um dos dados negativos é de que os homens entre 30-40 anos não são tão disponíveis quanto os da faixa de 20-30 anos, porque na primeira faixa é maior a proporção dos comprometidos ou já celibatários convictos. O que acontece então é que a mulher solteira aos 30 anos ou mais, já não é mais a jovem que busca amor recíproco: ela vai se refugiar em fantasias maternas através de romance com rapazes bem mais jovens, numa tentativa inconsciente de manter-se jovem ou de sugar a juventude do companheiro. (PAIS & FILHOS, novembro de 1968, sem página).

A narrativa carregou-se de certezas universais, como se a todas as mulheres que chegaram na idade dos 30 anos e não tivessem vivenciado as experiências maternas e matrimoniais, estariam condicionadas a se sentirem inferiorizadas e angustiadas com a nova fase da vida. Seguem ainda apontando que a mulher nessa faixa etária se sentiria em desvantagem em relação a uma mulher mais jovem, e que os homens com idades referentes às suas encontravam-se difícil de relacionar-se, pois eles estariam bem resolvidos e comprometidos. Restaria ao feminino ir em busca de homens mais jovens, e que, ao buscá-los, as mulheres estariam almejando não mais o amor – sugerindo que há uma idade certa para amar – mas sim, em busca de um desenvolvimento de suas fantasias maternas ou de sugar a juventude do então parceiro.

Essa fala, entretanto, não explana as vivências da mulher ao chegar na faixa etária dos 30 anos, mas sim, carrega-se de preconceitos e apontamentos que não necessariamente condizem de fato com a real vivência daquelas mulheres. Uma imagem caricaturada do que é o ser mulher na chegada da nova etapa, induzindo a um estereótipo que muitas vezes é propagado como mais uma forma de controle sobre as mulheres.



A análise de possível frustração feminina ligada ao matrimônio, como se reafirma no periódico expondo que “Os psicólogos apontam ainda o caso típico das chamadas “solteironas”, que apelam para a sublimação de uma vida sentimental irremediavelmente perdida e se apegam aos sobrinhos, aos ídolos de televisão, animais de estimação ou ao trabalho mesmo.” (PAIS & FILHOS, novembro de 1968, sem página). Mais uma vez é vista a estereotipização do sujeito feminino, a partir de narrativas que aliam o ficar solteira – aqui apenas a uma perspectiva da mulher e não do binômio mulher-homem, induzindo que o estar solteira é apenas uma condição ligada à mulher – fosse realmente um problema que geraria frustração profunda.

Esse pensamento, faz lembrar as palavras de Chimamanda Ngozi Adichie, que ao pontuar algumas perspectivas sobre como educar crianças feministas, diz: “Nunca fale do casamento como uma realização. Encontre formas de deixar claro que o matrimônio não é uma realização nem algo a que ela deva aspirar. Um casamento pode ser feliz ou infeliz, mas não é realização.” (2017, p. 16). Ainda seria possível acrescentar mais a esse pensamento, que assim como o casamento não é um destino para as mulheres, a maternidade também não deve se constituir como uma obrigatoriedade da condição feminina.

A maternidade a partir da revista *Pais & Filhos*, nem sempre foi vista diante de ideais que a caracterizavam como uma questão de interesse por parte de todas as mulheres, apesar de haver um posicionamento em geral e majoritariamente tradicional e, portanto, voltado para o desenvolvimento materno como destino feminino. Mesmo diante desse cenário, a *Pais & Filhos* abordando em suas publicações, quase que de maneira unânime papéis de incentivo à maternagem, houve momentos em que fez uso de reportagens que tratavam sobre o mito do instinto materno. Como é o caso da publicação de 1971 intitulada “Você é obrigada a ter filhos?” Tendo como base um artigo publicado na revista norte-americana *Look*,

na qual propunha a maternidade como obstáculo às realizações femininas.

No decorrer da análise dos artigos do periódico, que mesmo contendo como título uma temática sobre a maternidade a partir da imposição social à condição feminina, foi abordado alguns questionamentos sobre o fator materno, como: “A mulher deseja ser mãe por uma necessidade biológica ou porque é condicionada para isso por uma série de fatores? Existe mesmo o instinto maternal?” (PAIS & FILHOS, maio de 1971, p. 38). Tais questionamentos viabilizam o debate em torno dos fatores culturais sobre o ser materno. Porém, traz como exemplo a imagem de capa que segue:



Imagem 14: “Você é obrigada a ter filhos?”. Fonte: Pais & Filhos, maio de 1971.

Uma ideia sugestiva retrata uma mulher com um bebê em seu colo, ainda que a figura não trate de um bebê propriamente dito, mas sim apenas a sombra dele, deixando clara a defesa da ideia da natureza inata das mulheres em se adaptarem à necessidade de se-

rem mães, evidenciando a segurança, carinho e afeto que uma mãe precisa direcionar aos filhos, mesmo aquelas que não demonstraram vontade ou interesse. O artigo prossegue com um título “Êsse instinto é inato ou fabricado?” O que aponta no início do texto, de autoria de Elianne do Rio:

Até pouco tempo, os filhos eram uma decorrência natural do amor e sua consequência nobre. A mulher integrou-se nas forças produtivas do mundo, deixou de ser um mero apêndice do homem, libertou-se da dominação econômica. Agora ela já pode optar entre ter ou não filhos; a maternidade deixou de ser uma função essencial para transformar-se em um de seus meios de realizações (PAIS & FILHOS, maio de 1971, p. 40)

Nesse discurso, percebe-se um breve histórico sobre o que antes a maternidade tinha como significado em relação à completude feminina, e que já não mais era possível perceber a mulher nas condições unicamente maternas, mas que esta, com sua ascensão ao espaço público encontrava-se em situação de escolha sobre o real querer a despeito das vivências maternas. A abordagem segue apresentando a ideia da questão da maternidade como cultural e não biológica, baseada em especialistas como Freud, que aborda a relação social repleta de costumes e regras como condicionantes para a realização completa da mulher como mãe.

Diante dessa perspectiva, torna-se notória que a condição materna imposta sobre as mulheres como condicionantes de sua existência e seus acarretamentos direcionados exclusivamente a esse público vai se tornando contestado à medida que vai se modelando novos meios de participação feminina na vida em sociedade, sobretudo a participação feminina no mercado de trabalho. Entretanto, com essa nova abertura para as mulheres vai surgindo novos questionamentos relacionados as atividades desenvolvidas para com os filhos. Assim, vai se pontuando que dada a falta de instituições que viabilizem assistência as mães com seus filhos “o

trabalho materno suscita um duplo problema que lança uma nova luz sobre certas ideias tidas como irrefutáveis (ou até as contradiz): a maternidade como definição essencial da mulher, o amor espontâneo e o devotamento natural da mãe ao filho.” (BADINTER, 1985, p. 341).

As mulheres à luz de suas novas conquistas de direitos quanto ao espaço público vislumbram novos ares e novas possibilidades de ascensão pessoal através de ferramentas sociais e profissionais. Portanto, o ideal imposto de mãe zelosa, cuidadora, devota, que abdica de si mesma em prol de seu filho não mais satisfaz o cenário feminino, se é que já foi possível afirmar tal realização em algum momento. As mulheres querem maiores direitos, maiores reconhecimentos para além das relações puramente maternas, elas buscavam e buscam uma igualdade de oportunidades e permanências diante do trabalho produtivo na esfera pública de profissionalização.

Seguindo esse novo ideário que vai surgindo e firmando-se a partir da segunda metade do século XX, a reportagem expôs a fala da socióloga Jessie Bernard “Se maternidade fosse um instinto, as pessoas morreriam logo que não pudessem satisfazê-lo.” (PAIS & FILHOS, maio de 1971, p. 40), ou seja, caracterizado como construção cultural o modelo de vida a que a sociedade destinava como único meio de realização completa das mulheres, bem como a sua função social, a reprodução e o que mais dela é gerado, como os cuidados reprodutivos.

Por meio dessa mensagem é explicitado o modo como a maternidade, sendo uma condição biológica feminina, não se caracteriza como instintiva, mas sim culturalista, onde a sua vivência pode partir de escolhas, em que o não exercício dela não implicará em algo que comprometesse a vivência da mulher. Haja vista que aquelas que não possuem tal experiência não deixam de existir, portanto, não devendo ser caracterizada como fator intrínseco à condição feminina humana. Seguindo o objetivo a que a revista

*Pais & Filhos* propôs nessa publicação, mais uma vez faz a pergunta a título de abertura, um novo aspecto do artigo, no qual é intitulado *A mulher que é mãe se realiza melhor? Em que segue:*

Segundo Imeld Farah, psicóloga carioca, a necessidade psíquica, no caso a presença da mãe, é importante, jamais secundária. Se a maternidade é uma necessidade psíquica, ela é essencial. O fato de não ser um imperativo biológico não a invalida. [...] Já Rubenstein e Benedek, no livro **Ciclo Sexual da Mulher**, consideram que existe na mulher uma inter-relação constante entre processos biológicos e psicológicos. Eles observaram que há um aumento de desejo sexual na época anterior à ovulação. Parece, pois, existir na mulher um desejo instintivo de ser fecundada e ter um filho. [...] A maternidade deve ser uma escolha consciente. Uma mulher forçada por condicionamentos ou pressões a ter um filho está em grave conflito. Pode, inconscientemente, estar procurando um castigo para si mesma e uma vingança contra seu meio ambiente. [...] Em grande medida a mulher é condicionada por todo o complexo social a ser mãe. Convém à sociedade acentuar esse compromisso de gerar e criar filhos, ao menos na primeira infância. Mesmo com êsses estímulos, cada vez mais a maternidade é uma opção individual. Atualmente, os dois valores coexistem: mito da maternidade e anticoncepção. A mulher pode decidir se vai ou não ter filhos sem se arriscar a uma sanção da sociedade. Não existem mais, principalmente em centros adiantados, quem considere a mulher sem filhos egoísta e fria. Hoje, não só ela tem condições de evitar filhos, como tem o apoio da sociedade para isto. (PAIS & FILHOS, maio de 1971, p.42).

São apontadas várias justificativas nas palavras de especialistas, para a não maternidade, advinda da concepção de que a mulher possui o direito de escolha sobre tal. Defendendo, assim, que ela deve ser uma escolha consciente da mulher, demonstrando que a sociedade, por muitas vezes, pressiona o ser feminino para o gestar. No entanto, essa é uma concepção que já não mais estaria



solidificada no meio social, de modo que as mulheres que optam pelo não desenvolvimento da condição materna já não seriam, pelo menos declaradamente, vistas com desprezo pela sociedade, ao menos em centros urbanos mais modernos.

É possível perceber que mesmo diante da publicação de um artigo que trate sobre ares modernos no que concerne a mulher na condição de ser ou não mãe, a publicação ainda é carregada de aspectos, ora a favor da mulher com suas liberdades de escolhas, ora com o ideal que, mesmo a maternidade não sendo um fator inerente a condição feminina, mas uma vez concebida é necessário a participação efetiva da mulher com a prole, bem como demonstra por vezes que há fatores biológicos femininos, que contribuem para o desejo de ser mãe, como é o caso do aumento do desejo sexual da mulher no período que antecede a ovulação. No entanto, é importante levar em consideração um relativo avanço pelo fato de já se encontrar dedicado um artigo da revista para um assunto ainda pouco abordado, mas que já era motivo de inquietude de muitas mulheres.

Ressalta-se ainda que a publicação dessa matéria se deu no mês de maio, considerado como aquele dedicado em homenagem as mães e as noivas, nomenclaturas que romantizam e fundamentam a essência feminina a partir de padrões ditos representativos, quando na realidade não abrangem a totalidade dos modos de ser feminino. Sendo esse artigo uma exceção nos modos como a *Pais e Filhos* retrava a maternidade, pois só voltaria a falar do assunto em 1982. Portanto, no dado recorte temporal deste estudo, houve a publicação de apenas um único artigo que trouxe para o centro das reflexões a visão do desenvolvimento da maternidade fora do instinto materno.

Nesse contexto, muitas mulheres mesmo sofrendo repressão, acabavam buscando através de suas lutas e reivindicações por melhores condições de vida a partir da igualdade de gênero, obtendo no decorrer do século XX grandes conquistas, como o direito a



uma participação direta na vida pública. Nota-se que no início da década de 1970 já há um relativo avanço na conjuntura social feminina, pois a abertura dessa discussão pela revista, que se caracterizou como grande meio de comunicação, especialmente sobre as mulheres, demonstrou que os anseios da sociedade naquele período já não se encontravam centrados exclusivamente no desenvolvimento da maternidade, mas sim na existência de uma nova mentalidade feminina que emergia diante das novas conquistas a partir dos movimentos feministas, possuíam, assim, maiores possibilidades de ecoar suas vozes a partir dos seus anseios, nos quais a maternidade não necessariamente estaria envolvida neles.

Contudo, apesar da reportagem conter falas referentes a liberdade feminina de escolha sobre desenvolver ou não a maternidade, apontando que não só já havia meios para evitar a gestação, mas também possuía o apoio da sociedade quanto a isso. Porém, surge o questionamento: será que essa era realmente uma realidade efetiva, aquelas que decidissem pelo não exercício da maternidade não estariam mais julgadas como frias e egoístas? É visto que o processo de compreensão e respeito da sociedade por mulheres sem filhos ainda se traduz em momentos de lutas, pois trata-se de um estigma que muitas vezes se encontra entranhado no seio dessa sociedade que foi fundada nas bases do patriarcalismo, e que o pleno poder de decisão sobre suas vidas e corpos ainda se encontrava e se encontra permeado de olhares desrespeitosos acerca daquela que foge aos padrões normatizados e impostos na e pela sociedade.

A respeito de que o ser humano é um ser mutável, ou seja, o que foi antes não necessariamente é o que se configura hoje, nem mesmo define o que será amanhã. No decorrer do tempo histórico as concepções de maternidade sofreram modificações, bem como o ser criança, fazendo parte de um processo de construções e desconstruções culturais e sociais permeadas por um caminho de continuidades e discontinuidades. Além disso, as ideias em torno das feminilidades também foram sendo modificadas, influenciadas,

principalmente pelos movimentos feministas e de resistência feminina que não concordavam em ser submissas de uma sociedade masculinizada e hierarquizada.

O trabalho reprodutivo foi imposto como papel direcionado a ser desempenhado essencialmente por mulheres, garantindo, assim, a divisão não igualitária dos afazeres. Diante das conquistas das mulheres ao longo do tempo, sobretudo no decorrer do século XX, podendo adentrar aos espaços públicos no desempenhar de ofícios e com isso percebendo-se sobre novas concepções de realização pessoal para além da díade casamento-maternidade, mas sim, podendo encontrar novos meios de satisfação, como por exemplo, no campo profissional. (KERGOAT, 2009).

No entanto, o trabalho reprodutivo que envolve a domesticidade e o cuidar da prole foram inseridos como aqueles que devem ser realizados essencialmente por mulheres, e que se estas decidissem por usufruir de seus direitos junto ao âmbito público lhe restaria uma sobrecarga de trabalho, pois ao passo que adentraria em sua profissão estaria também acumulando os afazeres do recôndito do lar.

Pode-se entender que essa é mais uma tentativa da sociedade em manter o controle sobre os corpos femininos, que necessitam, a partir de uma ótica capitalista, do trabalho não remunerado desenvolvido pelas mulheres. É sob essa visão, de olhar as relações capitalistas, como pontua Silvia Federici, historicizar as “Mulheres” [...] significa não somente uma história oculta que necessita se fazer visível, mas também uma forma particular de exploração e, portanto, uma perspectiva especial a partir da qual se deve reconsiderar a história das relações capitalistas.” (2017, p. 4). Contudo, essa história de rompimento de anos de silenciamento do ser feminino nos processos históricos se concretiza, não sem dificuldades, a saber, as fontes, por exemplo, que se constituem em objetos de difícil acesso. Importante mencionar que estudos relacionados a temática das mulheres já vinham em um processo de surgimento,

e aqui pode ser citada a celebre obra de Simone de Beauvoir, intitulada “*O Segundo Sexo*”.

Como pontua Michelle Perrot (2007), a década de 1950 era traduzida em uma dominação do campo social e econômico sobre a sociedade e a história, onde se discutia o comunismo, o marxismo e o existencialismo. Nesse ponto, é possível ver a ligação com a fala de Federici situada no parágrafo anterior, esses estudos apesar de estarem a abordar uma discussão em torno das desigualdades de classe, frequentemente deixavam as mulheres, seres ainda mais oprimidos que os homens, de fora dessa análise, restringindo-lhes um papel universalizado a partir do que estaria investigado e posto sobre o sexo masculino.

Muito do que foi adquirido por uma maior liberdade de escolha feminina sobre seu corpo, inclusive no que tange a maternidade, podendo decidir pelo desenvolvimento ou não dessa experiência, se deu pelas maiores aberturas no cenário profissional para as mulheres. Contudo, ainda tiveram que passar por duras interferências culturais que se encontravam enraizadas, o lugar feminino estaria bastante condicionado ao matrimônio e á maternidade. Ideias como as de que:

o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância da mãe. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (RAGO, 2006, p. 489).

A inserção da mulher no mercado de trabalho, sempre exposta a menores condições de desenvolvimento do seu ofício do que o ser masculino, foi constituída e ainda perpassa por momentos de lutas por maior igualdade de gênero. (ALVES; PITANGUY, 1995). O discurso moralista em prol dos valores familiares impos-

tos e situados apenas perante o ser feminino agiam como meios fortes de recuo das mulheres para o espaço do lar. Isso ocorria porque a partir de maiores direitos garantidos às mulheres sobre sua inserção no mercado de trabalho e cenário educacional, estas iriam ganhando novos ares de desenvolvimento e liberdade. Assim, a maternidade nem sempre estaria atrelada aos novos planos de crescimento feminino.

É importante situar que à medida em que há falas diante do cenário de introdução das mulheres aos espaços públicos no desenvolvimento profissional e educacional é preciso que se relacione um recorte étnico-racial, pois de que mulheres está se falando, quando situadas em um contexto de lutas a partir da primeira onda do movimento feminista, no período entre guerras? As mulheres negras sempre tiveram diante do trabalho, porém, sendo relegadas as funções menos valorizadas, como pontua Rago:

As mulheres negras, por sua vez, após a abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da abolição e da formação do mercado livre no Brasil. (2006, p. 582).

Essa condição ainda não está situada de maneira tão distinta na atualidade, haja vista que para haver melhores oportunidades de emprego também é necessário maiores níveis instrucionais, a partir da educação. O que se constata, segundo dados do IBGE (2018), é que dentre a população a partir dos 25 anos de idade com ensino superior completo é dividida entre 23,5% para mulheres brancas e 10,4% sobre mulheres pretas ou pardas. Uma diferença de 13,1% entre o próprio sexo feminino, o que evidencia a disparidade a partir de fatores raciais, que ainda persistem em permanecer dada as circunstâncias a que são relegados os negros no Brasil.

Assim, a escolha pela não maternidade também se encontra

atrelada aos não direitos das mulheres em poder exercer a condição materna de maneira igualitária entre todas as camadas sociais. O não fortalecimento de políticas públicas voltadas para a mulher mãe faz com que ela precise escolher entre o ser mãe e a sua carreira profissional. Contudo, há uma pressão social que insiste em oprimir as mulheres e desejarem restringi-las ao espaço do lar, destinando sua função social como intrínseca aos aspectos maternos e matrimoniais.

Nisso, há outra matéria produzida pela *Pais & Filhos* que traz em sua conjuntura um aspecto da falta da maternidade, intitulada como “Eu sou a madrasta”, de novembro de 1968. Logo, ao título da reportagem, é demonstrado um caráter imperativo de demonstração das outras possibilidades de desenvolvimento materno, contendo na madrasta mais uma das alternativas de produção da maternidade. Contudo, logo na imagem de capa evidencia-se um estereótipo carregado de preconceito sobre o feminino na descrição daquela a quem as crianças estariam destinadas a temer:

A imagem remete a um homem tendo seus dois filhos afeiçoados a ele, em evidência o menor, que se agarra as pernas de seu pai



Imagem 15: Eu sou a madrasta. Fonte: *Pais & Filhos*, novembro de 1968.

sobre um olhar desconfiado, e por que não dizer medroso, sobre aquela que se aproxima da família a ponto de ocupar um lugar que já foi de sua mãe biológica. Contudo, a própria ilustração de destaque se contradiz diante do texto ao seu lado, que aponta o sempre lugar de desprestígio a que é relegado a figura da madrasta:

A tradição fêz da madrasta a imagem do mal. No mundo ingênuo das crianças ela é o símbolo das desgraças da Gata Borralheira e Branca de Neve. Na vida real teve sempre papel de vilão. O caminho da madrasta passa por preconceitos sociais arraigados, onde todos vêm os enteados com ar de pena e estão prontos a defendê-los. Ela é a intrusa que tomou o lugar da outra ou, simplesmente, a madrasta. Mas a mulher emocionalmente madura sabe conquistar aos poucos sua nova família e aguardar paciente seu primeiro cartão no dia das mães. (PAIS & FILHOS, novembro de 1968, p. 39).

É evidente que a busca da narrativa da *Pais & Filhos* é majoritariamente apontar que o caminho da maternidade é possível e que deve ser vivenciado, mesmo diante de algumas dificuldades, a mulher deve insistir na vivência desse sentimento, dessa troca, ainda que seja advinda a partir de muita paciência. Para a revista, a mulher emocionalmente madura deve ter como uma de suas características o saber conquistar essa nova família na qual encontra-se inserida e que como recompensa ela irá receber gestos de carinho e ternura.

Essa descrição ainda que inicie apontando fatores preconceituosos inseridos na cultura da sociedade sobre a mulher que se envolve com um homem que já possui filhos, a nomeada madrasta, não debate sob uma perspectiva de libertação da mulher, ela pode também esperar ser tratada não como mãe, mas apenas como mais uma pessoa que faz parte daquela família e que mesmo desempenhando alguns papéis de cuidar, que logo são relacionados a mulher-mãe, esta não possui o desejo de ser sentida, tratada e vista como a mãe daquelas crianças.



A matéria segue enredada de argumentos nos quais a mulher que irá desempenhar o papel de madrasta deve saber, e de como deve lidar com determinadas situações. O tópico “Minha primeira conquista”, carregado de uma conotação individual, deixando pensar que aquele momento era na verdade, individual da mulher, apesar de se tratar de uma busca por aceitação dos filhos do homem para que houvesse a concretização do casamento entre ambos. Porém, a fala não se constitui de maneira a contemplar os dois, mas sim, como uma busca ainda maior por parte da mulher, com frases do tipo “tudo dependia do que acontecesse naqueles primeiros momentos.” (PAIS & FILHOS, novembro de 1968, p. 40).

Essa fala seguida de outras, torna visível que na perspectiva do periódico cabe a mulher ter paciência e buscar o amor e compreensão para a aceitação dos filhos sobre sua relação com o pai deles, como um fator não tão evidentemente dividido entre o casal, como uma busca conjunta. As colocações seguem investindo nas características e atitudes que as mulheres madrastas devem seguir/ser para atingirem o seu possível objetivo, quando:

Uma madrasta deve ser acima de tudo alguém que saiba esperar [...] Em relação ao marido ela precisará também compreender que por mais feliz que o faça, nada apagará as lembranças também felizes do que ele viveu com a outra mulher. Isto significa, por exemplo, atendê-lo com o mesmo sorriso quando ele, dirigindo-se a ela, chama-a pelo apelido da outra na hora do jantar e, distraído, lhe pede para passar o café. (PAIS & FILHOS, novembro de 1968, p. 41).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o ideário de boa madrasta é unanimemente exposto como tarefa quase que exclusivamente da mulher, e que depende, portanto, de suas atitudes, sendo estas direcionadas a meios de sempre paciência, não só para com as crianças, mas também com o seu companheiro. Mesmo diante de momentos em que ele possa estar lhe confundindo com o seu

antigo relacionamento, é aconselhado à mulher que o receba com bom humor e o atenda nas suas necessidades. A posição da mulher demonstrada como a maior interessada na busca de uma constituição e manutenção de uma estrutura familiar, ainda que para isso lhe caiba posicionamentos de anular-se e sempre buscar agradar a todos os componentes daquela família.

Outra exposição posta na narrativa dessa matéria trata-se da escolha da mulher-madrasta de desenvolver ou não a maternidade biológica, propondo a partir da fala de psicólogos que essa escolha poderia acarretar más consequências, pois “A madrasta que abre mão do seu desejo de ter filhos [...] passará a exigir, inconscientemente uma compensação dos enteados e do marido [...]” (PAIS & FILHOS, novembro de 1968, p.41). A discussão empreendida aqui não se trata de invalidar a perspectiva de mulheres que desejam desenvolver a maternagem a partir de filhos advindos de um relacionamento anterior ao do companheiro, mas sim, o modo como é abordada essa discussão diante do no periódico. Isso se revela em ações que seriam destinadas exclusivamente a mulher, ou mesmo sob uma única perspectiva, a de desejo desse ser feminino em ser reconhecida como mãe, quando podem haver aquelas que, não necessariamente, almejem esse ideal a partir da ocupação do papel.

Ao aparecer o fator de não desenvolvimento materno, nesse caso o que fica claro é uma escolha cruel das mulheres em questão, pois se optar por ter pode acabar comprometendo a relação com os enteados e se decide por não ter, pode, segundo a revista e a partir da fala de especialistas, desenvolver atitudes que a transformem em uma má madrasta, pois ainda que inconscientemente, ela irá desprender suas frustrações sobre o companheiro e as crianças.

Aqui encontra-se o direito de não ser mãe, mas também o direito de poder desenvolver a maternidade. São dois pontos bastante fundamentais que devem ser colocados em foco, pois muito fala-se sobre a importância da maternidade, chegando a ser imposta às mulheres como uma condição inerente ao feminino. Há

a grande discussão sobre as mulheres que decidem também pelo não exercício da maternidade e estas são, por diversas vezes, alvo de grandes falas preconceituosas e desrespeitosas.

O ponto é que, diante da maternidade, está ainda o que nela é acarretado com os cuidados com os filhos, os trabalhos domésticos, bem como a extensão disso, muitas vezes, para com o companheiro, que deveria ser um parceiro com quem deve haver a divisão dos trabalhos com o lar, porém, o trabalho reprodutivo destina-se em sua maioria à mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007)

São os modelos denominados tradicionais, quando ainda persiste a ideia do homem como provedor e todos os papéis relacionados ao espaço doméstico como responsabilidade inteiramente feminina. Um segundo modelo, dá-se ao de conciliação, quando se pretende que as mulheres podendo adentrar o mercado de trabalho produtivo desenvolvam a capacidade de conciliação de tarefas, entre o público e o privado. Ainda há o modelo denominado como paradigma da parceria, que articula a ideia de divisão de trabalho doméstico entre o casal de maneira igualitária, onde a relação entre homens e mulheres se daria em uma situação de igualdade e não mais de poder. (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Diante desses referenciais existentes, as autoras apontam mais um. Trata-se do modelo de delegação, que se fortifica com a ascensão de mais mulheres a espaços de poder, e que, como tentativa de controlar as divergências a que se encontravam essas mulheres, dá-se a terceirização dos trabalhos domésticos à outras mulheres. Na verdade, esse modelo proposto como uma tentativa de apaziguamento dos conflitos vivenciados pela camada da sociedade feminina que se sobressai diante do mercado de trabalho e ocupação de postos de liderança, não se mostra como uma resolução efetiva do problema, mas sim, evidencia-se como mais uma forma de opressão diante de mulheres que se encontram em uma situação de empobrecimento e, portanto, se submetem aos serviços menos valorizados e remunerados. É a volta de uma discussão já levanta-

da anteriormente nesse estudo, a opressão de mulheres sobre mulheres.

Abre-se um parêntese diante desse assunto, para apontar que um modelo que vem buscando se firmar desde 1995, advindo de lutas anteriores a partir do movimento feminista, não se configura como um fato alcançável em sua totalidade na atualidade. Dados do IBGE de 2016, apontam que o tempo gasto por homens e mulheres nas atividades que envolvam o cuidar e ou trabalhos domésticos ainda se constituem com diferenciais gritantes.

O percentual em horas diárias do tempo gasto com atividades reprodutivas se constitui em 10,5 para homens e 18,1 para mulheres. esse é um total a partir do todo, sem distinção de raça, pois, quando é realizada esse recorte têm-se 10,4 por homens brancos diante de 10,6 para pretos ou pardos. Ao se reportar às mulheres no também recorte racial, obtêm-se 17,7 entre mulheres brancas e 18,6 para pretas ou pardas. (IBGE, 2018).

Essa disparidade diante do trabalho doméstico e ou dedicado ao cuidar refletem diretamente na diferença salarial entre homens e mulheres, pois, seguindo o mesmo estudo, é demonstrado que homens possuem em média 2.306 reais de rendimento habitual mensal, enquanto o ser feminino recai 1.764 do mesmo acúmulo. (IBGE, 2018). Portanto, mesmo diante das diversas lutas a que o ser feminino vem percorrendo para melhores condições de inserção e permanência no trabalho produtivo, é visto que a realidade ainda se mostra sempre menos favorável à mulher, e, sobretudo, a mulher negra.

Pode-se analisar que as matérias da revista *Pais & Filhos*, mesmo quando buscam uma abordagem indireta sobre o desenvolvimento de atitudes maternas destina-se a buscas de modelos/alternativas para que as mulheres desenvolvam os cuidados relacionados a maternidade, ainda que seja, como posicionamento de madrasta. As falas, por vezes carregadas de estereótipos sobre mulheres e incitação da narrativa voltada quase que exclusivamente à

mulher, quando o desenvolvimento das questões relacionadas às crianças deveria e devem se encontrar dirigidas também ao ser paterno, pois este faz parte integral desse processo, ou, pelo menos, deveria fazer.

Quando a narrativa da revista se volta para um teor de aparente poder de escolha sobre vivenciar ou não a maternidade, esta ainda se mostra direcionada para a importância do desenvolvimento dessa experiência. Desse modo, as discussões em torno da não maternidade como escolha feminina se encontra ligada ao que Sartre aborda nos estudos sobre o Existencialismo<sup>8</sup>, diante da liberdade a que é dada ao indivíduo. Ele pontua que “O homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si mesmo, e como, no entanto, é livre, uma vez que foi lançado no mundo, é responsável por tudo o que faz.” (SARTRE, 1970, p. 18). Desfrutando da liberdade o indivíduo torna-se responsável por todos os seus atos, com suas causas e efeitos, o que pode ser levado a angústia em determinados momentos. E partindo do ideário que é imposto ao ser feminino sobre as questões maternas, quando a mulher decide não desenvolver a maternidade esta também decide por encarar as adversidades, os olhares preconceituosos que surgem a partir de sua escolha.

Ainda que o corpo seja inteiramente da mulher, e que por assim dizer, deveria ser a total responsável e possuidora das decisões sobre ele, o que ocorre na prática ainda é algo diferente. Pois o controle sobre os corpos, e, sobretudo, o feminino, se faz presente na sociedade, muitas vezes de maneira velada, contudo, bastante incisiva e cruel sobre os indivíduos. Portanto, essa tal liberdade a que se busca tanto desfrutar e ser vivenciada de fato, que o existencialismo propõe como real, demonstrando a seus acarretamentos e responsabilidades, muitas vezes causa estranheza quando se realiza o poder sobre ela, sobretudo, em assuntos enraizados culturalmen-

---

8. Significa que, “em primeira instância, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define[...]”. (SARTRE, 1970, p. 10).

te, como é o ideário de maternidade como condição essencial para a realização pessoal feminina.

Ainda sob a perspectiva do existencialismo, a partir da sua concepção de existir para que haja a formação do indivíduo, a partir das experiências a que são vivenciadas no decorrer de sua trajetória, concluindo que “O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo. Assim, não existe natureza humana [...]” (SARTRE, 1970, p. 10). Conclui-se que a partir da perspectiva do existir para ser, ou ainda, do tornar-se, as mulheres não carregam em sua natureza humana a essência da maternidade, mas sim, é uma vivência que pode ou não acontecer na vida de uma mulher, não gerando aquela que deseja não experienciar esse momento uma inferiorização em detrimento das outras mulheres que decidiram por se tornarem mães.

À vista do que foi analisado até o presente momento e exposto neste texto, o que pode ser apresentado são os questionamentos acerca dos estereótipos a que o ser feminino está sujeito ao longo da história e, em especial, estão vigentes no período investigado. Ao passo que as mulheres vão adquirindo maiores direitos e acesso ao espaço público, o desejo de desenvolvimento da maternidade vai sendo postergado ou mesmo se tornando inexistente. Contudo, ao passo que as mulheres vão conquistando esses direitos no que tange a vida pública os papéis sociais impostos culturalmente não deixam de existir em sua totalidade.

A maternidade como forte determinante na e pela sociedade como condição indispensável para a completude feminina ainda se encontra entranhada no meio social como componente indispensável, e aquelas que fogem a esse padrão pré-imposto sobre elas é dado um lugar de estranheza, ainda que este olhar desrespeitoso e preconceituoso venha de maneira velada.

O periódico analisado revela o quanto os papéis destinados



ao feminino ainda se encontravam permeados do desejo e pleno incentivo ao desenvolvimento da maternidade por parte das mulheres, ainda que esse ser mãe não estivesse ligado diretamente ao fator biológico, mas ao sentimental, insistindo no amor materno como condição intrínseca ao ser feminino. Contudo, no decorrer da história a influência de movimentos sociais que defendam causas das mulheres em relação a participação pública e no acesso a uma educação melhor direcionada para conquistas, além de ser boas esposas e mães tem contribuído gradativamente para que a maternidade seja orientada para o segundo plano ou mesmo para sua ausência, considerando antes a liberdade profissional e pessoal para alcançar os objetivos sociais, dificultados relativamente com uma maternidade.

### **3.3 Não desenvolvimento da maternidade biológica nas vozes femininas nascidas nas décadas de 1960 e 1970**

No tópico anterior foram analisadas algumas perspectivas da não maternidade a partir da revista *Pais & Filhos*. Nesse item o tema será discutido a partir de entrevistas realizadas com mulheres nascidas nas décadas de 1960 e 1970 que não se tornaram mães. Diante disso, emergiram algumas questões que serão desenvolvidas, como a escolarização e a profissionalização, as compreensões acerca do matrimônio e o que isso influenciou na não maternidade biológica, e, por fim, as visões e vivências sobre o não maternar. O objetivo proposto é compreender como essas mulheres lidaram com a inexistência da maternidade biológica e os aspectos relacionados ao não exercício desse tornar-se mãe.

Em meio ao processo de feitura desse trabalho, a história oral foi constantemente revisitada, pois a partir das falas das mulheres integrantes dessa pesquisa foi possível acessar as memórias individuais. À medida que as narrativas foram sendo expostas, foi possível perceber que a vivência da ausência da maternidade ocorreu

de maneira singular, mas que nas individualidades dessas histórias houve momentos de ligação diante das causas e compreensões, bem como dos modos de desenvolvimento de funções maternas sob outras circunstâncias.

Para Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva se dá a partir da conexão de diferentes memórias individuais que viveram transformações de acordo com o contexto ocupado pelos proprietários de tais lembranças. Logo, a importância da memória coletiva está em manter viva as lembranças comuns não apenas a uma pessoa, mas a um grupo de indivíduos ou sociedade.

Diante da ausência da maternidade por essas mulheres, julgou-se importante compreender o caminho percorrido por elas diante de aspectos que poderiam estar envolvidos de alguma maneira na decisão ou na decorrência da não maternidade. As participantes da pesquisa se encontravam solteiras e não haviam desenvolvido matrimônio até o momento da entrevista. Aqui tem-se, portanto, as visões dessas mulheres diante do casamento, quando indagadas sobre como se sentiam ao chegar à maturidade sem ter desenvolvido matrimônio, no que as respostas se apresentaram da seguinte maneira:

Eu sou bem resolvida, né? Eu. É... Para mim essa não é a coisa mais importante não. Para mim, o mais importante é o meu trabalho, eu ter meu dinheiro todos os meses ((risos)) para comprar minhas coisas, eu ter a minha independência, que isso para mim é primordial, ter a minha independência e também eu valorizo muito a minha família, eu sou muito apegada a minha família ainda, até hoje ((risos)) (TULIPA, 2020, p. 26).

Com naturalidade! Minha felicidade depende de mim mesma e de Deus. Minha prioridade é ter paz, saúde acompanhado da família, amigos, viagens e do meu trabalho. (BEGÔNIA, 2020, p. 34).

Tranquilo, porque o matrimonio é assim... Para mim, eu sem-

pre, eu fico observando, ouvindo relatos de amigas que não são felizes, frustradas, relacionamentos conturbados, falta de respeito, não respeita o espaço delas é... E eu não me arrependo porque eu tenho minha liberdade, eu sinto falta assim, de uma companhia, mas não sinto falta de marido, de jeito nenhum, pois liberdade é tudo, a liberdade é tudo na vida de um ser humano. (AZALEIA, 2020, p. 30).

Os três relatos se complementam e são unânimes em pontuar que o matrimônio não se traduz como essencial na vida de uma mulher. Os relatos expõem bem a importância de outras prioridades em suas vidas, como suas famílias, suas liberdades, o respeito aos seus espaços. Tulipa e Begônia evidenciam ainda os fatores relacionados aos seus ofícios, a valorização que colocam aos seus empregos, a sua independência financeira, a importância do bom relacionamento com suas famílias, bem como a presença de momentos de lazer junto aos seus familiares e amigos.

O que vai de encontro com a fala de Azaleia, que evidencia a valorização diante de sua liberdade, é que expõe até sentir falta da presença de uma companhia, mas que, diante dos relatos oriundos das vivências de suas amigas quanto às suas relações matrimoniais, considera a sua liberdade como maior ganho do que um relacionamento oriundo de privações e vigilância.

Nota-se a presença da palavra liberdade nas falas das três entrevistadas, o que nas palavras de Azaleia se torna ainda mais expressiva e evidente diante das narrativas desenvolvidas por suas amigas, o que levou a busca de maiores compreensões sobre seus relacionamentos. Diante disso, quando a pergunta se direcionou para a existência de namoro e noivado, a resposta que mais se destacou foi a de Azaleia, expondo que:

Em relação a relacionamento ((Risos)) é muito complicado, eu vou dizer assim, já namorei, eu tive vários namorados, desde adolescência, né? [...] o último que foi o mais extenso que eu

tive é... Coisa que me deixou meio frustrada... Envolvimento que a gente teve de vários anos e o que eu percebo que eu fiquei até assim meio frustrada por conta de tanto tempo e não ter reconhecimento, como se a gente... A dedicação que a gente teve esse tempo todo não passasse de nada, porque para eles, eles têm a mente muito pequena, torta e não respeita o espaço, principalmente quando a mulher... Se destaca profissionalmente é um incomodo muito grande para eles, veem traição em todas as ações de trabalho da gente. (2020, p. 28).

A relação amorosa vivenciada por Azaleia evidencia a partir de sua narrativa em momentos de conflitos, desconfianças por parte do então companheiro, desvalorização enquanto mulher, resultando até mesmo nas relações profissionais de Azaleia, o então namorado se sentia no direito de proibir ou questionar quaisquer de suas amizades, sobretudo em relação a homens. O que demonstra o caráter extremamente abusivo vivenciado em uma relação de anos, como evidencia-se ainda mais na fala seguinte:

22 anos que já vinha desgastado a muito tempo, a princípio era um amor assim, que eu pensei que seria eterno, que ele seria meu marido, que eu iria casar e tudo, mas com o passar do tempo a gente vai conhecendo a pessoa e a pessoa vai mostrando realmente quem é. E ele era totalmente o oposto do homem que eu me apaixonei e que deixei de gostar, que tive coragem, graças a Deus e atitude, porque por ser um relacionamento duradouro, as pessoas diziam e ele ser muito agressivo, muito machista, conservador, as pessoas diziam que ele poderia me matar se eu terminasse com ele. (AZALEIA, 2020, p. 28).

Uma relação de longos anos, pautada por muitos momentos de tensão, carregados de ameaças e demonstrações de perigo sobre aquela a quem o então namorado dizia amar. Comportamentos agressivos, falas machistas, o que foi desgastando a relação e transformando o amor que Azaleia sentia em medo, receios, até o ponto em que decide tomar uma atitude e sair dessa situação, o que se

deu a partir dessa série de fatores perturbadores, que tem como fim o “ele achava que todo e qualquer homem que eu falasse... Eu tinha um caso com ele, eu acho que isso foi a gota d’água, a falta de respeito, a falta de confiança... Que fez a gente terminar... A gente não, eu terminar.” (AZALEIA, 2020, p. 29).

Diante do cenário dialógico desenvolvido a partir das compreensões amorosas e as visões das entrevistadas quanto ao casamento, é possível lembrar uma problematização sobre o amor romântico, muitas vezes idealizado e propagado, que, por vezes, retoma semelhanças exemplificadas em atitudes de ciúmes excessivos e tentativa de controle feminino a partir de uma fala situada em prol do amor. Assim, o amor romântico potencializado por influências do patriarcado apresentando-se como um catalizador que tende a propagar ainda que de maneira simbólica ações violentas que caracterizam a dominação masculina, perpetuam as desigualdades entre homens e mulheres nas relações sociais e evidenciam a presença de fatores violentos manifestados no dia a dia. (JUNQUEIRA; MELO, 2014).

Portanto, torna clara a causa da grande ênfase sobre a palavra liberdade da entrevistada, e as marcas deixadas por um relacionamento abusivo vivenciado durante anos. Desse modo, o casamento para ela não se traduz em uma ausência, assim como para Tulipa e Begônia, que mesmo não externando experiências tão opressoras como as de Azaleia, também não encontraram na afetividade da relação como o alicerce para uma união matrimonial.

Quando indagadas se mesmo não havendo a presença do casamento na vida delas, houve o desejo de desenvolvimento da maternidade, o que se revelou foi que apenas para Azaleia isso foi analisado como uma possibilidade, mesmo não podendo acontecer por motivos de saúde. Diferenciando-se dessa perspectiva houve as percepções de Begônia e Tulipa, onde destacou-se a ênfase da última em pontuar que “[...] se eu tivesse filhos era através do casamento mesmo, né? Eu não pensei em ser mãe independente,

nunca tive esse pensamento não. Mas não aconteceu por motivos realmente superiores que não deu para acontecer, mas eu sou bem resolvida em relação a isso.” (TULIPA, 2020, p. 25). Fala que evidencia o ideal de procriação a partir de uma constituição familiar, o que se fez de norteador para Tulipa, contudo, esse não foi o fator decisivo para o não desenvolvimento de sua maternidade, e que na atualidade este assunto situa-se de maneira resolutiva em sua vida.

À luz dessas explicações, é importante mencionar a relevância dos movimentos feministas em prol da igualdade de gênero, dos direitos das mulheres para além de papéis impostos sobre o feminino ao longo da história, como os de mãe e esposa, abrindo o horizonte das mulheres para outras vivências que lhes causem satisfação pessoal através de aspectos referentes aos seu ofício no espaço público, por exemplo. O casamento vai deixando de ser uma determinação e objetivo comum de vida das mulheres e passa a ser uma opção a ser seguida ou não. E essa geração de mulheres entrevistadas fazem parte de um novo momento onde há uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e níveis de escolarização. Portanto, recebem uma educação já não mais exclusivamente voltada para as perspectivas tradicionais, visando a uma maior emancipação feminina. (ALVES; PITANGUY, 1995).

O século XIX foi marcado por grandes momentos de presença feminina nas lutas por maiores direitos trabalhistas e civis, como o direito ao voto. Já nesse contexto se destacam líderes como Flora Tristan e Jeanne Deroin propagando que as mulheres precisavam se educar e se organizar para defenderem seus direitos. E nesse cenário é que as mulheres rompem com as amarras dos seus silêncios e iniciam lutas públicas em prol de seus direitos. Contudo, é só a partir da década de 1930 que algumas das reivindicações femininas começam a ganhar espaço de solidez, quando já podem votar e serem votadas, poderiam ingressar nos espaços escolares e no mercado produtivo do trabalho (ALVEZ; PITANGUY, 1995).

Ainda sob a análise das autoras acima, esse período marcado



pelas décadas de 1930 e 1940 também foi potencializador para o atendimento das causas feministas em decorrência de fatores sociais que impactaram diretamente com a economia, por se tratar de um período de guerra onde os homens tiveram que desprender suas forças produtivas para o combate, as mulheres então assumem esse espaço no trabalho público anteriormente ocupado pelo masculino. Entretanto, essa abertura para as mulheres logo é desestimulada e com o fim da guerra logo é retomada uma exaltação das atribuições femininas para as atividades destinadas ao lar. Porém, as lutas femininas não deixam de existir e as mulheres vão cada vez mais tomando o espaço que é seu junto à sociedade, ainda que a passos lentos e descontínuos, que é o da igualdade de gênero.

Diante desse movimento de transformações sociais incorporadas pelas mulheres, a inserção no mercado de trabalho e níveis de escolarização se tornam fortes contribuintes para a formação de novas mentalidades diante daquelas que nascem e crescem em meio a esse cenário de mudanças, o casamento e a maternidade já não se constituem como o destino final para todas as mulheres. Sobretudo na década de 1960, onde o feminismo incorpora outras frentes de manifestações, que acrescenta questões relacionadas aos aspectos culturais envolvendo ao feminino e masculino, que “questiona assim a ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem o mundo externo; à mulher por sua função procriadora, o mundo interno.” (ALVEZ; PITANGUY, 1995, p. 54-5).

Diante disso, e sendo reconhecida que a presença feminina no campo do trabalho público se deu a partir de atividades que eram estendidas à sua condição de mulher, viu-se no magistério uma grande presença feminina como meio de acesso à escolarização. Contudo, o processo de ampliação legal quanto ao acesso à educação escolar se deu de modo vagaroso, quando só em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), dá forma à equivalência entre os cursos secundários. (Lei 9.394, 1996). Nisso,

o curso normal secundário, que tem um público massivamente feminino desde o final do século XIX toma novas formas à medida que sai de um curso apenas profissionalizante e abre possibilidades para as mulheres acessarem o ensino superior, esta opção escolhida por muitas que estavam interessadas em provavelmente ser mais que donas de casa. (ROSEMBERG, 2012).

A partir das escolas normais foi possibilitada a maior participação e abertura para as mulheres na educação brasileira, inclusive no mercado de trabalho, uma saída para aquelas que pretendiam prosseguir nos estudos, conseguir autorealização pessoal ou mesmo sair da dependência financeira irrestrita dos pais e do marido através de sua entrada no mundo do trabalho, como professoras primárias (MARINHO, 2021). Nessas instituições, as mulheres, principalmente as relacionadas a classe média, fortaleciam seus questionamentos sobre a estrutura social brasileira de privilegiar apenas os homens em detrimento do público feminino.

Gradativamente a sociedade brasileira da década de 1970 estava sendo testemunha do rompimento de uma série de limites impostos às mulheres brasileiras ao longo da existência do país, obstáculos influenciadores inclusive de sua vida pessoal. Nessa época, vários obstáculos relacionados a uma educação formal e pública das mulheres foram rompidos no decorrer desse percurso, tais como exemplifica Fúlvia Rosemberg:

A segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de meninos e rapazes em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mãe; o impedimento a continuidade dos estudos secundários e superior para jovens brasileiras. (2012, p. 334).

Desse modo, a educação mista na qual, homens e mulheres estariam dividindo o mesmo espaço escolar é relativamente recente, sendo importante observar que a participação feminina na edu-

cação brasileira estava restrita a espaços específicos. Uma forma de segregação social a nível educacional que limitava os conhecimentos a serem explanados às mulheres por serem consideradas impróprias de aprenderem determinados conteúdos por serem identificadas como frágeis, mas provavelmente também por medo das mesmas passarem a questionar de maneira intensa a passividade de uma vida de submissão perante o universo masculino ainda reinante no Brasil.

O cenário vivenciado no Brasil de maneira mais expressiva a partir da segunda metade do século XX evidencia os novos ares a que a sociedade vinha almejando e sendo introduzida, onde não mais se fazia conter as mulheres ao espaço meramente privado. Com isso, as entrevistadas dessa pesquisa têm sua educação já inseridas nesses novos modelos sociais, onde coube indagá-las sobre suas profissões e escolarização.

Para Azaleia (2020, p. 28), o período inicial de seu contato com os níveis de ensino se deu ainda pautados sob uma ótica de ensinamentos condicionados à submissão feminina, “a princípio era mais voltada para a família, obediência, respeito, mas com o passar do tempo, quando a gente passou para o ensino médio já foi abordada de outra forma. Foi passada que a vida é conquistada dia a dia de acordo com os desejos da gente.” O que para Tulipa (2020, p. 23), foi algo evidente desde o início de sua vida educacional, pois “já tenho minha especialização, eu fiz meu mestrado também e... Sim a gente já tinha um objetivo de buscar um cargo profissional de quando concluir os estudos.”

Essa perspectiva aponta para uma visão de superação de meios anteriormente impostos como vislumbrados a todas as mulheres, o do matrimônio e maternidade, onde mesmo havendo no início da esfera educacional de Azaleia, que parte de uma temporalidade diferente da de Tulipa, pois estas possuem idades diferentes, já era ofertada uma instrução escolar a nível de maiores satisfações pessoais femininas, como a busca por inserção no mercado de tra-

balho através de maiores investimentos na atividade educacional.

Diante disso, é que ambas as entrevistadas possuem nível superior de ensino, e encontram-se estabilizadas profissionalmente como funcionárias públicas. Assim, Begônia (2020, p. 34), discorre sua profissão e alguns pontos positivos da mesma, em que “atualmente trabalho como servidora pública da Rede de Ensino, exercendo a função de professora. No meu ofício os pontos positivos são: ensinar e nunca parar de aprender; deixar um legado.”. Para Tulipa (2020, p. 25), que também possui o mesmo ofício, este se deu em sua vida desde muito jovem, com 17 anos de idade, “Já tive todo esse trabalho, desde a Educação Infantil até o curso superior. Então, foi uma trajetória enriquecedora e... De grande valia para mim porque eu sempre gostei de dar aula, eu me identifico com essa profissão.”.

Essas são, portanto, mulheres que encontraram na atividade professoral a realização de uma vida profissional e independente, onde lhes é permitido o contato com diversas pessoas, de diversos extratos sociais e etários diariamente. Assim como também foi possível ser identificado na profissão de Azaleia (2020, p. 29), em que a descreve como “o ponto mais feliz da minha vida, minha carreira profissional [...] eu faço um trabalho que eu amo muito assim, assistente social, [...] que é auxiliando os... menos favorecidos, sabe?”. A profissionalização, portanto, se constitui como fator de forte desenvolvimento de satisfação para essas mulheres, e que as oportunizaram vivências de uma vida financeira independente, atendendo aos seus interesses pessoais que transcendem os da maternagem.

Embora essas mulheres tenham ingressado em uma vida profissional ativa, este não se fez como fator que impossibilitou a maternidade na vivência delas. Apesar de essa causa se fazer cada vez mais constante na vida de muitas mulheres, quanto ao adiamento ou mesmo inexistência da chegada de uma prole, dadas as não condições de assistência as mulheres mães para conciliarem uma vida profissional e maternal de maneira digna e igualmente distribuída

entre mães e pais.

Já no contexto da década de 1970 as mulheres se faziam maioria a nível de ensino médio, o que vai tornando-se uma crescente, em que nos anos de 1990, essa situação foi vista no ensino superior de graduação. No ano 2000, foi a vez da pós-graduação conter um maior número de mulheres como alunas. Logo, percebe-se a inserção gradativa da maioria de mulheres na educação escolar brasileira, incluindo no ensino superior e da formação continuada. (ROSEMBERG, 2012).

Mesmo diante das conquistas dos movimentos feministas ao longo do tempo, sobretudo no decorrer do século XX, ainda é perceptível as amarras a que são submetidas as mulheres na sociedade. Imputadas aos papéis de esposa e mãe como imprescindíveis a maior satisfação à sua condição de mulher, aquela que foge desses padrões normativos impostos pela sociedade ainda encontra determinados estereótipos a sua condição de não mãe, como frustrada ou egoísta, por exemplo, e por não ter desenvolvido vivências ditas como fundamentais para o pleno desenvolvimento do ser mulher, devem ser menos realizadas. Contudo, apesar desses olhares desrespeitosos e preconceituosos a que mulheres ainda se encontram sujeitas a vivenciar, o não exercício da maternidade vem se tornando uma crescente.

Diversos são os fatores ligados ao não desenvolvimento da condição materna, como questões relacionadas ao campo da saúde que transcendem os desejos de mulheres quanto a presença de uma maternidade biológica, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e níveis de escolarização, intensificado no Brasil desde a década de 1970. Os aspectos referentes a presença feminina nos campos educacionais também se inserem como grande responsável pela valorização dos estudos em torno das perspectivas femininas, das vivências das mulheres, que até então eram excluídas da história (RAGO, 1998).

À vista disso, a queda na taxa de fecundidade entre as brasilei-

ras vem em um decréscimo desde a década de 1960, quando a taxa passa de 6,3 filhos por mulher em 1960 para 5,8 em 1970. Essa queda continua com o percentual de 4,4 em 1980 para 2,9 em 1990, o que pode ser aliado ao acesso das mulheres aos contraceptivos, bem como seu maior acesso a meios profissionais e educacionais, como já fora mencionado (GIANNINI, 2018). A diminuição ou inexistência no número de filhos por mulheres, portanto, é uma realidade.

O processo de maternidade foi durante muito tempo considerado pela sociedade ocidental como o principal elemento a ser procurado pelas mulheres, sendo encarada como inerente a natureza feminina era necessário e até recomendável que as mulheres sempre tivessem consciência da importância de constituir família, ou seja, ter um marido e filha ou filho. Esse fator de acordo com o mundo ocidental e influenciado por uma visão patriarcal deveria ser a bússola de orientação feminina. A maternidade deveria ser encarada como um aspecto de crescimento tanto socio/cultural, quanto pessoal para as mulheres, motivo pela qual não deveriam ser inseridas em atividades além daquelas tidas como próprias em relação as suas características.

Contudo, a partir das transformações culturais, sociais e econômicas vivenciadas pelo mundo, especialmente no decorrer do século XX, estimuladas por movimentos, tais como feminismo e suas novas ondas, hippie e direitos civis, contribuíram para que as mulheres começassem a romper essa ideia e consciência de felicidade apenas relacionada a maternidade. Esse rompimento foi possível, sobretudo, com a participação e contato de mulheres com ambientes intelectuais e acadêmicos, a saber, escolas, universidades e com autores e personagens defensores da liberdade de expressão e de comportamento.

E é com base nisso, que buscou-se integrar nessa discussão a relevância do trabalho e da educação como molas propulsoras de desenvolvimento feminino na sociedade em geral, e em espe-



cial como esse processo foi ocorrendo no Brasil. Contudo, apesar desses fatores se constituírem como grandes potencializadores referentes ao não desenvolvimento da maternidade, foi possível constatar que essas causas se diferenciaram dos reais impedimentos e escolhas para a não presença dessa maternidade na trajetória das mulheres ouvidas para esse estudo. Posto isso, apresenta-se agora as causas pelo não desenvolvimento da maternidade biológica pelas mulheres participantes dessa pesquisa. Em busca de uma melhor compreensão e evidência dos fatos, será estruturado um quadro demonstrativo sobre tais razões.

Quadro 1: não desenvolvimento da maternidade e suas causas

NOMES	IDADE	CAUSAS
Begônia	54 anos	A chegada do relógio biológico
Azaleia	50 anos	Saúde
Tulipa	48 anos	Saúde

As motivações para o não desenvolvimento de uma maternidade biológica por parte das entrevistas se deu a partir de duas maneiras distintas. Para Azaleia e Tulipa o fator preponderante ocorreu em decorrência de questões relacionadas a saúde, ambas tiveram que realizar a retirada do útero ainda na juventude. Para Begônia, o fato se deu a partir da chegada do relógio biológico, onde se viu diante de um momento que já não seria mais possível tornar-se mãe biologicamente. Diante disso, quando foram indagadas sobre como se deu essa experiência, destaca-se as seguintes falas:

na minha juventude, eu tinha um tabu, muito grande em relação a isso, né? Não queria aceitar, justamente no período que eu fiz essa cirurgia eu fiquei... Com um problema muito sério, porque eu não queria aceitar, [...] uma cirurgia e tive que tirar tudo. Então, isso foi impactante, muito impactante e para eu colocar isso na minha cabeça demorou um pouco, para eu aceitar essa

situação. Mas pela minha vida eu aceitei, que eu não tivesse feito isso, eu não teria sobrevivido. Então, com o tempo eu fui amadurecendo sobre essa questão e hoje eu estou bem resolvida sobre esse assunto. (TULIPA, 2020, p. 24).

Nota-se que a chegada desse problema de saúde que interferiu na presença de uma maternidade biológica por Tulipa foi fator de grande trauma, pelo menos até determinado momento de sua vida, onde foi difícil a aceitação para aquela condição, em que teve que ser realizada a retirada de seu útero. Esse fato se deu ainda em sua juventude, o que gerou impacto em suas perspectivas em tornar-se mãe. Essa causa se deu igualmente para Azaleia, que também teve a saúde como fator de impedimento da vivência da maternidade.

aos 23 anos, eu descobri que tinha um problema, um problema de mioma e não me deu saída, eu tive que fazer um procedimento, (cirúrgico) e me deixou assim, né? Acabou o sonho... Da maternidade, por conta desse problema e não teria como, mesmo se eu quisesse fazer uma produção independente que eu tinha esse pensamento na época, eu só tinha 23 anos, de... casar... Eu não poderia ter filhos, porque seria um tratamento muito, muito demorado e como o... meu problema estava se agravando era ou a cirurgia ou a vida. Então, eu optei pela cirurgia e assim, eu não me sinto frustrada por não ter sido mãe, os meus sobrinhos são os filhos que eu não tive e eu estou aqui de braços abertos para acolher qualquer um, tanto que... Eu não sinto ausência assim não de maternidade, várias pessoas dizem assim. “Adota!” e eu digo. “Eu não”, eu já tenho tanto carinho de sobrinho, eu sei que não partiu de meu ventre, mas eu sei que é um amor verdadeiro e tem um vínculo familiar, isso para mim é o que importa. (AZALEIA, 2020, p. 30).

Na fala de Azaleia é possível ver a presença de uma insatisfação a princípio, quando o procedimento cirúrgico teve que ocorrer. As suas perspectivas, assim como as de Tulipa davam-se em torno do desejo do desenvolvimento de uma maternidade, evidenciada a

partir de palavras como “sonho”, e que mesmo se viesse a chance de uma produção independente essa não seria mais uma alternativa. Contudo, ela acentua alguns pontos de sua vida, que lhes foram de fundamental importância para que hoje se sinta tranquila em relação a não maternidade, pois encontrou na figura de seus sobrinhos o amor que lhe pudesse ser sentido na ausência de uma filha ou filho, mesmo diante de investidas de outras pessoas quanto a ideia de adoção, esta afirma que tem seus sobrinhos, e que o amor deles lhe é verdadeiro.

Esses aspectos relacionados ao impedimento da maternidade a partir de questões de saúde feminina, já foram objeto de grandes conflitos internos dado as investidas sociais que fizeram do corpo feminino objeto da ciência. Nesse sentido, a medicina também tem papel de destaque no controle das emoções e da mentalidade da sociedade em torno da gravidez das mulheres, contribuindo para manter a concepção de que a maternidade deve ser o objetivo maior do público feminino.

Para Joseanne Marinho (2018), a gestação pode ser encarada como um dos elementos influenciados pela medicina, a medicalização tem o intuito de disciplinar comportamentos e atitudes relacionadas à doença, evidente ou iminente, a partir de um conjunto de iniciativas educativas, higiênicas e curativas. E nesse contexto o comportamento das mulheres gestantes passa pelos olhares dos novos aspectos médicos científicos como uma forma de manter as crianças sobre a proteção e permanecer a ideia de mulher dócil, assim como para as mulheres não mães se tornam alvo das investidas médicas com a ligação de seus corpos ao campo patológico.

Nesse mesmo cenário é convidativo analisar os aspectos em torno do surgimento do discurso médico sanitário, que em meados do século XIX ganha força e tem como principais medidas a disciplinarização e controle feminino através de seus corpos, sendo forte aliado daqueles discursos masculinos e normativos que propunham a identidade feminina através das questões relacionadas

ao privado. Têm-se então início a valorização do papel da mulher como pertencente e responsável pelo lar, atribuindo uma missão sagrada ao feminino sob a implantação da ideia de vocação natural para procriação. (RAGO, 2006).

Portanto, nesse jogo de narrativas desenvolvidas a partir de um respaldo científico toma forma uma série de opressões sobre as mulheres, ao passo que há uma busca por induzir essas mulheres ao âmbito privado, suas funções sociais estariam restritas as atividades domésticas, e as dos homens estariam condicionados ao público, desenvolvendo ofícios mais visibilizados, essas mulheres também ainda teriam que desenvolver a maternidade, pois faria parte de suas características como mulher, havia aquelas que fugiam dessas normas e eram vistas pelo prisma da anormalidade.

A disciplinarização dos corpos a partir das falas médicas é tão forte, que é possível perceber questões nesse cerne no Brasil de modo bem presente ainda nas décadas de 1930 e 1940, onde houve uma implantação de políticas públicas em torno da maternidade. (MARINHO, 2018). Diante desse discurso, o Estado e os médicos aproximavam-se do seu real interesse, que não se tratava das mulheres, mas sim das crianças. Portanto, era necessário que o discurso do Estado através dos médicos, que possuía como intenção o sucesso da tarefa patriótica que era de salvar e preservar as crianças, isso através das mães, as que gestam e cuidam de sua prole. (MARTINS, 2005).

Embora contivesse uma aparente proteção e valorização da mulher como cidadã, o discurso maternalista trazia consigo as características de enaltecimento da função maternal feminina. Sendo a maternidade apontada pelos médicos como algo intrínseco à sua natureza de mulher, encontrando-se presente até mesmo daquelas que não se tornaram mães biologicamente, mas exercem esse papel de outras maneiras, como é o caso das religiosas e solteiras que se dedicavam aos trabalhos assistenciais.

Mais uma vez é possível analisar a presença dos interesses do

Estado através da fala dos médicos quanto a importância da gestação e não simplesmente dela, mas dos modos como deveria ser criado e cuidado esse filho ou filha. E para aquelas que não desenvolviam a maternidade biológica também teria um espaço nessas falas, pois poderiam desenvolver seus ditos instintos maternos com ações benemerentes. O poder dessas falas foram impactantes e tiveram influência de certa maneira, ainda nos modos como essas mulheres nascidas nas décadas de 1960 e 1970 foram educadas. Ressalta-se que todas as entrevistadas, apesar de não terem experienciado a maternidade, desprenderam cuidados e amores a sobrinhos e sobrinhas.

Nesse sentido, como aponta Georgiane Vázquez (2015), com a consolidação dessa ideia pautada em um projeto civilizador que toma como articulação práticas e falas em torno da maternidade e dos cuidados infantis, a ausência da maternidade passa a compor o campo do patológico. O que resulta em traumas e certos desconfortos para algumas mulheres conviverem com a ausência da maternidade a partir de suas impossibilidades físicas. Entretanto, apesar desse caráter desconfortável ter feito parte da vivência de Tulipa e Azaleia quando foi realizada a retirada do útero, essa não foi uma consequência que perdurou por todo o tempo, pois ambas se encontram bem resolvidas quanto as suas condições de mulheres não mães.

Retomando as causas da não maternidade pelas entrevistadas, têm-se Begônia, esta obteve uma causa diferente das outras duas entrevistadas, apenas pontua que “Quando percebi que meu relógio biológico estava no limite... preferi não arriscar... A decisão foi natural e sem traumas.” (BEGÔNIA, 2020, p. 35). A vivência da não maternidade pode ser sentida e vivenciada de diferentes maneiras e por variados motivos, podendo ser traumática para algumas mulheres, como foi o caso de Tulipa e Azaleia, que apesar de se manterem na atualidade bem resolvidas com essa questão, a mesma já foi motivo de muitas inquietações em suas memórias.

Como também pode ser vivenciada a partir de uma escolha, compreendida como a melhor para a sua vida, e sem traumas, como é o caso de Begônia.

Contudo, quando interpeladas sobre o desejo de terem gerado um filho, ambas as respostas se encaminharam para o sim. Para Begônia (2020, p. 35), seria “por um propósito maior”, já para Azaleia (2020, p. 30), seria “um ser que sairia de mim e com certeza é... eu penso, sonho que ele deveria ser muito parecido comigo [...]”, e para Tulipa (2020, p. 26), essa era uma vivência que queria ter tido, pois “para mim, filho é tudo, né? Então, era um grande sonho na minha adolescência, na minha juventude, mas eu não gosto nem muito de tocar nesse assunto porque eu me emociono. Eu queria ter tido filho, [...] mas não foi possível.”

Os desejos de se tornarem mães apesar de fazerem parte da vivência dessas mulheres, não se transformaram em experiências insubstituíveis, já que essas encontraram em outras ações de suas vidas suas completudes enquanto ser humano, não imputando à maternidade a causa de sua completude e essencialidade. Portanto, a maternidade como condição essencial para o pleno desenvolvimento das mulheres se torna uma fala errônea, dada a sua não existência na vida de todas as mulheres.

Diante disso, as mulheres que não foram mães pontuaram de maneira singular sobre a compreensão da não existência de um sentimento de inferioridade ou menos realização em torno de outras mulheres que vivenciaram a maternidade biologicamente. As respostas giraram em relação a recusa da compreensão do desenvolvimento da maternidade como essencial para a vivência e completude feminina, para Tulipa (2020, p. 25), ela destaca que “Eu gosto da minha vida como eu sou agora. Sem ter filhos eu sou realizada.”, o que segue com a fala de Azaleia (2020, p. 31), que afirma que se “fosse decisiva eu seria uma pessoa super frustrada por não ser mãe e eu não sou, sou tranquila, feliz.”. Nesse segmento, conclui Begônia (2020):



A possibilidade de fazer escolhas pessoais sobre ser mãe ou não? Não é um fator determinante para ser mais feminina ou não! Isso não passa de um preconceito ideológico que a sociedade impõe sobre às mulheres. É como se fosse uma obrigação da mulher se justificar a toda hora para uma sociedade cruel. (2020, p. 35).

Portanto, as mulheres entrevistadas para esse estudo investigativo são unânimes em se considerarem realizadas e felizes a partir de sua condição de mulher não mãe, o que em nada lhes submetem a se tornarem inferiores a outras mulheres que são mães. As vivências femininas, durante muito tempo impostas culturalmente de acordo com os modos convenientes ao seu determinado momento/período, dadas as investidas sociais, políticas e econômicas, que fazem das mulheres seres ainda sujeitos a estereótipos e determinações apontadas como intrínsecas a sua condição de mulher, foram sofrendo transformações que gradativamente inseriram uma nova mentalidade nesse público, de que a maternidade não poderia ser o único objetivo de vida. Contudo, é possível afirmar que a maternidade como essencial para a completude feminina se traduz, na verdade, em um mito construído e perpetuado culturalmente.

Tal afirmação se baseia na presente pesquisa, bem como nos estudos de Vázquez (2015, p. 205) onde “escolher outras formas de afeto, de vida, de sonhos e ter que justificar a ausência de filhos pode incomodar de maneiras diferentes, ou nem incomodar. Maternidade, enfim, não é destino”. A maternidade como resultado de um ato humano e envolvendo, sobretudo as mulheres, deve se fazer objeto de direito de escolha, onde possa ser de fato desenvolvido ou não a partir da plena consciência feminina a partir de sua liberdade, e que a sociedade tenha um olhar cada vez mais respeitoso e afetuoso para com todos os grupos de mulheres, sendo estas mães ou não mães.

## Algumas (in)conclusões

Entre nós, mulheres e homens, a inconclusão se sabe como tal. Mais ainda, a inconclusão que se reconhece a si mesma implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca.

(FREIRE, 2019, p. 54)

Neste estudo, que foi resultado de uma monografia, e agora apresenta-se como livro, optou-se pelo termo (in) conclusões, pelo fato de a pesquisa ser compreendida como um processo inacabado, e que por envolver pessoas nesse movimento, o mesmo encontra-se sempre em constante transformação. Contudo, compreende-se que o diálogo desenvolvido ao longo dessa pesquisa atende aos objetivos da problemática proposta, fornecendo contribuições no cenário das pesquisas em torno do gênero, bem como podendo ser possibilitadora de futuras investigações no campo da História.

Na presente pesquisa analisou-se a representação da maternidade a partir de seus variados aspectos e o não desenvolvimento da condição materna – os ideais de mulher mãe, os cuidados maternos, a participação das narrativas médico psicológica, o aborto, a infertilidade – a partir da revista *Pais & Filhos*, especificamente no recorte de 1968 a 1972. Aliadas às análises do periódico, fez-se uso de entrevistas com mulheres a partir de suas experiências no cenário da maternidade e da não maternidade. Estas explanaram suas

vivências, contribuindo de maneira significativa para uma maior sustentação do estudo. Dada a conjuntura da revista ser de caráter nacional a pesquisa caminhou sob a mesma perspectiva.

Para os resultados desenvolvidos, foi realizada a contextualização do período referente as décadas de 1960 e 1970 a nível de Brasil, bem como fez-se necessário em alguns momentos realizar um recuo a outros períodos, como a *Belle Époque*, demonstrando os avanços femininos diante da sua participação na vida pública, tanto sob o contexto brasileiro como europeu. Vale ressaltar que o país perpassou, durante o recorte temporal dessa pesquisa, por diferentes momentos políticos, pautado por um período ditatorial, em que se tinha características opressoras para os cidadãos, sobretudo para as mulheres, ser culturalmente construído de maneira excludente e opressiva pela e na sociedade, e que encontrava-se em momentos de busca pela inserção e ascensão aos espaços públicos, no que diz respeito a maiores níveis educacionais, a saúde e o bem-estar.

Foi possível perceber que a maternidade era vista, no dado recorte temporal incorporado neste estudo, em uma crescente, partindo desde atributo indispensável para o ser mulher, procurando despertar o ser feminino em sua maneira mais completa, portanto sinônimo de realização pessoal do constituir-se mulher, até a sua maior liberdade em torno do seu próprio corpo, inclusive sobre a maternidade biológica. E não se tratou de uma maternidade qualquer, mas sim, de uma condição materna relativamente homogênea, que se traduzia no cuidado e proteção da prole, sempre vinda em primeiro lugar, na presença da filha ou filho de maneira constante, o que gerava um importante desafio as mulheres que se dedicaram a maternidade de forma integral, fazendo dela o seu ofício.

Até mesmo quando a revista abordou a não maternidade, isto se deu com aspectos ainda influenciadores da sustentação de uma visão de importância do maternalismo na vida feminina, o que demonstra um avanço apenas relativo na discussão de questões que poderiam abalar a visão tradicional da mulher como naturalmente

destinada à maternidade advinda do casamento.

Ao longo da feitura dessa pesquisa foi possível afirmar que as perspectivas em torno da maternidade não abordam e nem contemplam a todas as mulheres mães e não mães, pois seus artigos encontravam-se sempre em torno de perspectivas e olhares de mulheres pertencentes a uma camada privilegiada da sociedade, tendo como personagens mulheres brancas e de elite, nas quais possuíam todo um suporte e aparato para o desenvolvimento da maternidade, contando com a colaboração de empregadas e babás para o auxílio dos cuidados maternos.

Contudo, de acordo com as entrevistas dos três grupos de mulheres foi possível perceber que o ideário de maternidade apontado pela revista *Pais & Filhos* não abarca todas as maternidades, pois diante das entrevistadas que foram mães, pertencentes a uma camada popular da sociedade, a maternagem não se traduzia da maneira como pontuada pelo referido periódico. Logo, a não maternidade era um fator encontrado timidamente nas publicações da revista, porém ao se aproximar do século XXI nota-se que a invisibilidade sobre as mulheres que optaram ou que não puderam ser mães não mais se sustentava. Assim, a narrativa desenvolvida pelas não mães entrevistadas demonstraram a satisfação pessoal a partir de outros caminhos que não o da maternidade. Com isso, pode ser concluído que tanto a maternidade como o casamento não mais se constituem como vivências imprescindíveis para a completude feminina, se é que um dia teve essa característica.

Os aspectos retratados na revista *Pais & Filhos*, lapidados e expostos no decorrer dessa pesquisa, que são direcionados ao seu público, se destina em especial às mulheres na condição materna, são divulgados a partir de uma escolha, onde as temáticas dos artigos publicados são decididos pelo seu corpo editorial, composto por médicos especialistas em diversas áreas que circundam a maternidade, bem como de jornalistas, constituídos de homens e mulheres, tanto escritores e escritoras das matérias, quanto consultores e

consultoras, havendo nos temas relacionados a aborto a presença de um consultor homem, bem como quando o assunto se referiu a esterilidade, o que revela um caráter mais masculino no cerne de assuntos mais polêmicos na sociedade. Também foi observado que diante das temáticas abordadas nos artigos de cada mês não se fazia presente personagens de todas as camadas, portanto, os aspectos maternos desenvolvidos e dialogados pelo periódico não trata da realidade vivenciada por todas as camadas sociais de mulheres mães, mas sim de uma parcela que se torna traduzida como singular, quando na verdade é plural. Portanto, perpassa uma escolha daquilo que se publicava na revista *Pais & Filhos*, diante daquilo que se considerava mais adequado. Assim é que seus artigos, englobados por uma determinada visão que contém muito do lugar de fala de quem a introduz, bem como o tempo e a sociedade vigente.

Análises postas, o texto se encerra aqui, contudo, os passos rumo à busca de maiores direitos para as mulheres, diante de uma sociedade justa e igualitária, ainda encontram-se caminhando, rumo ao direito do desenvolvimento da maternidade junto àquelas que assim desejarem. Mas, que essa condição possa ocorrer a partir de uma ótica de divisão igualitária dos trabalhos, onde mulheres não precisem mais optar entre ser mães e desenvolverem um trabalho no espaço público. Mas, que também as mulheres que não desejam a vivência da maternidade, ou que não podem exercer essa função por questões que transcendem os desejos pessoais, possam, de fato, não ser mais julgadas e avaliadas a partir de estereótipos de mulheres menos realizadas, infelizes, dentre outras tantas denominações preconceituosas. Portanto, que as mulheres sejam livres a partir de suas escolhas, desejos e necessidades, desde a *“mãe que fui à mãe que não fui.”*

## Referências

### Artigos, dissertações, livros e teses

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AIDAR, Laura. *Michelangelo*. Disponível em: [todamateria.com.br/Michelangelo](http://todamateria.com.br/Michelangelo). Acesso em: 18/06/2020.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: brasiliense, 1995.

ANDRADE, Tania. *Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade*. Estudo Técnico, 2016.

ARAÚJO, Maria de Fátima. MOURA, Solange Maria Rolim de. A Maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, nº 24, p. 44 – 55, 2004.



ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

BECHARA, Evanildo. *Dicionário escolar da academia brasileira de letras: língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BONILHA, Luís R. C. M.; RIVÔREDO, Carlos R. S. F. Puericultura: duas concepções distintas. *Jornal de pediatria*. v. 18, n. 1, jan./ fev. 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de ciência, tecnologia e insumos estratégicos. Departamento de ciência e tecnologia. *Aborto e Saúde pública no Brasil: 20 anos*. Brasília: ministério da Saúde, 2009, 430 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. Área técnica de saúde da mulher. *Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011, 36 p.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (org.). 7ª reimpressão, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 7-37. 1992.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Prefácio. / Pedro Vilarinho Castelo Branco. -3. ed. –Teresina. EDUFPI, 2013.

CARR, Edward Hallett. *O que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciência humanas e sociais*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

COELHO, Ana Carolina. *Obrigada mãe, por errar por mim*. Claudia. 2020. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/blog/cronicas-de-mae/erros-maes-como-lidar/>> acesso em: 2 de jan. de 2021.

COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Héléne; SENOTIER; Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Portugal: Plataforma Gueto, 2013.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DE LUCA, Tania Regina. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

DEL RE, Alisa. Aborto e Contracepção. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Héléne; SENOTIER; Danièle. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: condições feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil* 6 ed. – São Paulo: Contexto, p. 84 – 106. 2009.

DEVREUX, Anne-Marie. Família. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Héléne; SENOTIER; Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

DIAS, Maria Berenice. *A mulher no Código Civil*. Portal jurídico investidura, Florianópolis-SC, 21 Nov. 2008. Disponível em: < <http://www.investidura.com.br/ufsc/110-direito-civil/2247-a-mulher-no-codigo-civil> > acesso em: 21 fev. 2021.

DINIZ, Debora. Três gerações de mulheres. In: PINSKY, Carla Basanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 313-331.

DREHMER, Raquel. Saiba quais são os países em que o aborto não é considerado crime. *Claudia*, 2020. Disponível em: < <https://claudia.abril.com.br/saude/paises-em-que-aborto-nao-e-crime/> >. Acesso em: 25 de fev. de 2021.

FARINATI, Débora Marcondes; RIGONI, Maisa dos Santos; MULLER, Marisa Campio. Infertilidade: um novo campo da psicologia da saúde. *Estudos de Psicologia*, Campinas, out./dez. de 2006. p. 433-439.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: elefante, 2017.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena;

LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Héléne; SENOTIER; Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento de prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso materialista em revista feminina*. (Rio de Janeiro e São Paulo década de 1920). Tese (Doutorado) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 59. ed. São Paulo: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2019.

GASKELL, George; BAUER, Martin. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIANNINI, Deborah. Taxa de fecundidade no Brasil é baixa e está em queda acelerada. R7, 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/taxa-de-fecundidade-no-brasil-e-baixa-e-esta-em-queda-acelerada-17102018>. Acesso em: 24 de jan. de 2020.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Renata Moreira; MELO, Camila dos Santos. Aleitamento materno versus aleitamento artificial. *Estudos*. Goiânia, v. 41, out. 2014, p. 7-17.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média à atualidade. *Pensando Famílias*, v. 18, jun. 2014, p. 55-62.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HERRMANN, Angelita et al. *Guia do pré-natal do parceiro para profissionais de saúde*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da di-

visão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. V. 37, n. 132, set./ dez. 2007, p. 595-609.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: bases da política de saúde pública no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Huciter, 2012.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. *Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*, Brasília, n. 38, p. 1-13, 2018.

JUNQUEIRA, Telma Low Silva; MELO, Danielly Spósito Pessoa de. *Feministas advertem: o mito do amor romântico faz mal à saúde! Sentidos produzidos por adolescentes acerca da interface entre amor romântico, violência contra as mulheres e saúde*. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/18redor/paper/viewFile/666/675>> acesso em: 13 de fev. de 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. *Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?*. Revista Estudos Feministas [online]. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, mai-ago, 2010.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Sevcenko, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil: república da belle époque à era do rádio*. São Paulo: companhia das letras, 1998.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “Manter Sadia a Criança Sã”: As políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a

1945. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)*. Iguaçu: Quipá Editora, 2021.

MARRONI, Fabiane Vilela; OLIVEIRA, Ana Claudia de. Um discurso da Belle Époque: moda e modo de vida na revista *Ilustração Pelotense*. *Galaxia* (São Paulo, online), n. 32, ago. 2016, p. 121-137.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *História da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise*. In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135 – 154, jan – mar. 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda de; SOIHET, Rachel. (Org.). *O corpo feminino em debate*. 8. ed. São Paulo: Contexto, p. 107-127, 2003.

MICHELANGELO. Le Christ mort sur les genoux de sa mère assise. *Louvre*, 2019. Disponível em: < <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl020001323>>. Acesso em: 12 de mai. de 2021.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 101-105.

MORGANE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. *O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico*. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh - Rio: saberes e práticas científicas. 2014.

MURTA, Andrea. Saiba como vive no exílio a ex-imperatriz do Irã,



Farah Pahlavi. *UOL*, 2010. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/758637-saiba-como-vive-no-exilio-a-ex-imperatriz-do-ira-farah-pahlavi.shtml>>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

NICIDA; Lucia Regina de Azevedo; TEIXEIRA; Luiz Antônio da Silva; RODRIGUES; Andreza Pereira; BONAN, Claudia. Medicalização do parto: os sentidos atribuídos pela literatura de assistência ao parto no Brasil. *Saúde Coletiva*, v. 11, nov. 2020.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan-jun 2011, p. 270-283.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003a, p. 239-260.

PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio- século XX. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003b.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRIMO, Cândida Caniçali. *Teoria de médio alcance de amamentação: tecnologia de cuidado*. Rio de Janeiro: UFRJ/EEAN, 2015.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto. 2006. p.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *CADERNOS Pagu*. Campinas, SP, n. 11, p. 89-98,1998. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/>

view/8634465 > Acesso em: 11 de set. de 2020.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Jakson dos Santos. *Filhos da princesa do sertão: representações da masculinidade na imprensa em Caxias/MA durante a primeira república*. 2018. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Pará.

ROSEMBERG, Ana Margarida Arruda. Apreciação crítica da escultura Vênus de Willendorf. *Jornal do Médico*. 2020. Disponível em <<https://jornaldomedico.com.br/2020/11/22/apreciacao-critica-da-escultura-venus-de-willendorf/>> acesso em: 23 de jan. de 2021.

ROSEMBERG. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012, v. 1, p. 9-550.

SANTANA, Joelma; WAISSE, Sílvia. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962- 1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais? *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203-218, 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudo Feministas*, Florianópolis, 12(2) :264, maio-agosto/2004.

SARTRE, Jean- Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Paris: Les Éditions, 1970.

SCOTT; Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, V.15.n.2.jul/dez.1990.

SILVA, Simone Maria de Sousa. “*Trintei, não casei. E daí???*”: uma análise dos fatores que influenciam mulheres a priorizar a carreira profissional postergando a ideia de casamento e maternidade. Dissertação (mestrado em Teologia) – faculdade EST, São Leopoldo, 2018.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 54, p. 281-300. 2006.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 8.ed. – São Paulo: Contexto, p. 362-400. 2006.

VARGAS, Andrea Quillian de; BENCHIMOL, Ana Paula Fogaça; UMBACH, Rosani Kertzer. A mulher nos anos 60: frágil ou subversiva? *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, n° 24 – julho a dezembro de 2014 - ISSN 1679-849.

VÁZQUEZ, Georgiane. *Da mãe que não fui: A experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX*. 2015. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

VENDRÚSCOLO, Cláudia Tomasi; KRUEL, Cristina Saling. A história do parto: do domicílio ao hospital; das parteiras ao médico; de sujeito a objeto. *Disciplinarum Scietia*. V. 16, n. 1, 2015, p. 95-107.

VENTURINI, Mariana. Aborto, entre o ventre, a propriedade e a produção. *Vermelho*, 2018. Disponível em <<https://vermelho.org.br/2018/08/09/mariana-venturini-aborto-entre-o-ventre-a-propriedade-e-a-producao/>>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

VARELLA, Mariana. Aborto legal. *UOL*, 2020. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/para-as-mulheres/aborto-legal/>>. Acesso em: 23 de mar. de 2021.

WINNICOTT, Donald. *Os bebês e suas mães*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo, São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

## **LEGISLAÇÃO**

BRASIL. Código Penal. *Decreto Lei nº 2.848/1940*. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de edições técnicas. 2019, 140 p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto – *Lei n. 5. 452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil: secção 1, Rio de Janeiro, DF, ano 82, n. 184, p. 11937 – 11984, 9 ago. 1943.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/9394.thm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.thm)>. Acesso em: 24/10/2020.

BRASIL. Lei n 11. 108, de 7 de abr. de 2005. *Do subsistema de acompanhamento durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato*, Brasília, DF, 7 abr. 2005. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/Lj11108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/Lj11108.htm)>. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Atenção ao pré-natal de baixo risco*. Ministério da Saúde. Secretária de atenção à saúde. Departamento de atenção básica. Brasília: editora do ministério da saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Além da sobrevivência: práticas integradas de atenção ao parto, benéficas para a nutrição e saúde de mães e crianças*. Ministério da Saúde. Secretária de atenção à saúde. Área técnica de saúde da criança e aleitamento materno. 1 ed. Brasília: editora do ministério da saúde, 2013.

## **ENTREVISTAS**

Orquídea, viúva há 23 anos, nascida em 01 de outubro de 1939, no município de Parnarama- MA.

Rosa, divorciada, nascida em 08 de março de 1956, na localidade rural

Macapá- PI.

Margaridinha, viúva há 23 anos, nascida em 1942 no município de Piripiri- PI.

Orquídea, viúva há 23 anos, nascida em 01 de outubro de 1939 no município de Parnarama- MA.

Girassol, viúva há 30 dias após a entrevista, nascida em 03 de dezembro de 1943 na localidade rural Mundo Novo- MA.

Astromélia, viúva há cinco anos, nascida em 06 de fevereiro de 1939 no município de Altos - PI (falecida dias após a concessão da entrevista).

Tulipa, solteira, nascida em 07 de fevereiro de 1973 na cidade de Teresina- PI.

Azaleia, solteira, nascida em 15 de julho de 1970 na cidade de Teresina- PI.

Begônia, solteira, nascida em 17 de abril de 1966 na cidade de São Luís- MA.

## **REVISTA PAIS & FILHOS**

ABORTO, um tema adulto. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n.11, p. 84-93, jul. 1972.

A FAMÍLIA está morrendo? *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 60 - 64, ago. 1970.

A MULHER já não sabe o que fazer da amamentação. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 32 - 37, fev. 1969.

COMO EVITAR filhos sem anticoncepcionais. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 34-39, jun. 1969.

DOUTOR, posso ser mãe? *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 9, jul. 1972.

EU SOU a madrasta. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 38-41, nov. 1968.

GUIA da futura mamãe. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 12 - 22, dez. 1971.

HOMEM também é estéril. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 25-30, fev. 1969.

MÃE E FILHO uma linguagem de amor. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 6-10, out. 1972.

NÃO TENHA medo de ter filhos. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n.8, p.6-9, abr. 1969.

O QUE ME falta para ser uma boa mãe? *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 69 - 75, mai. 1969.

O SENHOR bebê e seus problemas. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 6 - 24, dez. 1970.

OS PAIS cruéis. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 2, p., fev. 1970.

SER MÃE é mais importante. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 6, p.102-107, fev. 1971.

SEU FILHO sabe que você o ama? *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 12 - 14, set. 1968.

VOCÊ é obrigada a ter filhos? *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 38-43, mai. 1971.

VOCÊ ainda tem 30. *Pais & Filhos*, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 1968.

‘



## Sobre a autora

Thayná Guedes Assunção Martins, nasceu em Teresina- PI, mas reside em Timon-MA, cidade vizinha à capital do Piauí, o que gera uma origem dupla diante das terras teresinense e timonense, trazendo muito orgulho. Atualmente é Mestranda em História, Cultura e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná (UEPG). Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Realiza pesquisas nas áreas de Gênero e Educação, com ênfase na Maternidade, não maternidade e formação inicial docente.

